



MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
SAN – Edifício DNIT – 2º andar, Brasília/DF, CEP 70040-902  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.cidadania.gov.br

## EDITAL Nº 4/2022

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2022 - 550025

PROCESSO Nº 71000.006750/2022-57

Torna-se público que o(a) o(a) Ministério da Cidadania, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº 618, de 25 de outubro de 2021, da Coordenação de Licitações, sediado(a) no SAN, Quadra 03, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, sala 23.25, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/10/2022

Horário: 10h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: *menor preço global*

Regime de Execução: *Empreitada por Preço Global*

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília – DF, administrado pelo Ministério da Cidadania - MC em Brasília- DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução Empreitada por Preço Global.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor anual estimado da contratação totalizou R\$ 9.234.503,11 (nove milhões, duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e três reais e onze centavos), conforme quadro resumo abaixo:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	MÊS	12	R\$ 191.427,59	R\$ 2.297.131,08
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	MÊS	12	R\$ 903,08	R\$ 10.836,97
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 31.509,93	R\$ 378.119,10
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 228.800,97	R\$ 2.745.611,61
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 316.900,36	R\$ 3.802.804,34
TOTAL					R\$ 769.541,93	R\$ 9.234.503,11

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo: funcional programática 04.122.0032.2000.00001 - Administração da Unidade-Nacional, PTRES 174560, FT. 100, ND 33.90.39-16, PI M2000405A09; Ação 2000, PTRES 240101, FT. 100, ND 33.90.39-16, PI 20000008-04 MCTI - UG 240101/0001; Ação 2000, PTRES 174802, FT. 100, ND 33.90.39-16 MMFDH - UG 810005/0001 - Unidade Gestora Executora 550025 - Condomínio Bloco "A".

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma

eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da

obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e anual do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço GLOBAL*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.25.0.1. por empresas brasileiras;

7.25.0.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.0.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de

solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

8.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.2.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

- 8.4.4. Apresentar, na composição de seus preços:
- 8.4.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
- 8.4.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
- 8.4.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
- 8.4.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 8.6. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 8.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.
- 8.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 8.9. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.9.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os quais deverão ser apresentados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro(a), no Protocolo Central do Ministério da Cidadania, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, sala T-40, CEP: 70.054-906 – Brasília/DF, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:



9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente

(LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
SG =	Ativo Total	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

9.10.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.12. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.12.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

9.12.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que atenda aos seguintes requisitos:

9.12.2.1. Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

9.12.2.2. Comprovação que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 23 postos de trabalho, em conformidade com a IN 05/2017;

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12.2.3. Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços deste Termo de Referência, com fornecimento de todo o material de reposição. Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída de 13.800 m²;

b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.000 KW em edificações com somatório de área construída de 13.800 m²;

c) Manutenção em instalações hidrossanitárias prediais composta de recalque automático e pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;

d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias dotadas de caixas d'água com somatório da capacidade instalada de 30.000 L em edificações com somatório da área construída de 13.800 m²;

e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 800 KVA;

f) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 pontos estabilizados e aterrados em edificações com somatório de área construída de 13.800 m²;

g) Manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 5E, 6 e 6E (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;

h) Manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída de 13.800 m²;

i) Impermeabilização com manta asfáltica 4mm, com 750m² de área mínima executada.

j) Tratamento de junta de dilatação estrutural com manta asfáltica, com 120m lineares mínimos executados;

k) Execução de 750 m² de piso epóxi;

l) Execução de redes elétricas estabilizadas e aterradas, com no mínimo 700 pontos, incluindo instalação de estabilizadores, no-breaks, grupos geradores, quadros elétricos e malha de aterramento exclusiva;

m) Implantação de redes lógicas com no mínimo 1.000 pontos estruturados e 500 m de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com somatório da área construída de 13.800 m²;

n) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 13.800 m²;

o) Análise termográfica das instalações elétricas em edificações com capacidade instalada de 1.000 KVA em edificações com área construída de 13.800 m²;

9.12.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

9.13. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.14. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.14.0.1. Para o Engenheiro: Comprovação da responsabilidade técnica por serviços de manutenção predial, que deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que faça referência expressa aos serviços com as características descritas.

9.14.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.14.2. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.14.3. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

9.14.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.14.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.14.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria emitido pelo Ministério da Cidadania, conforme modelo disponível no ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA, assinado por representante da Administração.

9.14.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante, conforme modelo disponível no ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA, em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

9.14.7. Declaração da licitante que possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e *será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

#### **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### **17. DO RECEBIMENTO DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

#### **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não manter a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser

remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@cidadania.gov.br](mailto:licitacao@cidadania.gov.br)

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação..

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.compasgovernamentais.gov.br](http://www.compasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAN, quadra 03, lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, 2º andar, sala 23.25 nos dias úteis, no horário das 09:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos;

22.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudos Preliminares

22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3. ANEXO III – Modelo de declaração de disponibilidade de instalação de escritório;  
e

22.12.4. Anexo IV - Planilha de Custos e Formação de Preços



Documento assinado eletronicamente por Felipe Ribeiro Alves Moraes, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos, em 28/09/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 13020998 e o código CRC FABE1845.

0.1.

Referência: Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 13020998





MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.cidadania.gov.br

PROCESSO Nº 71000.006750/2022-57

TERMO DE REFERÊNCIA  
SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2022.

Ref.: Modelo TR AGU - set/2021 - Atualizado 11/03/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília - DF, administrado pelo Ministério da Cidadania - MC em Brasília- DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$
	2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$
	3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$
	4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$
	5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$
	TOTAL			R\$

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos dos itens dispostos no quadro acima estão discriminados nos anexos deste Termo de Referência.

1.4. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco A, CEP: 70054-906 - Brasília - DF *excepcionalmente, poderão ser alocados, total ou parcialmente, para outros locais em Brasília, caso haja alteração de endereços ou criação, extinção e/ou fusão de órgãos no âmbito do Ministério da Cidadania - MC.*

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de insumos e de serviços eventuais, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1. Da continuidade da Prestação dos Serviços

5.1.1. O Serviço a ser contratado possui natureza continuada, uma vez que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

5.1.2. O objeto será executado de forma continuada, com o uso de mão de obra com dedicação exclusiva, com fornecimento de insumos e materiais para efetivação das manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como o atendimento de demandas como alterações de leiautes, instalações, desinstalações, pequenas reformas, remanejamentos de pontos, equipamentos e

sistemas, elaboração de estudos, relatórios, análises, projetos e laudos técnicos referente aos sistemas, equipamentos e instalações aplicados na edificação. A forma continuada deve-se pela essencialidade e habitualidade, essencialidade se justifica pelos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração nos casos de eventual paralisação ou da ausência de serviços de manutenção predial, assim como para assegurar a integridade do patrimônio público e para manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos. A habitualidade se configura pela necessidade permanente dos serviços de manutenção dos imóveis da Administração;

5.1.3. Os serviços contratados serão executados continuamente, atendendo aos requisitos constantes nesse documento, no Edifício Bloco "A" Esplanada dos Ministérios - Bloco A, CEP: 70054-906 - Brasília – DF*excepcionalmente, poderão ser alocados, total ou parcialmente, para outros locais em Brasília, caso haja alteração de endereços ou criação, extinção e/ou fusão de órgãos no âmbito do Ministério da Cidadania - MC.*

5.2. Da duração inicial do contrato e previsão de início:

5.2.1. A duração inicial do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

5.2.2. O início da execução dos serviços está previsto para **02/12/2022**.

5.3. Da necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.3.1. O objeto à ser contratado é comum e de amplo conhecimento no mercado, entretanto, nas transições contratuais a Contratada anterior tem a necessidade de efetuar transição de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.3.2. A transição contratual inicial visa preparar a Contratada a assumir integralmente as obrigações advindas com a assinatura do Contrato, esta deverá ser viabilizada sem ônus adicional ao Contratante, e será baseada em reuniões técnicas entre Contratante e a Contratada para o repasse de documentos e informações relativas ao: 1) Gerenciamento das Demandas de Manutenção (Software); 2) Dados das instalações e equipamentos (histórico); 3) Eventuais intervenções que estão na metade do Serviço ou/e que serão necessárias, entre outros;

5.3.3. O processo de Transição Contratual se inicia a partir do momento em que a Contratada assume as responsabilidades pelos serviços prestados, preparando-se para o início efetivo da operação. A execução desta etapa de repasse dos serviços deverá ser finalizada em no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir do início da prestação dos serviços.

5.3.4. O Plano de Transição a ser apresentado pela Contratada pra avaliação pela Contratante deve contemplar, no mínimo:

- a) Proposta de implantação do Serviço de Gerenciamento das Demandas de Manutenção e Ativos;
- b) Descrição de processos, metodologias, ferramentas e fluxos de trabalho;
- c) Proposta de gerenciamento de riscos da Contratada;
- d) Proposta de contingência da Contratada.

5.3.5. A critério da Contratante, sem prejuízo dos prazos e das obrigações da Contratada, outras partes poderão ser envolvidas no processo de transição contratual e os prazos da tabela acima poderão ser modificados.

5.3.6. No final de cada prazo de vigência a Contratada deverá realizar levantamento dos serviços que restam pendentes e/ou que estão pela metade, bem como atualizará as Características Gerais dos Imóveis da Contratante, entregará relatório abrangente sobre os principais serviços, laudos e relatórios executados, e disponibilizará todo o banco de dados do Software de Gerenciamento das Demandas de Manutenção. O relatório a ser entregue disporá, no mínimo, das informações constantes no relatório inicial das instalações das edificações do ministério.

5.4. Dos tipos de serviços contratados

5.4.1. **ITEM 01** - Para fins de execução dos serviços contínuos, a contratada deverá disponibiliza e manter nas dependências da contratante a **Mão de Obra Residente** nas categorias profissionais, bem como a quantidade, o desembolso será fixo e mensal, dispostas na planilha abaixo e deverão estar vinculadas nas categorias da Classificação Brasileira de Ocupações:

ITEM	PROFISSIONAIS RESIDENTES	CBO	UNIDADE	QTDE	QTDE	QTDE	CARGA	JORNADA DE	TURNO
				POSTO	FUNCIONÁRIOS				
				A	por posto	total	HORÁRIA SEMANAL	TRABALHO	
1	Engenheiro	2143	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
2	Encarregado-Geral	7102-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
3	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
4	Auxiliar Administrativo	4110-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
5	Eletricista	9511-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO

7	Marceneiro (Artífice)	7711-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
8	Pedreiro	7152-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
9	Ajudante de Manutenção Geral	7170	mês	5	1	5	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
10	Operador de áudio e vídeo	3741	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
11	Pintor	7166	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
12	Vidraceiro	7163-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
13	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias DIURNO (12X36)	3131	mês	1	2	2	12X36H	12 x 36 (07h às 19h)	DIURNO
14	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias NOTURNO (12X36)	3131	mês	1	2	2	12X36H	12 x 36 (19h às 07h)	NOTURNO
15	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18h)	DIURNO
	-			23	-	25			

5.4.2. **ITEM 02** - A Contratada deverá disponibilizar **Software de Gerenciamento das Demandas de Manutenção**, o desembolso será fixo e mensal, descritivo informado no item 8.12 desse Termo de Referência e ANEXO VIII-E - SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS.

5.4.3. **ITEM 03** - Para fins de execução dos serviços extraordinários de pequeno vulto, a ser realizado fora do horário de serviço (finais de semana e a noite), a contratada poderá disponibilizar **Mão de Obra Eventual** nas categorias profissionais, bem como a quantidade de horas, dispostas na planilha abaixo, o desembolso será sob demanda, e deverão estar vinculadas nas categorias da Classificação Brasileira de Ocupações:

ITEM	PROFISSIONAIS EVENTUAIS	CBO	Unidade	CÓDIGO SINAPI	ESTIMADO ANUAL
					HORAS
1	Eletricista	9511-05	HORA	2436	1350,72
2	Engenheiro Sênior Especialista	2143	HORA	2708	391,7592
3	Encarregado Geral	7102-05	HORA	4083	396
4	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral (Manut. Grupo Gerado / nível médio)	9113-05	HORA	4058	52,8
5	Vidraceiro	7163-05	HORA	10489	664,2336
6	Serralheiro	7244-40	HORA	6110	108,36
7	Operador de áudio e vídeo	3741	HORA	2438	161,304
8	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	HORA	2359	1056
9	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	HORA	2359	1056
10	Bombeiro Hidráulico	7241-10	HORA	2696	17056
11	Marceneiro (Artífice)	7711-05	HORA	12868	1056
12	Pedreiro	7152-10	HORA	4750	1056
13	Ajudante de Manutenção Geral	7170	HORA	248	1056
14	Pintor	7166	HORA	4783	1056
15	Pintor epoxi	7166	HORA	4785	1056
16	Gesseiro	7164-05	HORA	12872	1056
TOTAL					

5.4.4. **ITEM 04**- Todo e qualquer **Material de Reposição** ou peça necessária para a execução dos serviços objetos da contratação, como por exemplo, lâmpadas, tomadas, disjuntores, torneiras, louças, estão relacionados ANEXO VIII-B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS). O ônus desse material, efetivamente empregados nas manutenções preventivas, corretivas, preditivas e sob demandas, ocorrerá por parte da Contratante mediante ressarcimento à Contratada.

5.4.5. **ITEM 05** - Os **Serviços sob Demanda**, que é o conjunto conjunto de serviços não rotineiros inerentes e necessários à adaptação, melhorias, recuperação, conserto, certificação, conservação e reparo de instalações prediais e seus componentes que, mesmo que tenham natureza preventiva ou adaptativa, não sejam executados diretamente pelas equipes residentes de manutenção ou de projeto e constem relação apresentada pelo ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS), em um rol não exaustivo. O ônus desses serviços demandados ocorrerá por conta da Contratante, mediante ressarcimento à Contratada.

5.5. Dos requisitos necessários para o atendimento das necessidades:

- 5.5.1. Disponibilização de mão de obra, materiais e recursos necessários à realização dos serviços contratados de acordo com as Normas Técnicas e Boas Práticas do mercado.
- 5.5.2. Execução dos serviços contratados com pessoal técnico comprovadamente qualificado. Qualificação, atribuições, requisitos e experiências dos profissionais estão dispostas no ANEXO VII - EQUIPE RESIDENTE E EVENTUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS.
- 5.5.3. Realização do Plano de Manutenção para o Edifício Bloco "A". O modelo

de referência, não exaustivo, está disposto no ANEXO III - PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA.

5.5.4. Atendimento das ocorrências e Ordens de Serviço com qualidade, cordialidade e agilidade.

5.5.5. Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato.

5.5.6. Declaração da Licitante de que apresentará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data do início da vigência do contrato ou sempre que houver alteração, a documentação comprobatória da especialização e formação técnica da equipe.

5.5.6.1. Declaração de realização ou não de vistoria, conforme ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA ou ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA.

5.5.7. A Contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico e operacional previstos no capítulo 25 desse Termo de Referência e Edital, bem como deve manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços;

5.5.8. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às respectivas categorias de ocupação, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e deverá possuir em seus quadros profissionais capacitados na execução do objeto a fim de que os serviços sejam realizados de acordo com os padrões e as características a serem descritas no Termo de Referência, executando as tarefas no tempo exigido;

5.5.9. Quanto aos valores remuneratórios para composição das planilhas de custo, deve-se observar os valores convencionados nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de acordo com cada categoria;

5.5.10. A empresa Contratada deve atender a todos os requisitos e cláusulas estabelecidos em contrato, mantendo o número de funcionários durante os serviços, os horários destinados à execução de suas atividades, permitindo, desta forma, que toda a atividade da Contratante possa fluir naturalmente, sem qualquer impedimento ou descontinuidade, nem necessidade do órgão administrador do Edifício Bloco "A" realizar quaisquer contratações adicionais;

5.5.11. A Contratada poderá fixar turnos para a entrada e saída dos empregados, respeitando sempre o horário de almoço e a carga horária máxima definida na respectiva CCT, além das regras de credenciamento para a entrada dos empregados prestadores de serviços nas dependências do Edifício Bloco "A";

5.5.12. A Contratada deverá prezar pela qualidade na prestação dos serviços;

5.5.13. Os serviços serão prestados nas dependências do Edifício Bloco "A", excepcionalmente, poderão ser alocados, total ou parcialmente, para outros locais em Brasília, caso haja alteração de endereços ou criação, extinção e/ou fusão de órgãos no âmbito do Ministério da Cidadania - MC, em Brasília - DF;

5.5.14. Contratada deverá apresentar as seguintes informações de seus empregados para cadastramento pela Administração do Edifício, na data da assinatura do contrato: Nome completo; Número da Carteira de Identidade/RG e CPF; Endereço; Telefone residencial e celular; Dados relacionados à sua qualificação profissional;

5.5.14.1. As eventuais substituições por motivos de férias, licenças médicas ou qualquer outro tipo de falta, admitindo-se alteração no referido quadro, desde que submetida para credenciamento em tempo hábil;

5.5.15. Somente será permitida a execução dos serviços pelos empregados da Contratada constantes na relação de autorização, devidamente uniformizados e portando o crachá e os equipamentos de proteção individuais necessários;

5.5.16. Quando da compra dos materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços, a Contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Termo de Referência;

5.5.17. A Contratada deverá observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

5.5.18. A Contratada apresentará, quando solicitada, os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários;

5.5.19. A Contratada não permitirá a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.5.20. O controle de assiduidade e pontualidade do pessoal empregado na prestação do serviço competirá à Contratada, obrigatoriamente, por meio de ponto eletrônico ou, excepcionalmente, por folha de ponto, a quem cabe também a fiscalização da conduta de seu pessoal e a manutenção da disciplina, bem como a fixação de escalas de serviço mensal, com os nomes e os respectivos horários e afazeres, seguindo o Plano de Trabalho Mensal aprovado;

5.5.21. A Contratada deverá atender às solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados à prestação dos serviços, além daqueles que apresentarem rendimento insatisfatório ou de baixa qualidade;

5.5.22. A Contratada deverá substituir, de imediato, sempre que for exigido pelo gestor do contrato, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou

comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios ou incompatíveis com o exercício das funções;

5.5.23. A Contratada deverá substituir os empregados previstos para atuar nas dependências em caso de doenças, falta ou férias, sem nenhum acréscimo a Contratante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos;

5.5.24. Os empregados deverão conduzir-se com urbanidade e educação, tratando todos com respeito, procurando atender ao público e aos servidores com atenção e presteza; cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante, bem como normas internas do órgão; e, não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

5.5.25. A Contratada deve assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho, ocorrido nas dependências da edificação, por meio da comunicação do(s) seu(s) encarregado(s) com o preposto, que adotará as medidas com a urgência que o caso requer, em nome da empresa;

5.5.26. Atender às normas da Secretária de Trabalho, aprovadas pelo Ministério da Trabalho e Previdência, e cumprir todas as medidas de segurança exigidas para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor e normas da Administração;

5.5.27. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93, assim como por quaisquer encargos de natureza administrativa (ex: multas), decorrentes da execução dos serviços ou a eles relacionados;

5.5.28. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados de suas residências até as dependências da Contratante e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte;

5.5.29. Apresentar, na data do início do contrato ou a cada novo empregado, atestado de antecedentes criminais de todos os profissionais disponibilizados para atuar nas instalações da Contratante;

5.5.30. A Contratada deverá promover ou neutralizar os riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPI necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscara, calçados, protetores auriculares, entre outros, conforme modelo a ser inserido como anexo do Termo de Referência, fiscalizando e exigindo que esses cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

5.5.31. Todos os empregados deverão se apresentar devidamente uniformizados, portando crachá e os EPI's que forem necessários à execução do serviço. A fiscalização do contrato poderá paralisar os serviços, enquanto os empregados da contratada não estiverem protegidos adequadamente, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada;

5.5.31.1. O crachá a ser fornecido deverá ser de PVC com chip para cadastramento no sistema de controle de acesso da edificação. A contratada deverá requerer as especificações mínimas dos crachás compatíveis, à contratante.

5.5.32. A Contratada deverá incentivar que seus empregados tenham asseio com o uniforme, com os EPI's e boa apresentação pessoal;

5.5.33. A Contratada deverá desestimular o uso de telefones celulares durante o expediente. Devendo a mesma fixar horários pré-determinados e locais de utilização. Em caso de emergência familiar, a empresa poderá disponibilizar um telefone fixo para os colaboradores;

5.5.34. A Contratada deverá operar como uma organização completa no gerenciamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo todos os materiais de consumo, mão de obra, ferramentas, equipamentos/máquinas e EPC's necessários à execução dos serviços;

5.5.35. Os empregados da Contratada atenderão exclusivamente as demandas técnicas dos serviços objeto do Termo de Referência, na especialidade para a qual forem contratados, não se admitindo desvio de função para outra atividade;

5.5.36. Não será admitido que os empregados fiquem ociosos por falta de material de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos/maquinários ou por excesso de mão de obra;

5.5.37. A Contratada deve fornecer aos seus empregados ferramentas e equipamentos/máquinas, necessários à execução dos serviços, conforme modelo a ser inserido como anexo do Termo de Referência, prezando, minimamente, pela ergonomia, pela eficiência, pelo controle de ruídos, pela segurança do trabalho, pela baixa emissão de resíduos poluentes, que minimizem a vibração quando acionados e que protejam terceiros;

5.5.38. A equipe de fiscalização concederá lugar para a guarda de ferramentas e de equipamentos/máquinas;

5.5.39. Todas as ferramentas e equipamentos/máquinas deverão ser identificados com o nome da Contratada;

5.5.40. A Contratada substituirá, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), as ferramentas e os equipamentos/máquinas alocados para execução dos serviços que não se revestirem de qualidade e/ou de condições de uso;

5.5.41. A Contratada deverá apresentar para a gestão/fiscalização do contrato o relatório mensal das atividades desenvolvidas e as ações corretivas e preventivas adotadas quando da entrega dos documentos fiscais para pagamento;

5.5.42. A Contratada re fará, às suas custas, o serviço reprovado pela fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados quanto por

imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo e o material necessário;

5.5.43. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993;

5.5.44. A contratada deverá emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados durante o expediente, ou documento equivalente fornecido por aquela autarquia;

5.5.45. Fica vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 70 do Decreto n.º 7.203, de 2010;

5.5.46. A Contratada poderá aplicar técnicas e tecnologias inovadoras, desde que autorizadas pela gestão do contrato e que não resultem incompatíveis com os interesses de preservação dos valores histórico, cultural, estético e ambiental;

## **5.6. Dos critérios e práticas de sustentabilidade**

5.6.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos, equipamentos e insumos, tais como energia elétrica, água e demais recursos que estejam sob sua supervisão, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante;

5.6.2. É dever da Contratada analisar e adotar na prestação dos serviços contratados: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; prezar pela maior geração de empregos, utilizar preferencialmente mão de obra local; utilizar materiais e equipamentos que possuam uma maior vida útil e menor custo de manutenção; adotar o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e utilizar materiais e equipamento de origem ambientalmente regular.

5.6.3. A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

5.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

5.9. Mensalmente os serviços serão auferido conforme a avaliação da qualidade dos serviços constates do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Anexo IV desse Termo de Referência. O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio do IMR deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos;

5.10. Responsabilidade da Contratada pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, das categorias abrangidas pelo contrato, abrangendo todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações dos requisitos da contratação desse documento bem como no ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, como requisito previsto em lei especial.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:30 horas às 14:00min às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (61) 2030-2594 ou (61) 2030-2691.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Será emitido Atestado de Vistoria/Visita, ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA, desse Termo de Referência, assinado pelo servidor responsável e representante da empresa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou a empresa deverá emitir Declaração de Renúncia à Visita Técnica, ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA, desse Termo de Referência, de que conhece as condições locais para execução do objeto, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total

responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão ou entidade;

7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### **Do início da execução dos serviços**

8.2. A Contratante convocará a Contratada, em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do Contrato, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, denominada reunião inicial, com o objetivo de:

- a) Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o Contratante e o preposto da Contratada;
- b) Definir as providências necessárias para inserção da Contratada no ambiente de prestação dos serviços;
- c) Definir as providências de implantação dos serviços;
- d) Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

8.2.1. Na Reunião Inicial a Contratada deverá:

- a) Apresentar seu preposto;
- b) Apresentar, se possível, sua equipe técnica de Engenheiros que atuará diretamente na prestação dos serviços contratados, com a respectiva documentação de comprovação de atendimento aos perfis exigidos;
- c) Realizar apresentação técnica do seu processo de trabalho e das ferramentas para execução dos serviços contratados.

8.2.2. Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre a Contratante e a Contratada, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas e negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do Contrato.

8.3. Os serviços da Contratada deverão ser iniciados conforme previsto no item 5.2.2 desse Termo de Referência, ou em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, caso a data prevista tenha sido ultrapassada.

### **Da forma de prestação dos serviços**

8.4. O início da prestação dos serviços estará condicionado à apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada e quitada. A apresentação da ART de execução da Contratada deve ser realizada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

8.5. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o início da execução dos serviços, relatório descritivo detalhado das instalações da edificação Bloco "A", constantes no ANEXO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL, informando da situação das instalações elétricas, hidráulicas, de prevenção e combate à incêndio, de climatização, das redes de dados e voz, entre outras, e, ao mesmo tempo, apresentar as possíveis soluções para as recuperações. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e apresentação de justificativa, que será analisada pela Contratante, a quem compete recomendar ou não a concessão da prorrogação.

8.6. Os serviços serão executados por mão-de-obra qualificada e deverão obedecer rigorosamente as instruções contidas neste Termo de Referência, plano de manutenção sugerido e não exaustivo constante no ANEXO III - PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, bem como as contidas nas disposições cabíveis do Decreto nº 92.100 de 10/12/85 e as normas e métodos definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

8.7. A Contratada deverá estar ciente que parte do trabalho poderá ser executada fora do horário comercial, incluindo os finais de semana e feriados nos casos de urgência e/ou emergência.

8.8. Além dos serviços de manutenção e operação dos sistemas descritos neste Termo de Referência, a Contratada deverá realizar quando demandados pela Administração orçamentos de serviços de engenharia, reformas, e obras demandados pela fiscalização;

8.9. **Dos serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva e mão de obra especializada:**

8.9.1. A empresa será responsável por ligar, desligar e manter, quando necessário, todos os sistemas do edifício, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica entre outros.

8.9.2. Os serviços contínuos de manutenção preventiva e preditiva serão realizados de acordo com o programa a ser apresentado, modelo de plano constante no ANEXO III - PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, não exaustivo, onde estão instalados os sistemas no período compreendido entre 7h e 19h, salvo casos especiais como desligamento de energia que deverão ser executados fora do horário comercial.

8.9.3. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no mesmo período indicado para a operação. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento de algum sistema, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento do Edifício Bloco "A", os serviços deverão ser programados para outros horários e dias.

8.9.4. Fica estabelecida como manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recompor os equipamentos, áreas, locais, bem como substituição de peças, componentes e materiais da mesma espécie ou similar, com os ajustes e recuperações de partes dos bens, de forma que voltem às suas condições originais, de acordo com manuais, normas técnicas específicas e projeto do fabricante, e/ou área construída, e/ou revitalizações e reformas.

8.9.5. Os serviços para a execução das manutenções preventivas e corretivas não poderão prejudicar as atividades inerentes ao Edifício.

8.9.6. O quantitativo de profissionais residentes e eventuais bem como as Atribuições da equipe técnica estão detalhadas no ANEXO VII - EQUIPE RESIDENTE E EVENTUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS.

8.9.6.1. Caso ocorra, por qualquer razão, a impossibilidade de um ou mais dos profissionais continuar à frente dos trabalhos, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar acervo técnico dos novos profissionais, o qual será avaliado pelo MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC;

8.9.6.2. Em caso de ausência de quaisquer dos empregados alocados, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata substituição no prazo máximo de 01 (uma) hora após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a execução dos serviços;

8.9.6.3. A CONTRATADA deverá compatibilizar todos os serviços com as solicitações e as necessidades do MINISTÉRIO DA CIDADANIA- MC, inclusive, os casos de emergência, e aqueles cuja realização toma-se imprescindível serem aos sábados, domingos, feriados e fora do horário de expediente;

8.9.7. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados terão garantia mínima de 1 (um) ano, contado do recebimento definitivo dos serviços;

8.9.8. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE;

8.9.9. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia.

**8.10. Do fornecimento de peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos, mecânicos, entre outros:**

8.10.1. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos que apresentarem defeitos e que necessitarem serem substituídos, deverão ser novos da mesma marca e modelo da retirada do equipamento ou sistema. Somente será admitida outra marca se provado ao Fiscal do Contrato, considerando a descontinuidade da fabricação daquela peça pelo fabricante original e inserção no mercado nacional de outra peça similar;

8.10.2. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos, componentes e partes dos equipamentos serão fornecidas pela CONTRATADA, devendo inclusive a empresa prestadora do serviço, manter estoque suficiente no local para fazer face às possíveis necessidades de substituição daqueles componentes/peças, que visam precisar o funcionamento ou alarme de mau funcionamento dos equipamentos ou sistema, tais como dos leds ou lâmpada fusíveis, rolamentos, contadoras, fitas isolantes, vaselina, estopas e similares. O ônus desse material, efetivamente empregados nas manutenções preventivas, corretivas, preditivas e sob demandas, ocorrerá por parte da Contratante mediante ressarcimento à Contratada.

8.10.3. As peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição deverão ter garantia, de acordo com a garantia do fabricante;

8.10.4. A planilha com o quantitativo estimado de peças, insumos, materiais, de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição, entre outros estão detalhadas no ANEXO VIII-B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS);

8.10.5. Demais rotina e procedimentos sobre fornecimento dos insumos estão discriminados no capítulo 9 desse Termo de Referência.

**8.11. Dos Serviços Sob Demanda:**

8.11.1. O Ministério, por intermédio da Fiscalização, convocará a Contratada, sempre que necessário, para a realização de serviços sob demanda de adaptação, melhorias, recuperação, conserto, conservação e reparo, os quais não serão executados pela equipe fixa. Tais trabalhos serão executados por profissionais qualificados e especializados, sob acompanhamento e orientação do encarregado geral e engenheiro.



8.11.2. A planilha com o quantitativo estimado de serviços sob demanda (eventuais) estão detalhadas no ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS).

8.11.3. Os serviços sob demanda, não serão efetuados pela equipe residente. A Contratada deverá disponibilizar os profissionais necessários para execução destes serviços;

8.11.4. O valor da mão de obra utilizada nesses serviços sob demanda estará incluído no valor do serviço, assim como os materiais necessários que serão utilizados e o índice BDI. A Contratada deverá apresentar planilha de custos dos serviços sob demanda;

8.11.5. prazo para apresentação, pela Contratada, de orçamento e cronograma de serviço sob demanda solicitado pelo Ministério será de:

8.11.5.1. No máximo, 03 (três) dias úteis após o recebimento da solicitação, para serviços sob demanda constantes do ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS).

8.11.5.2. No máximo 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação, para serviços sob demanda não constantes do ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS).

8.11.5.3. No caso da impossibilidade de cumprimento do prazo para apresentação do orçamento e cronograma, a Contratada deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 01 (um) dia, ao fiscal com a apresentação de justificativa para o atraso e novo prazo de entrega. A ampliação do prazo está condicionada a aceitação da justificativa apresentada ao fiscal;

8.11.6. Em relação aos serviços sob demanda, caso haja necessidade de atividades não previstas no ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS), e que sejam indispensáveis para a manutenção das instalações do Ministério, a Contratada deverá:

8.11.6.1. Considerar os valores de custos e índices da construção civil divulgados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da Caixa Econômica Federal de acordo com a localidade de Brasília (DF), referentes a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração na planilha de Serviços sob demanda, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

8.11.6.2. Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto no item acima, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual ou distrital e em publicações técnicas especializadas, referentes aos dados do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração na planilha custos de Serviços sob demanda, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

8.11.6.3. Para os itens que não constam nos Sistemas de Referência de Custos, apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos, obtidos por meio de cotação de mercado. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte do Ministério. Neste caso será realizada pesquisa de preços no mercado, por parte da fiscalização, e será considerado a média de preços, encontrado pela Contratada ou pelo Ministério, o que for menor, o qual retroagirá até a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual, pelo Índice Nacional de Preços da Construção Civil - INCC/FGV, e será aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração na planilha de custos de Serviços sob demanda, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

8.11.6.4. Os serviços sob demanda enquadrados na condição de que trata o item 8.11.6, serão incorporados à listagem objeto do ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS), deste Termo de Referência, tendo como parâmetro o valor encontrado conforme os itens anteriores, seja ele oriundo de tabela de referência ou de pesquisa de mercado efetuada.

8.11.7. A Contratada, sempre que demandada, na ocorrência de sinistros ou quando identificada alguma anomalia que represente riscos a integridade física das pessoas ou dos equipamentos e instalações, deverá elaborar Laudo Técnico, sob a responsabilidade do Responsável Técnico ou de outro engenheiro especializado, que conste, no mínimo, um diagnóstico minucioso do fato, as causas, as possíveis consequências, registros fotográficos e a solução do problema;

8.11.8. A Contratada somente poderá executar os serviços após aprovação da fiscalização e comunicação formal sobre autorização para início;

8.11.9. Após a conclusão dos serviços sob demanda, a fiscalização realizará a medição e avaliará a necessidade de recebimento provisório, conforme características do serviço e definições deste Termo de Referência;

8.11.10. Cabe à Fiscalização priorizar a execução dos serviços, fundamentado na significância dos riscos (emergência, urgência ou sem riscos significativos).

## **8.12. Do Serviço de Software de Gerenciamento de Demandas:**

8.12.1. A Contratada deverá implantar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do primeiro dia da vigência do contrato, sistema/software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas.

8.12.2. Os ativos patrimoniais a serem mantidos são os sistemas e

equipamentos que compõem a edificação Bloco "A".

8.12.3. O sistema/software gerenciador de manutenção e controle das ordens de serviços deverá contemplar as especificações mínimas a seguir descritas, bem como outras que se fizerem necessárias, atendendo as necessidades da Gestão e da Fiscalização:

- 8.12.3.1. Funcionar de forma independente e exclusivamente em plataforma web (via internet), não sendo permitida a instalação de qualquer software nos computadores da Contratante;
- 8.12.3.2. Funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- 8.12.3.3. Possibilitar a abertura e o acompanhamento das ordens de serviços;
- 8.12.3.4. Disponibilizar relatório mensal, com informações do quantitativo de ordens de serviços abertas, canceladas e executadas, com análise da média de atendimento, do número de solicitações e dos serviços mais solicitados;
- 8.12.3.5. Disponibilizar gráficos relativos aos trabalhos e procedimentos efetuados;
- 8.12.3.6. Possibilitar a execução de orçamentos, quando necessários, para cada ordem de serviço aberta, com vínculo às planilhas do contrato;
- 8.12.3.7. Possibilitar que cada orçamento criado seja devidamente autorizado pela Fiscalização, antes da liberação para execução dos serviços;
- 8.12.3.8. Fornecer o tempo médio de atendimento para a execução dos serviços;
- 8.12.3.9. Disponibilizar a tabela de preços e serviços do contrato;
- 8.12.3.10. Possibilitar a criação de usuários com níveis de acesso ao sistema distintos e com senhas;
- 8.12.3.11. Possibilitar acesso ao histórico de intervenção por equipamento, instalação, serviços em geral e peças substituídas;
- 8.12.3.12. Possibilitar o cadastro de peças, equipamentos, instalações e serviços em geral, indicando localização nos imóveis abrangidos pelo contrato;
- 8.12.3.13. Possibilitar o demonstrativo de custos das manutenções corretivas e preventivas, por equipamento, localização e data das ocorrências;
- 8.12.3.14. Possibilitar a emissão de relatórios mensais das manutenções preventivas e corretivas;
- 8.12.3.15. Possibilitar o controle dos prazos de garantia de peças, materiais e serviços;
- 8.12.3.16. Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, criando um histórico de manutenção;
- 8.12.3.17. Possibilitar a emissão da relação da equipe técnica disponível;
- 8.12.3.18. Emitir Ordens de Serviço de acordo com o modelo disponível no ANEXO X - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO , não exaustivo, ou conforme orientação da fiscalização do contrato;
- 8.12.3.19. Possibilitar a conclusão das Ordens de Serviço por meio de assinatura eletrônica do gestor e/ou do fiscal do contrato;

8.12.4. As "OS corretivas" só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Ministério, o "de acordo" do Fiscal e o carimbo e assinatura do Engenheiro residente do Contratado;

8.12.5. Serão de inteira responsabilidade da Contratada os seguintes serviços:

- 8.12.5.1. Cadastrar equipamentos e/ou sistemas prediais tais como: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica entre outros.
- 8.12.5.2. Monitorar os equipamentos e/ou sistemas prediais cadastrados através do consumo de energia ativa e reativa, consumo de água corrente e voltagem por fase de alimentação dos equipamentos, com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos;
- 8.12.5.3. Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (check lists);
- 8.12.5.4. Permitir a criação de um banco de conhecimento de manutenção que pode ser consultado, incorporado e aprimorado, tomando a troca de informações entre manutenções semelhantes muito mais fáceis, além de agilizar a implementação das;
- 8.12.5.5. Permitir o cadastramento de ordens de serviços através da intranet/internet pelos próprios clientes;
- 8.12.5.6. Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens de serviços;
- 8.12.5.7. Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;
- 8.12.5.8. O sistema deverá emitir relatório da quantidade de chamadas recebidas por usuários com possibilidade de filtrar por período e tipo de problema/solicitação;
- 8.12.5.9. O sistema deverá emitir relatório e gráficos dos chamados, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor da

Contratada;

8.12.5.10. Permitir que o Ministério da Cidadania - MC efetue consultas no sistema, via web, sobre a situação (status) dos seus chamados, em seus respectivos serviços;

8.12.5.11. Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por serviço quanto: manutenção preventiva, manutenção corretiva (atendimento), manutenção preditiva (monitoramento), gráficos de acompanhamento do atendimento etc.; e

8.12.5.12. Permitir a integração, em tempo real, com o monitoramento de equipamentos, desde que instalados os hardwares necessários (automação predial).

8.12.6. A descontinuidade do funcionamento deste sistema repercute na inexistência do controle do material e mão de obra inviabilizando o atesto da fatura mensal, bem como o pagamento mensal da disponibilização do serviço.

8.12.7. Os custos de manutenção do sistema de controle de demandas estão detalhadas no ANEXO VIII-E - SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS.

8.12.8. Todos os dados que alimentarão o sistema, bem como os decorrentes de seu funcionamento, serão de propriedade da Contratante, devendo ser disponibilizados pela Contratada, sempre que solicitado pela fiscalização e ao final do contrato, em formato digital e compatível com softwares usuais no mercado.

8.13. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da Contratada em qualquer ocorrência, atos erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas.

8.14. Durante a execução dos serviços, quando se fizer necessária e imprescindível a mudança nas especificações ou substituição de materiais, componentes, peças ou acessórios, a Contratada deverá apresentar solicitação escrita, minuciosamente justificada. Essas deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o funcionamento contínuo dos sistemas. A fiscalização compete decidir a respeito da execução desses serviços. Será por conta da Contratada a retirada, demolição, remessa, bem como devolução e posterior reinstalação e/ou recomposição, inclusive serviços complementares.

8.15. Os serviços de manutenção contínuos, objeto deste Termo de Referência, serão contratados com o fornecimento da mão de obra e o serviços de reposição de materiais quando necessários. Já nos serviços sob demanda estão contemplados nas composições as peças, materiais, e mão de obra para realização dos serviços.

8.16. Os serviços sob demanda serão contratados conforme demanda da Administração e com o fornecimento de mão de obra e todos os materiais e insumos de responsabilidade da Contratada e serão à ela ressarcidos, conforme o estabelecido neste Termo de Referência.

8.17. A Contratada empregará boa técnica na execução dos serviços com mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

8.18. Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos distritais, estaduais ou federais, correrão por conta da Contratada.

8.19. Os serviços deverão respeitar rigorosamente as normas e legislação vigente, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, não exaustivos e sem prejuízo do cumprimento das normas advindas ou outras que não constam na listagem:

- a) NBR 5410 da ABNT, de 30 de setembro de 2004 - Instalações Elétricas de baixa tensão;
- b) Resolução ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000 - Condições Gerais de Fornecimento de energia Elétrica;
- c) NBR 5414/99 da ABNT - Execução de Instalações Elétricas de Alta Tensão;
- d) NBR 5419/99 (NB 165) da ABNT - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- e) Lei Distrital Nº 1.710, de 13 de outubro de 1.997, que dispõe sobre a proteção de estruturas contra descargas atmosféricas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
- f) NBR 5413 (NB 57) - Iluminação de interiores;
- g) Norma Regulamentadora - NR 10 - Instalações e Serviços de Eletricidade;
- h) Norma Regulamentadora - NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção;
- i) Norma NBR 19004 da ABNT - Gestão da Qualidade e Elementos do Sistema da Qualidade - Diretrizes;
- j) Norma Técnica Nº 009/2002-CBMDF- Sobre atividades Eventuais, que especificam. 9.3.14.12. Resolução - RE nº 09, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.20. Todos os profissionais residentes da equipe de manutenção devem cumprir suas jornadas de trabalho integralmente nas dependências do Edifício Bloco "A", uniformizados, identificados com crachá e com EPI, quando for o caso.

8.21. Os serviços sob demanda devem ser prestados por profissionais com uniformes com cor predominante diferentes das cores dos uniformes da equipe de profissionais residentes da manutenção. Todos devem permanecer identificados com crachá e utilizando EPI adequado para os serviços que estiverem sendo executados.

8.22. Quanto às substituições:

8.22.1. Quando houver a troca de qualquer profissional residente, o currículo de seu substituto deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização, quando o mesmo for responsável técnico deverá ser providenciada, imediatamente, nova ART de Execução e/ou Habilitação, conforme disciplina a Resolução nº307/86- CONFEA;

8.22.2. A Contratada não poderá substituir nenhum funcionário sem prévia comunicação à Fiscalização;

8.22.3. Toda documentação comprobatória da qualificação técnica do profissional deverá ser previamente aprovada pela fiscalização.

8.23. Todos os serviços realizados, sejam eles de manutenção corretiva, preventiva, preditiva ou serviços sob demanda, serão Precedidos de Ordem de Serviço - O.S. que deverá estabelecer quantidades e custos de materiais ou serviços que serão utilizados ou executados, prazo e local de execução.

8.23.1. Em regra todas as Ordens de Serviços serão emitidas por meio de Software de Gerenciamento de manutenção conforme descrito neste Termo de Referência, para que possa ser verificada, pela fiscalização a plena execução dos serviços em conformidade com este instrumento.

8.23.2. Não sendo possível o uso do Software de Gerenciamento, por razões justificadas e aceitas pela Contratante, as Ordens de Serviço serão emitidas em papel conforme modelo apresentado no ANEXO X - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO, respeitando os procedimentos por ela estabelecidos.

8.24. É vedado à Contratada alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente de serviços executados.

8.25. Também serão executados pela Contratada todos serviços elencados nas atribuições dos profissionais que compõem as equipes técnicas, conforme descrito no itens e subitens referentes a cada profissional.

8.26. A Contratada deverá elaborar e fornecer mensalmente à Administração, quando da apresentação da medição, Relatório de Manutenção devidamente assinado pelo Engenheiro Responsável Técnico, constando, no mínimo, as seguintes informações:

8.26.1. Discriminação dos serviços executados no mês, incluindo data, horário e local dos mesmos;

8.26.2. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;

8.26.3. Relação de serviços realizados, em andamento e pendentes de conclusão, estes com as datas previstas para suas finalizações;

8.26.4. Análise e resultado dos testes dos equipamentos;

8.26.5. Serviços a executar, ou seja, aqueles que ainda serão iniciados após a data de fechamento do relatório;

8.26.6. Informações sucintas sobre a situação dos sistemas e (ou) instalações, indicando as deficiências e sugerindo correções e reportando possíveis consequências;

8.26.7. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

8.26.8. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia;

8.26.9. Informações sobre índices anormais de falhas eventualmente observadas em equipamentos e sistemas;

8.26.10. Peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas, notadamente os que serão objeto de pagamento pela Administração;

8.26.11. Sugestões com vista a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas e outras que se fizerem necessárias;

8.26.12. Outras informações que venham a ser solicitadas pela fiscalização.

8.27. A Contratada, sempre que demandada, na ocorrência de sinistros ou quando identificada alguma anomalia que represente riscos a integridade física das pessoas ou dos equipamentos e instalações, deverá elaborar Laudo Técnico, sob a responsabilidade do Responsável Técnico ou de outro engenheiro especializado, que conste, no mínimo, um diagnóstico minucioso do fato, as causas, as possíveis consequências, registros fotográficos e a solução do problema.

8.28. Os serviços da Contratada serão prestados de segunda a segunda, de forma ininterrupta, com escalonamento do grupo de trabalho de acordo com a carga horária regulamentar da categoria, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

8.29. Para a execução de serviços em fins de semana e feriados, a Contratada deverá utilizar, preferencialmente, a equipe técnica não residente e/ou serviços da planilha eventual.

8.30. A Contratada deverá manter disponível reserva técnica para efetuar as coberturas necessárias de funcionários que eventualmente vierem a se ausentar por motivos tais como: faltas, férias e licenças, a qual não será contabilizada no quantitativo a ser contratado e nem poderá ser faturada.

8.31. Em casos de urgência e de emergência, a qualquer dia e hora, inclusive finais de semana e feriados, a equipe de apoio deverá estar disponível em até 3 (três) horas, a contar do horário de abertura do chamado. Este recurso não poderá ser usado para justificar desconhecimento técnico de funcionários residentes.

8.32. Os serviços a serem realizados pela equipe não residente deverão ser previamente aprovados e autorizados pela Administração, mediante apresentação dos

orçamentos e do prazo de execução pela Contratada.

8.33. Os rejeitos e sobras de materiais que não possam ser reaproveitados, bem como todo o lixo (entulho) proveniente dos serviços da Contratada, inclusive de desmanche, desmontagem, demolição ou substituição, deverão ser convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização e, posteriormente, removidos por completo pela Contratada, sem ônus para a Administração, atentando para os normativos das Leis de Limpeza Urbana, das Legislações Ambientais e para o disposto neste instrumento.

8.34. As despesas envolvendo a locação de containeres, caçambas para disposição e transporte dos rejeitos, sobras e lixos citados no item anterior deverão fazer parte da proposta apresentada pela Contratada.

8.35. Os serviços executados deverão ser precedidos de proteção dos locais, objetos e bens. Essa proteção deverá ser feita por meio de lonas, plásticas, papelão ou outros materiais similares. Caso necessário, a empresa providenciará o remanejamento de objetos, materiais e outros itens para outro local indicado pela Fiscalização.

8.36. O Engenheiro integrante da equipe residente será o Responsável Técnico pelos serviços prestados pela Contratada, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

8.37. O Engenheiro integrante da equipe residente poderá atuar como preposto da Contratada, mediante aprovação da Administração.

8.38. A Contratada deverá disponibilizar, para comunicação com a Administração, aparelhos de telefonia móvel, no mínimo, para o Responsável Técnico e para o(s) Encarregado(s) de Manutenção. Os números de telefone celular do Responsável Técnico e do(s) encarregados deverão ser mantidos ligados, ininterruptamente, para o atendimento das demandas emergenciais da Administração.

8.39. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento da estrutura mínima para a execução de seus serviços contratados, fora os já listados no ANEXO VIII-A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS como computadores, impressoras e demais equipamentos de informática, softwares de engenharia e arquitetura (AUTOCAD, REVIT, etc.), softwares de projetos de engenharia e de instalações, softwares de gerenciamento de chamados, serviços e ordens de serviço, mobiliários, material de escritório, acesso à internet, telefonia fixa e móvel, dentre outros necessários, sem custo adicional para a Contratante.

#### 8.40. Do Ponto Eletrônico

8.40.1. A Contratada disponibilizará, no Edifício Bloco "A", registradores eletrônicos de ponto (REP), para o controle da frequência de seus funcionários, devendo observar:

8.40.1.1. Os registradores eletrônicos de ponto deverão ser certificados pelo INMETRO;

8.40.1.2. Os registradores eletrônicos de ponto deverão seguir as orientações das portarias vigentes do Ministério do Trabalho e da Previdência, ou de outro ente Federal que o substituir;

8.40.1.3. Os registradores eletrônicos de ponto deverão dispor de: leitor de impressão digital ótico ou melhor; capacidade de armazenar os dados de todos os funcionários que prestarão serviços por meio do contrato pactuado; impressora para impressão de comprovantes para os funcionários; opções alternativas para registro do ponto (senha, cartão de proximidade, etc.); software de gestão e de backup dos dados armazenados; monitoramento à distância do funcionamento, dados e do consumo da bobina de impressão; tela (display) de informações como hora e data locais; outros recursos inerentes ao controle de frequência dos funcionários;

8.40.1.4. A identificação dos funcionários deverá ser feita, preferencialmente, por meio de biometria. Os casos que não permitam a realização de biometria deverão ser submetidos à análise e deliberação da fiscalização;

8.40.1.5. Não será permitido o registro de ponto manual (folhas de ponto), salvo casos especiais submetidos à análise e aprovação da fiscalização.

8.40.1.6. A Contratada deverá apresentar mensalmente, no fechamento da medição, ou sempre que solicitado pela fiscalização, os registros de frequência extraídos dos registradores eletrônicos de ponto, ou de outros meios previamente autorizados pela fiscalização, de todos os funcionários que prestaram serviços no período.

8.40.2. O registro de ponto eletrônico observará o disposto na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, ou outro instrumento que venha substituí-la.

8.40.3. Todos os custos relacionados a instalação e manutenção registradores eletrônicos de ponto (REP) ficarão a cargo da contratada.

#### 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no ANEXO VIII-A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL, não exaustiva, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão prestados pela equipe residente de manutenção com o fornecimento, pela Contratada, de todos os materiais e peças necessários, como cabos, eletrodutos, abraçadeiras, adaptadores, conectores, reatores, disjuntores, fusíveis, soquetes, fios, condutores, válvulas, retentores, reparos, filtros, correias, tubos, conexões, óleo diesel, dentre outros, os quais se encontram listados no ANEXO VIII-B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS);

9.3. O ônus do material de reposição/peças/componentes efetivamente empregados na manutenção preventiva, preditiva, corretiva e em demandas novas, correrá por conta da Contratante, mediante ressarcimento à Contratada;

9.4. Sempre que a fiscalização solicitar, a Contratada deverá emitir relatório técnico comprovando a necessidade técnica do serviço e substituição de materiais de reposição, peças, componentes e acessórios, inclusive com acompanhamento de documentos demonstrativos tais como tabelas, gráficos e outros;

9.5. No desempenho do serviço de manutenção preventiva ou corretiva, a Contratada assumirá o ônus, mediante ressarcimento da Contratante, pelo fornecimento de materiais e execução das tarefas conexas, tais como: abertura e reposicionamento do forro, rasgos em alvenarias e pisos, recomposição do revestimento, perfurações em paredes e lajes, e outros serviços necessários. Os reparos para recomposição do edifício deverão ser de acordo com as especificações que se encontravam anteriormente à intervenção da Contratada, e antes da ocorrência à fiscalização deverá ser comunicada, bem como atualizado o orçamento da Ordem de Serviço em questão;

9.6. É vedado o emprego de materiais de reposição, peças ou componentes recondicionados ou de segunda mão, devendo a Contratada sempre empregar no serviço de manutenção peças e componentes novos e originais, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei;

9.7. A Contratada deverá manter estoque mínimo de material nas dependências do Ministério, para que os serviços de manutenção corretiva e preventiva não sofram descontinuidade, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da Contratada quanto a guarda e o manuseio. Os materiais utilizados deverão ser imediatamente repostos mantendo-se o estoque mínimo. A Fiscalização do Contrato poderá, a qualquer tempo, fiscalizar se o estoque está dentro dos parâmetros mínimos estabelecidos. A presença da Fiscalização do Contrato não exime as responsabilidades da Contratada pela manutenção do referido estoque.

9.8. Nas situações em que eventualmente não se tenha o material estocado, a Contratada deverá providenciar a aquisição deste em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, exceto nos casos considerados urgentes ou emergenciais, em que deverá providenciar em até 1 (uma) hora;

9.9. Em relação aos materiais, caso haja necessidade de itens não previstos na planilha estimativa e que sejam indispensáveis para a execução dos serviços, a Contratada deverá:

9.9.1. Considerar os valores de custos e índices da construção civil divulgados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da Caixa Econômica Federal de acordo com a localidade de Brasília (DF), referentes aos da data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

9.9.2. Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto no item acima, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal e em publicações técnicas especializadas, referentes a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

9.9.3. Para os itens que não constam nos Sistemas de Referência de Custos, apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos, obtidos por meio de cotação de mercado. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte do Ministério. Neste caso será realizada pesquisa de preços no mercado, por parte da fiscalização, e será considerado o menor preço, encontrado pela Contratada ou pelo Ministério, o qual retroagirá até a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual, pelo índice INCC/FGV, e será aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Administração, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

9.9.4. Os referidos materiais e itens que não estejam previstos na planilha estimativa serão incorporados à listagem objeto do ANEXO VIII-B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS) deste Termo de Referência, tendo como parâmetro o valor encontrado conforme os itens anteriores, seja ele oriundo de tabela de referência ou de pesquisa de mercado efetuada.

9.9.5. O prazo para apresentação dos orçamentos será de, no máximo, 03 (três) dias úteis. Caso não seja possível o cumprimento deste prazo a Contratada deverá enviar solicitação de dilação de prazo para a fiscalização, com as devidas justificativas, podendo a fiscalização prorrogar o prazo para um novo prazo de comum acordo com a Contratada.

9.9.6. Para os itens que não constem nas tabelas de referência e em publicações especializadas, a estimativa de custos poderá ser apurada através de pesquisa de mercado onde serão apresentados, no mínimo, e sempre que possível, 03 (três) orçamentos de materiais de reposição de empresas diferentes de forma detalhada, constando no mínimo, nome, marca, especificações, valores unitários e totais das peças. Este orçamento retroagirá até a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual, pelo Índice INCC/FGV, e será aplicado o percentual médio de desconto equivalente obtido pela Contratante na planilha de Materiais, com a proposta vencedora, em relação ao preço referencial;

9.9.7. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de

aprovação por parte da fiscalização da Contratante. A fiscalização poderá realizar pesquisa de preços no mercado para auxiliar na aprovação dos orçamentos apresentados pela Contratada, sendo nesse caso considerada a média dos preços encontrados pela Contratada ou pela Contratante, o que for menor;

9.10. Serão consideradas marcas de padrão de referência, para efeito de similaridade: TIGRE e DECA (materiais hidráulicos e elétricos); DECA e CELITE (louças e acessórios sanitários e metais); CORAL, SHERWIN WILLIAMS, METALATEX e SUVINIL (tintas, vernizes seladoras, massa à base de PVA e complemento acrílico);

9.11. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados na edificação da Contratante. Em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), deverá ser feita a substituição por outro similar ou superior em qualidade;

9.12. Em caso de dúvida sobre a qualidade dos insumos e materiais, a Contratada deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, como contraprova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para a Contratante;

9.13. A Contratada deverá informar ao Ministério a ocorrência de indisponibilidade definitiva de qualquer equipamento ou peças colocados à disposição da Contratada, devendo substituí-lo em caráter permanente por outra igual ou superior, sem ônus para a Contratante, caso se comprove que a indisponibilidade seja oriunda do uso inadequado do mesmo. O equipamento substituído será incorporado ao patrimônio da Contratante;

9.14. Fará parte do fornecimento obrigatório pela Contratada, sem custo adicional para a Contratante, além daqueles previstos no ANEXO VIII-A03 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI e ANEXO VIII-A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL todos os elementos de consumo e ferramentas necessários à efetiva execução de seus serviços, tais como: EPI'S (equipamentos de Proteção Individual), EPC'S (Equipamentos de Proteção Coletiva), ferramentas operacionais, aparelhos de medição, óleo lubrificante, estopas, parafusos, lixas, graxa, fitas adesivas, fitas isolantes, pincéis, itens para recuperação de peças enferrujadas, elementos de soldas (gases, soldas e seus ferramentais), dentre outros.

9.15. Todos itens e quantitativos de materiais, peças, componentes e serviços previstos nas planilhas de materiais e de serviços eventuais são estimativos, podendo haver consumo maior ou menor do que a quantidade prevista em cada item.

9.16. Os materiais fornecidos deverão obedecer, no mínimo:

9.16.1. Ao disposto neste Termo de Referência;

9.16.2. Às normas da ABNT;

9.16.3. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;

9.16.4. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos.

9.17. As situações não abordadas serão definidas pela fiscalização da Contratante, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as características do edifício trazidas no ANEXO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL, desse Termo de Referência.

10.2. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

10.3. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo facultada a visita e vistoria dos locais de execução dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços. No caso de realização da vistoria anexar à documentação de habilitação o atestado de Vistoria/Visita, ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA, ou no caso de renúncia anexar à documentação de habilitação a declaração de renúncia de Vistoria/Visita, ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA.

10.4. Considerar também a atual composição do edifício Bloco "A", conforme tabela abaixo:

10.4.1. Pavimentos: Garagem, subsolo, térreo e 09 pavimentos superiores;

10.4.2. 02 (duas) escadas de emergência;

10.4.3. 03 (três) escadas de circulações;

10.4.4. 08 (oito) elevadores, sendo 04 (quatro) para deslocamento geral, 02 (dois) de serviço e 02 (dois) privativos;

10.4.5. Ambas as laterais possuem esquadrias metálicas e vidros, em toda a sua extensão, sendo que a lateral oeste é protegida contra a incidência de raios solares, por brisas com aletas de alumínio;

10.4.6. Os revestimentos dos pisos são variáveis de acordo com o pavimento e com a utilização específica, sendo compostos, dentre outros, por paviflex, PVC, piso flutuante, mármore, granito, porcelanato, etc.;

10.4.7. Os revestimentos superiores dos pavimentos (forros) são de materiais

diversos, de acordo com cada caso e utilização, encontrando-se, dentre outros, gesso, diversos tipos de fibra mineral, paraline, etc.;

10.5. A tabela abaixo mostra o quantitativo médio de pessoas, que trabalham no edifício Bloco "A":

ÓRGÃO	SIGLA	QUADRO APROXIMADO DE PESSOAL
Ministério da Ciência, Tecnologia e inovações	MCTI	140
Ministério da Cidadania	MC	740
Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos	MMFDH	430
Empresas prestadoras de Serviço	Diversos	650
Visitantes (média diária)	Diversos	224
TOTAL		2.184

## 11. UNIFORMES

11.1. A Contratada deverá manter os funcionários devidamente identificados por meio do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhe uniforme completo e dentro dos padrões de eficiência, segurança e higiene. Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados desde o primeiro dia de execução do contrato.

11.1.1. Não caberá uniforme para os postos de Engenheiro, Auxiliar Administrativo e cadista, contudo os mesmos devem sempre estar identificados com crachá.

11.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

11.3. O uniforme deverá compreender as peças de vestuário constantes no ANEXO VIII-A02 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES desse Termo de Referência;

11.4. Todas as peças devem ser confeccionadas com tecido em algodão e materiais de qualidade usual no mercado.

11.5. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

11.5.1. 02 (dois) conjuntos completos a cada um dos empregados no início da execução do contrato, ou da contratação de um novo profissional, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, (exceto no primeiro ano de contrato), ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.5.1.1. 01 (um) conjunto completo contem as peças de "A" a "F" do ANEXO VIII-A02 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES desse Termo de Referência, totalizando 10 (dez) peças.

11.5.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11.6. É vedada a distribuição de uniformes usados aos empregados vinculados aos serviços contratados.

11.7. Os uniformes que estiverem em mau estado de conservação e/ou que venham colocar em risco a saúde do profissional deverão ser substituídos.

11.8. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela Fiscalização do Contrato.

11.9. O crachá de identificação deverá conter, no mínimo, o nome da Contratada, nome completo do funcionário, fotografia 3x4 e cargo ocupado pelo funcionário;

11.10. Caso a empresa Contratada tenha outros contratos com o Ministério na mesma edificação, as cores dos uniformes deverão ser diferentes dos profissionais que já atuam no edifício.

## 12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

12.1. Participarão da gestão do contrato os seguintes atores: Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato.

### 12.2. Dos Mecanismos de Comunicação

12.2.1. O meio prioritário de comunicação entre a Contratada e a Contratante será por Ofício, sendo admitido secundariamente o uso de e-mail, e, em casos de emergência e baixa complexidade o contato telefônico.

12.2.2. Os meios de comunicação acima citados não substituem as Ordens de Serviço (OS) e a comunicação sobre as Ordens de Serviço no Software de Gerenciamento da Manutenção.

12.2.3. Para os serviços sob demanda, o único meio de comunicação válido para autorização da execução é a Ordem de Serviço.

### 12.3. Dos Critérios de Medição

12.3.1. Os serviços contínuos de Mão de Obra Residente e o Serviço de Gerenciamento de Demandas de Manutenção e Ativos, constituem parcela fixa e a Contratada será remunerada pelos postos de trabalho efetivamente disponibilizados e software disponibilizado, ambos a serviço da Contratante, de acordo com os quantitativos e tipos de postos definidos nos ANEXO VII - EQUIPE RESIDENTE E EVENTUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS e ANEXO VIII-E - SERVIÇO DE



SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS, respectivamente, após aplicação do Índice de Medição de Resultados - IMR, ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR e recebimento e ateste dos serviços nos quantitativos aprovados pela Fiscalização e Gestão de contrato.

12.3.2. Os serviços sob demanda e os materiais efetivamente empregados nos serviços escopo desta contratação constituem parcela variável e serão remunerados à Contratada após a aplicação do IMR, INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR e de acordo com o recebimento e ateste dos serviços nos quantitativos aprovados pela Fiscalização e Gestão de contrato.

#### **Do Instrumento de Medição de Resultado**

12.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) Anexo IV,, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

12.5. Os critérios de utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estão descritos no item "CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO" deste Termo de Referência.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

13.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

13.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

13.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

13.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

13.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

13.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13.14. Realizar toda e qualquer fiscalização relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, e demais necessárias à manutenção da legalidade das condições de habilitação e adimplemento.

### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência

e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

14.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

14.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

14.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros,

14.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

14.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

14.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

14.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

14.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

14.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

14.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

14.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

14.31.1. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo

14.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.33. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

14.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

14.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

14.35.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

14.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

14.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

14.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLT/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

14.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

14.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

14.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

14.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLT/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos;

14.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos;

14.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

14.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e

legislação correlata;

14.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

14.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

14.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

14.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

14.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

14.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

14.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14.48. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

14.49. Realizar e manter atualizado o cadastro de seus representantes legais no sistema SEI Cidadania, para fins de assinatura de termos contratuais e aditivos.

14.50. A Contratada deverá abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação sobre as atividades objeto deste Termo de Referência, sem a prévia e expressa autorização da Administração.

14.51. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência de fato ou circunstância anormal ou extraordinária que aconteça no local dos trabalhos.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

17.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.

17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

17.13.1. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

17.13.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e
- c) exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

17.13.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.13.1.3. entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

17.13.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.13.2. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada no item 17.13.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.13.3. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.13.4. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 17.13.1 acima deverão ser apresentados.

17.13.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.13.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

17.13.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.13.8. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.13.9. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

17.13.9.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.13.10. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

17.13.10.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

17.13.10.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

17.13.10.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

17.13.10.4. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

**17.13.11. Fiscalização diária:**

17.13.11.1. Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

17.13.11.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.

17.13.11.3. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

17.13.12. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

17.13.12.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

17.13.13. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

17.13.13.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

17.13.14. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Contratante quaisquer dos seguintes documentos:

17.13.14.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

17.13.14.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;

17.13.14.3. cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

17.13.14.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

17.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

18.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

18.2.1. Prazo de atendimento das Ordens de Serviço, para que os serviços sejam executados dentro do prazo pactuado para cada nível de criticidade;

18.2.2. Qualidade na execução das Ordens de Serviço, para que a qualidade percebida seja a suficiente para que a solicitação seja realizada uma única vez utilizando-se técnicas reconhecidas como as melhores para executar determinada tarefa;

18.3. No Anexo IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, estão indicados os pormenores da aplicação do IMR;

18.4. O Preposto deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada



com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.6. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 18.7.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo:

19.1.1. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.1.2. Ao final de cada ciclo de faturamento, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

19.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

19.3.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

19.3.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

19.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

19.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.8.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.8.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.8.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

19.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

19.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

20.2. As notas fiscais devem ser apresentadas pela empresa via Protocolo Digital, cujas orientações de acesso constam em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-cidadania>.

20.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

20.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 20.6.1. o prazo de validade;
- 20.6.2. a data da emissão;
- 20.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 20.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 20.6.5. o valor a pagar; e
- 20.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

20.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \left( \frac{6}{365} \right)$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------------------	--

20.18. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

20.18.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual;

20.18.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo;

20.18.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão Contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

20.19. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

20.20. A Contratante destacará do valor mensal do contrato as provisões realizadas pela Administração destinadas.

## 21. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

21.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

21.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

21.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

21.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

21.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória

porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

21.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

21.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

21.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

21.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

21.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

21.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

21.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **22. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO E REAJUSTE)**

22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

22.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

22.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

22.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

22.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

22.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação

das propostas constante do Edital.

22.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

22.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

22.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

22.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

22.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

22.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

22.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

22.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

22.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

22.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

22.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

22.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC (Índice Nacional da Construção Civil), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V(I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo ao mês do reajustamento;

22.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

22.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

22.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

22.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

22.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

22.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato

gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

22.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

22.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

22.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

22.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### 23. GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

23.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

23.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

23.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, e as determinações contidas na Circular n° 662/2022 da SUSEP (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/circular-susep-n-662-de-11-de-abril-de-2022-392772088>) e qualquer atualização na legislação.

23.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

23.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.10. Será considerada extinta a garantia:

23.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

23.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

23.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

23.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

23.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

23.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

23.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

23.16. A garantia a ser apresentada deverá estar em conformidade com as determinações contidas na Circular nº 622/2022, de 26/02/2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ou outra que venha a substituí-la.

23.17. A garantia também deverá estar em conformidade com a IN SLTI/MPDG nº 5/2017, no sentido de que deverá cobrir os eventos independentemente de existência de sentença transitada em julgado.

#### **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 24.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 24.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 24.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 24.1.5. cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

24.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

24.2.2. **Multa de:**

- 24.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 24.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 24.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 24.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 24.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 24.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

24.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "24.2.4" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

24.4. As sanções previstas nos subitens 24.2.1, 24.2.3, 24.2.4 e 24.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

24.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



24.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.15. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a penalidade de multa poderá ser substituída por advertência, desde que considerada falta leve, assim entendida aquela que não acarreta prejuízos significativos para o serviço contratado.

24.16. Garantido a ampla defesa e o contraditório, será configurada a inexecução parcial do objeto quando:

24.16.1. houver paralisação da prestação de serviços de forma injustificada, ou não aceita pela Contratante, por mais de 10 (dez) dias corridos;

24.16.2. quando houver o reiterado descumprimento de cláusulas do contrato, durante sua execução;

24.16.3. quando mais de 50% (cinquenta por cento) dos serviços executados pela Contratada, nos primeiros 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, não forem aceitos pela fiscalização do contrato por não atenderem as especificações e/ou cláusulas contratuais;

24.16.4. houver atraso injustificado do início dos serviços, por mais de 10 (dez) dias após a autorização da OS – Ordem de Serviço.

24.17. Garantido a ampla defesa e o contraditório, será configurada a inexecução total do objeto quando:

24.17.1. Houver o não cumprimento de todas as rotinas previstas no Plano de Manutenção previsto por mais de 30 (trinta) dias;

24.17.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem as especificações, nos primeiros 30 (trinta) dias da prestação dos serviços.

## **25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

25.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

25.3. Não poderão participar deste Pregão:

25.3.1. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

25.3.2. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

25.3.3. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

25.3.4. empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

25.3.5. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

25.3.6. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

25.3.7. cooperativa de mão de obra.

25.4. A vedação à participação de empresas que se apresentem constituídas em forma de consórcio se justifica na medida em que no ramo do objeto em questão existe um número considerável de empresas que podem atendê-los individualmente, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

25.5. Logo, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

25.6. No caso concreto, a reunião de empresas em consórcio pode restringir a competitividade, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços na licitação.

25.7. A vedação da participação de cooperativas de mão de obra justifica-se pelo art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, que afirma: "A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada."

25.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

25.9. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.9.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

25.9.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à

execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que atenda aos seguintes requisitos:

25.9.2.1. Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

25.9.2.2. Comprovação que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 23 postos de trabalho, em conformidade com a IN 05/2017.

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

25.9.2.3. Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços deste Termo de Referência, com fornecimento de todo o material de reposição. Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.000 KW em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

c) Manutenção em instalações hidrossanitárias prediais composta de recalque automático e pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;

d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias dotadas de caixas d'água com somatório da capacidade instalada de 30.000 L em edificações com somatório da área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 800 KVA;

f) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 pontos estabilizados e aterrados em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

g) Manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 5E, 6 e 6E (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;

h) Manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

i) Impermeabilização com manta asfáltica 4mm, com 750m<sup>2</sup> de área mínima executada.

j) Tratamento de junta de dilatação estrutural com manta asfáltica, com 120m lineares mínimos executados;

k) Execução de 750 m<sup>2</sup> de piso epóxi;

l) Execução de redes elétricas estabilizadas e aterradas, com no mínimo 700 pontos, incluindo instalação de estabilizadores, no-breaks, grupos geradores, quadros elétricos e malha de aterramento exclusiva;

m) Implantação de redes lógicas com no mínimo 1.000 pontos estruturados e 500 m de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com somatório da área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

n) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

o) Análise termográfica das instalações elétricas em edificações com capacidade instalada de 1.000 KVA em edificações com área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

25.9.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

25.9.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou

CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

25.9.4.1. Para o Engenheiro: Comprovação da responsabilidade técnica por serviços de manutenção predial, que deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que faça referência expressa aos serviços com as características descritas.

25.9.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

25.9.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

25.9.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

25.9.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

25.9.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

25.9.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria emitido pelo Ministério da Cidadania, conforme modelo disponível no ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA, assinado por representante da Administração.

25.9.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante, conforme modelo disponível no ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA, em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

25.9.11. Declaração da licitante que possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;

25.10. O critério de aceitabilidade de preços serão:

25.10.1. Valor Global a ser estimado após fase de pesquisa de preços;

25.10.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

25.11. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

25.12. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

25.13. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25.14. Considerar-se-á a Contratada como especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

## 26. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

26.1. O valor de base para a contratação será determinado em regular instrução de pesquisa de preços a ser realizada por setor competente do Ministério da Cidadania, em conformidade com a IN/SEGES/ME nº73/2020.

## 27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

27.1. De acordo com a Certificação Orçamentária (SEI nº12562942), as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 a cargo do Ministério da Cidadania, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas seguem descritos abaixo:

- Funcional Programática: 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade-

- Nacional
- PTRES: 174560, FT. 100
- ND: 33.90.39 - 16
- PI: M2000405A09
- Ação 2000
- PTRES: 240101, FT. 100
- ND: 33.90.39-16
- PI 20000008-04 (MCTI - UG 240101/0001)
- Unidade Gestora Executora 550025 - Condomínio Bloco "A".
- Ação 2000
- PTRES 174802, FT. 100
- ND 33.90.39-16 (MMFDH - UG 810005/0001)
- Unidade Gestora Executora 550025 - Condomínio Bloco "A".

## 28. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 28.1. Eventuais dúvidas sobre a execução do contrato, durante o período de vigência contratual, deverão ser dirimidas pela Administração.
- 28.2. A Contratada deverá promover as medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais de seus empregados, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física.
- 28.3. A Contratada deverá assumir as obrigações estabelecidas na legislação de segurança do trabalho e adotar as medidas necessárias, quando, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles forem vítimas os seus empregados, ainda que verificados em dependências da Contratante.
- 28.4. Toda e qualquer comunicação entre a Fiscalização da Contratante e a Contratada deverá ser feita por escrito, sendo permitido à Fiscalização a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la com informações pertinentes a sua atribuição.
- 28.5. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços, responsabilizando-se por indenizações, reparos, recuperações, reposições, reconstituições, reconstruções decorrentes de qualquer dano que venham a sofrer o patrimônio da União ou terceiros, veículos ou pessoas, motivados por imprudência, imperícia, falha e (ou) omissão de seus empregados.
- 28.6. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do contrato.
- 28.7. Deverão ser acatadas todas as instruções da Fiscalização, facilitando a ampla ação desta, atendendo prontamente a todos os pedidos de esclarecimento solicitados.
- 28.8. Em havendo disponibilidade no edifício, a Fiscalização definirá um local para guarda de materiais, ferramentas e acomodações de uso da Contratada.
- 28.9. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL - (SEI Nº 12967631);

ANEXO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL - (SEI Nº 12967650);

ANEXO III - PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - (SEI Nº 12971966);

ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR - (SEI Nº 12971977);

ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA - (SEI Nº 12978322);

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA - (SEI Nº 12978486);

ANEXO VII - EQUIPE RESIDENTE E EVENTUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS - (SEI Nº 12978525);

ANEXO VIII - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS (RESUMO) (SEI Nº 12978850);

ANEXO VIII-A - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE - (SEI Nº 12992559);

ANEXO VIII-A01 - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE - (SEI Nº 12979004);

ANEXO VIII-A02 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES - (SEI Nº 12979016);

ANEXO VIII-A03 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - (SEI Nº 12979020);

ANEXO VIII-A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL - (SEI Nº 12979027);

ANEXO VIII-B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS) - (SEI Nº 12979079);

ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS) - (SEI Nº 12979094);

ANEXO VIII-D - PLANILHA DE CUSTOS DA EQUIPE EVENTUAL - (SEI Nº 12979165);

ANEXO VIII-E - SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS - (SEI Nº 12979224);

ANEXO VIII-F - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI - (SEI Nº 12979229);

ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - (SEI Nº 12979288);

ANEXO X - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO - (SEI Nº 12979292);

Atenciosamente

(assinatura eletrônica)  
**PRICILA CHAVES MELLO**  
Integrante do setor requisitante  
Engenheira

(assinatura eletrônica)  
**MÁRCIO MATOS MAIA**  
Integrante do setor requisitante  
Coordenador de Gestão Condominial

**APROVO** o presente Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar que o originou, nos termos do inciso I, § 2º do art. 7º, da Lei n.º 8.666, de 21 de julho 1993, do inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e do art. 3º da Portaria do Ministério da Cidadania nº 305, DE 10 de março de 2020".

(assinatura eletrônica)  
**ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS**  
Subsecretário de Assuntos Administrativos



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12967310 e o código CRC F9AF06A9.



## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

### **ANEXO I**

#### **TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL**

##### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Termo de Referência, conforme versão SETEMBRO/2021, apresenta-se como anexo esse termo de Referência, elaborado pelo responsável técnico da área demandante da contratação, no qual especifica-se os chamados pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

##### **2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Não poderão participar deste Pregão:

2.1.1. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.1.2. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.1.3. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.1.4. empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

2.1.5. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

2.1.6. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.1.7. cooperativa de mão de obra.

2.2. A vedação à participação de empresas que se apresentem constituídas em forma de consórcio se justifica na medida em que no ramo do objeto em questão existe um número considerável de empresas que podem atendê-los individualmente, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

2.3. Logo, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

2.4. No caso concreto, a reunião de empresas em consórcio pode restringir a competitividade, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços na licitação.

2.5. A vedação da participação de cooperativas de mão de obra justifica-se pelo art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, que afirma: "A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada."

2.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

### **3. REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. Conforme explicitado no Termo de Referência, quanto ao regime de execução, será de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

3.2. Justifica-se essa escolha pois a execução dos serviços, quando for adotada a modalidade de execução de Empreitada por Preço Global, a administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessárias para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, o que ocorre no processo em questão.

### **4. SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. No que tange aspectos técnicos, o objeto é a prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos do edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília – DF,

4.2. Todos os serviços e áreas envolvidas devem atuar em conjunto para atender critérios de eficiência e sustentabilidade.

4.3. A subcontratação gera conflitos de compatibilização dos sistemas e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras.

4.4. Diante do exposto, não será permitida a subcontratação para garantir uma eficiente verificação de conformidade e fiscalização dos serviços contratados

### **5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**5.1.1.** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

**5.1.2.** Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, registrado no CREA fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que atenda aos seguintes requisitos:

**5.1.2.1.** Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

**5.1.2.2.** Comprovação que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 23 postos de trabalho, em conformidade com a IN 05/2017.

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

**5.1.2.3.** Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços deste Termo de Referência, com fornecimento de todo o material de reposição. Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento ( piso, teto e parede), em edificações com área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.000 KW em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;



- c) Manutenção em instalações hidrossanitárias prediais composta de recalque automático e pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;
- d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias dotadas de caixas d'água com somatório da capacidade instalada de 30.000 L em edificações com somatório da área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;
- e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 800 KVA;
- f) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 pontos estabilizados e aterrados em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;
- g) Manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 5E, 6 e 6E (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;
- h) Manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;
- i) Impermeabilização com manta asfáltica 4mm, com 750m<sup>2</sup> de área mínima executada.
- j) Tratamento de junta de dilatação estrutural com manta asfáltica, com 120m lineares mínimos executados;
- k) Execução de 750 m<sup>2</sup> de piso epóxi;
- l) Execução de redes elétricas estabilizadas e aterradas, com no mínimo 700 pontos, incluindo instalação de estabilizadores, no-breaks, grupos geradores, quadros elétricos e malha de aterramento exclusiva;
- m) Implantação de redes lógicas com no mínimo 1.000 pontos estruturados e 500 m de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com somatório da área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;
- n) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;
- o) Análise termográfica das instalações elétricas em edificações com capacidade instalada de 1.000 KVA em edificações com área construída de 13.800 m<sup>2</sup>;

5.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

5.1.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de

**Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:**

**5.1.4.1.** Para o Engenheiro: Comprovação da responsabilidade técnica por serviços de manutenção predial, que deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que faça referência expressa aos serviços com as características descritas.

**5.1.5.** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

**5.1.6.** No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**5.1.7.** As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

**5.1.8.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

**5.1.9.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**5.1.10.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria emitido pelo Ministério da Cidadania, conforme modelo disponível no ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISIT TÉCNICA, assinado por representante da Administração.

**5.1.10.1.** O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante, conforme modelo disponível no ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA, em que cons alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

5.1.11. Declaração da licitante que possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;

## **6. VISTORIA**

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 as 11:30 horas às 14:00min às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (61) 2030-2594 ou (61) 2030-2691.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Será emitido Atestado de Vistoria/Visita, ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA, desse Termo de Referência, assinado pelo servidor responsável e representante da empresa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou a empresa deverá emitir Declaração de Renúncia à Visita Técnica, ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA, desse Termo de Referência, de que conhece as condições locais para execução do objeto, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão ou entidade;

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

## **7. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO E E DIFERENCIADOS**

7.1. Em se tratando de prestação de serviços de manutenção predial, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de execução em si, e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento , quanto a imputação de responsabilidades.

7.2. Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de

serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a contratação.

7.3. Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública – Economicidade e Eficiência:

7.3.1. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Administração da obra e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

7.3.2. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível a realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários.

7.4. Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta da execução, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.

7.5. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

<b>DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO</b>	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	
<b>Tributos para serviços</b>	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
<b>TOTAL</b>	<b>10,15%</b>
<b>MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS</b>	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	10,15%
<b>BDI = <math>\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1</math></b>	<b>28,35%</b>

7.6. Considerando a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza

específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013). Pois a mera aquisição de tais bens por parte da empresa (para empregá-los na obra ou serviço) decerto não envolve os mesmos custos que a execução do objeto de engenharia em si. Dessa forma considerando os os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU foi adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, conforme segue:

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para materiais	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	5,65%
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA MATERIAIS	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	17,72%

## 8. SUSTENTABILIDADE

8.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental e social, na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

8.1.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

8.1.2. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

8.1.3. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;

8.1.4. A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional

de Resíduos Sólidos;

8.1.5. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, ou órgão equivalente, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

8.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual para a execução de serviços, conforme Anexo VI-B desse Termo de Referência;

8.1.7. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

8.1.8. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

8.1.9. Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º; o Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013; os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF;

8.1.10. Utilizar materiais biodegradáveis;

8.1.11. Seguir as instruções dos fabricantes de modo a oferecer uma boa operação com economia de energia;

8.1.12. Atender os critérios e práticas de sustentabilidade conforme exigências contidas:

8.1.12.1. arts. 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010;

8.1.12.2. art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE);

8.1.12.3. Portaria SLTI/MP nº 02, de 16 de março de 2010 e,

8.1.12.4. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2019), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no [sítio http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/270265](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265)



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12967631 e o código CRC E4F3D497.





## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO II

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL

##### LOCALIZAÇÃO E ÁREAS DE OCUPAÇÃO

**Edifício:** BLOCO A DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

**Endereço:** Esplanada dos Ministérios, bloco "A"

**CEP:** 70.054-906 - Brasília - DF.

**Áreas de ocupação:**

PAVIMENTO	ÁREA
GARAGEM	6.786,08
SUBSOLO	1.737,25
TÉRREO AO 9º ANDAR	17.368,15
COBERTURA	1.900,00
ADJACENTES À EDIFICAÇÃO	1.385,61
<b>TOTAL</b>	<b>29.177,09</b>

##### CARACTERÍSTICAS CIVIS

1. A cobertura é constituída de laje recém impermeabilizada com manta asfáltica de 3mm e coberta com proteção mecânica de concreto;
2. As esquadrias das fachadas são de ferro com acabamento em pintura esmalte na cor cinza e brises verticais na cor verde, vidros de 6mm com películas de proteção solar prateada;
3. As paredes laterais norte e sul são de alvenaria, revestidas com gais pintados com tinta epoxi na cor creme;
4. Pisos internos e externos variados, com predominância para o vinílico de 3mm nos pavimentos e porcelanato nos banheiros;
5. As paredes internas com construção variadas com predominância DryWall, Divisórias em MDF e alvenaria, banheiros e copas com revestimento de granito, cerâmica e porcelanato.
6. Portas, portais e divisórias: guarnições de alumínio, ferro, madeira, portas laminadas, e divisórias de vidro com e sem persianas internas;
7. Mobiliário diverso em todos os pavimentos
8. Poltronas fixas e móveis no auditório.

##### SISTEMA ELÉTRICO

###### **Sistema elétrico comum - CA**

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total aproximada de 2.100 KVA, sendo basicamente composto por:

01 (um) QG (Quadro Geral) para 3.200 A;

12 (doze) QDEs - (Quadros de Distribuição Elétrica);

46 (quarenta e seis) QEs - (Quadros Elétricos Parciais);

21 (vinte e um) QACs - (Quadros Elétricos para Aparelhos de Ar Condicionado);

Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica, tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

###### **Sistema Elétrico de Emergência**

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total de 1.615 KVA e com a finalidade de fornecer energia elétrica, quando da ocorrência de falha no fornecimento da concessionária, sendo basicamente composto por:

03 (três) Grupo Motor Gerador a Diesel, com potência de 355 KVA cada;

02 (dois) Grupo Motor Gerador a Diesel, com potência de 275 KVA cada;

05 (cinco) QTEEs (Quadros de Transferência de Energia de Emergência);

02 (dois) QGEs (Quadros Gerais de Emergência);

01 (uma) Torre de resfriamento de água;

12 (doze) QDEs - (Quadros de Distribuição Elétrica de Emergência);



44 (quarenta e quatro) QEEs - (Quadros Elétricos Parciais de: Emergência);  
Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

#### **Sistema Elétrico para Informática**

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total de 520 KVA, sendo basicamente composto por:  
10 (dez) Estabilizadores trifásicos de tensão, cada um com potência de 40 KVA;  
02 (dois) No Breaks trifásicos, cada um com potência de 60 KVA;  
21 (vinte e um) QDEEs - (Quadros de Distribuição Elétrica de Energia Estabilizada);  
01 (um) Subsistema de aterramento;  
Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica, tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

#### **Sistema de Iluminação**

A iluminação é basicamente composta por luminárias com lâmpadas fluorescentes tubulares distribuídas nos pavimentos, tendo também, em algumas situações, luminárias com lâmpadas fluorescentes compactas, lâmpadas LED, lâmpadas de vapor de sódio e de vapor de mercúrio, dentre outras.

#### **Sistema Lógico para Rede de Computadores**

Sistema que possibilita a comunicação, interligação e transferência de dados entre os equipamentos de informática e a conexão destes com as redes externas, sendo basicamente composto por:  
Cabeamento estruturado metálico categoria 5e;  
Cabeamento estruturado metálico categoria 6;  
Cabeamento de fibra ótica;  
Racks de 32, 36, 40 e 42us, completos com componentes ativos e passivos;  
Patch Panels, conectores, pontos de consolidação lógica, patch cords, line cords e outros componentes dos cabeamentos metálicos categoria 5e e 6;  
Distribuidores óticos, conectores, acopladores, cordões e outros componentes de cabeamento de fibra ótica.

#### **Sistema de Grupo motores geradores de energia de emergência**

03 (três) Grupos Geradores Diesel Elétricos 355 KVA, Modelo TBD-232-V12, equipados com os seguintes componentes:  
03 (três) Motores MWM TBD-232-V12, nº s.0.232.12.01473 – 0232.12.01486 e 0.232.12.01501;  
03 (três) Geradores Marca Negrini, nº s. 6471, 6521 e 6528;  
03 (três) quadros de comando Marca Elf-Seg, para funcionamento automático.  
01 (uma) torre de arrefecimento (ITAIPU nº 186 T – Anemotérmica Engenharia Indústria Ltda) e 01 (uma) Torre de Arrefecimento (FIBRA);  
03 (três) Unidades Supervisora de Corrente Alternada - USCAs (Unidade Lógica e de Acionamento Microprocessada), com capacidade de Operação, Supervisão e Proteção do Sistema Gerador de Emergência;  
02 (dois) tanques de Combustíveis de reserva e de uso diário, com capacidade de 250 litros cada um, equipados com Bombas de Transferência, de uso comum a todos motores;  
03 (três) Quadros de Comando Marca Elf-Seg.  
02 (dois) grupos Geradores Diesel Elétricos de 275 KVA, cada um equipados com os seguintes componentes:  
02 (dois) Motores Marca MWM- TD-232-V12, nº s 0.232.12.01481 e 0.232.12.01482;  
02 (dois) Geradores Marca Negrini, nº s 9517, 9518;  
02 (duas) Unidades Supervisora de Corrente Alternada - USCAs (Unidade Lógica e de Acionamento Microprocessada), com capacidade de Operação, Supervisão e Proteção do Sistema Gerador de Emergência;  
02 (dois) tanques de Combustíveis de reserva e de uso diário, com capacidade de 250 litros cada um, equipados com Bombas de Transferência, de uso comum a todos motores;  
02 (dois) Quadros de Comando Marca Elf-Seg.

### **SISTEMA HIDROSSANITÁRIO**

1. Tubulação de água fria e esgoto de PVC e ferro fundido;
2. Vasos Sanitários com válvulas de descarga e caixa acoplada;
3. Mictórios de válvulas;
4. Torneiras manual e automática;
5. Bombas de água potável 5CV ;
6. Bombas de esgoto 5 CV;
7. Lavatórios de cuba e coluna;
8. Banheiros coletivos, individuais e de portadores de necessidades especiais;
9. Duchas higiênicas e chuveiros elétricos;
10. Caixas d'água 10 (06 superior e 04 inferior) 60.000L
11. sifão registro para mictório, sifão cromado;

65 (sessenta e cinco) banheiros;  
15 (quinze) copas;  
02 (dois) reservatórios de água potável localizado no subsolo;

06 (seis) reservatórios superiores, localizado na cobertura;  
03 (três) reservatórios de esgoto, localizado no subsolo;  
06 (seis) bombas com potência de 7,5 HP;  
03 (três) bombas de recalque de esgoto, águas servidas e águas pluviais;  
04 (quatro) bombas com potência de 3,5 HP;  
Tubulações de água potável, de esgoto e de águas pluviais, registros, componentes de banheiros e de copas e demais itens que compõem os sistemas principais e subsistemas de cada uma dessas redes.

#### SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS

1. Tubulação de PVC e ferro fundido;
2. calha e pontos de captação ralos tipo abacaxi;
3. Caixas de Drenagem;

#### SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCENDIO

Quantitativo de Extintores:

PQS - ABC DE 6KG = 31 UNIDADES;

PQS - BC DE 6KG = 59 UNIDADES;

CO<sup>2</sup> - BC DE 6KG = 74 UNIDADES;

AP - A 10 LITROS = 04 UNIDADES;

PQS - BC DE 50KG = 01 UNIDADES;

CO<sup>2</sup> - BC DE 10KG = 02 UNIDADES;

CO<sup>2</sup> - BC DE 25KG = 04 UNIDADES;

Mangueiras de incêndio:

TIPO 02 15 METROS = 98 UNIDADES

Hidrantes de Recalque = 05 UNIDADES

Portas corta fogo = 40 UNIDADES

Hidrantes de Parede = 49 UNIDADES

#### REDE LÓGICA

1. Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP CAT 5e e CAT6;
2. Fibra óptica multimodo 4FO com conexão LC
3. Distribuidor óptico
4. Racks 44U's, 12U's, 16U's e 08U's.



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12967650 e o código CRC 892E1125.



## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

### **ANEXO III**

#### **PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

##### **1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

###### **1.1. OPERAÇÃO DIÁRIA**

- Ligar e desligar as luminárias de todos os pavimentos do Edifício Bloco "A", conforme esquemas e orientações que serão fornecidos pela Administração do Condomínio do Bloco "A";
- Efetuar e registrar a leitura do consumo diário de energia.

###### **1.2. CABINE DE MEDIÇÃO / SUBESTAÇÃO DE BAIXA TENSÃO**

###### **DIARIAMENTE:**

- Leitura dos instrumentos de medição;
- Inspecionar o barramento, conexões e fusíveis NH;
- Anotação do consumo de energia, ativo e reativo;
- Verificação, em todo equipamento, da existência de vazamento de óleo;
- Inspeção na iluminação da cabina;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétrico ou mecânico;
- Verificar a carga dos transformadores;
- Inspeção no sistema de pára-raios;
- Verificação do nível de óleo nos disjuntores;
- Inspeção de todo equipamento e do local;
- Inspeção nas chaves seccionadoras e fusíveis;
- Limpeza da cabina;
- Verificação do estado das partes metálicas quanto ao nível de oxidação.

###### **MENSALMENTE:**

- Inspeção no barramento, conexões e isoladores;

- Inspeção nos fios, cabos e muflas terminais;
- Verificação do isolamento das ferragens;
- Medição da resistência de aterramento dos pára-raios, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
- Verificação do estado dos isoladores quanto à rachaduras;
- Verificação da isolação dos transformadores de corrente e potencial;
- Limpeza dos seccionadores e chaves fusíveis;
- Lubrificação das partes mecânicas dos seccionadores e disjuntores a óleo;
- Aferição da escala dos instrumentos de medição;
- Limpeza dos isoladores e pára-raios;
- Examinar os isoladores e conchas do pára-raios;
- Completar o nível de óleo nos disjuntores;
- Exame dos contatos e bornes terminais;
- Teste de isolação dos seccionadores isoladores e disjuntores;
- Reaperto dos parafusos de fixação dos isoladores e ferragens;
- Teste de rigidez dielétrica do óleo;
- Teste de funcionamento do equipamento de segurança;
- Verificação dos pinos dos isoladores e grampos de suspensão;
- Reaperto dos bornes de ligação e terminais;
- Medição do isolamentos dos disjuntores;
- Substituição do óleo dos disjuntores, quando necessário;
- Regulagem das partes mecânicas;
- Reaperto geral das porcas e parafusos.

### **1.3. QUADRO GERAL DE LUZ E FORÇA**

#### **DIARIAMENTE:**

- Leitura dos instrumentos de medição;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Limpeza externa dos armários;
- Lubrificação das dobradiças das portas do quadro;
- Verificação do aquecimento dos disjuntores termo-magnéticos;
- Verificação do aquecimento nos cabos de alimentação.

#### **MENSALMENTE:**

- Medição da amperagem (com amperímetro/alicate) dos alimentadores dos circuitos em todas as saídas dos disjuntores;

- Verificação dos contatos dos disjuntores;
- Verificação da concordância com as condições limites de corrente máxima permitida para cada circuito e pavimento;
- Efetuar o alinhamento dos contatos, movimentos livres;
- Inspeção das câmaras de extinção;
- Inspeção no barramento e terminais conectores;
- Controle da carga nos disjuntores;
- Verificação dos cabos na saída dos disjuntores evitando pontos de resistência elevada;
- Reaperto dos conectores de ligação;
- Verificação do sistema de aterramento;
- Verificação da regulação dos relés de sobrecarga;
- Reaperto dos parafusos de fixação do barramento e ferragem;
- Verificação do equilíbrio das fases nos circuitos;
- Verificação da tensão das molas dos disjuntores;
- Lubrificação das partes mecânicas dos disjuntores;
- Limpeza das câmaras de extinção;
- Limpeza geral do barramento, isoladores e disjuntores;
- Limpeza interna do quadro.

#### **1.4. QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ, FORÇA E ENERGIA ESTABILIZADA DIARIAMENTE:**

- Efetuar controle da amperagem nos cabos de alimentação;
- Efetuar controle de carga nos disjuntores;
- Realizar lubrificação das dobradiças das portas dos armários;
- Efetuar a limpeza geral dos quadros;
- Verificação dos contatos dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Verificar o aquecimento no disjuntor geral e dos demais disjuntores em todos os quadros de todos os pavimentos;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição nos andares;
- Operar, ligar e desligar os quadros de luz nos andares em horários predeterminados pela Administração do Condomínio do Bloco "A";
- Verificar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos;

#### **MENSALMENTE:**

- Reaperto dos parafusos de contato dos disjuntores;
- Reaperto dos parafusos de fixação do barramento e conectores;
- Limpeza geral do barramento e conexões;
- Verificação do aquecimento no disjuntor geral;
- Verificação do aquecimento nos disjuntores monofásicos;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificação de aquecimento nos condutores de alimentação e distribuição;
- Verificação dos disjuntores evitando pontos de resistência elevada;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Verificação no funcionamento dos disjuntores;
- Verificação da fixação do barramento e conexões;
- Verificação do estado dos fios/cabos na entrada e saída dos disjuntores;
- Controle de carga nos disjuntores;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Reaperto dos parafusos dos barramentos de entrada e saída;
- Reaperto dos parafusos dos terminais dos disjuntores *no-fuse*;
- Verificação da tensão da mola dos disjuntores *no-fuse*;
- Verificação do isolamento dos disjuntores;
- Limpeza, com ar comprimido, dos disjuntores, quadros e barramentos.

#### **1.5. ILUMINAÇÃO GERAL (INTERNA E EXTERNA) E TOMADAS (INCLUSIVE REDE ESTABILIZADA)**

##### **DIARIAMENTE:**

- Inspeção das luminárias quanto à existência de lâmpadas queimadas ou inoperantes;
- Verificação dos interruptores das lâmpadas quanto às condições operacionais;
- Verificação da existência de ruído nos reatores;
- Realizar teste de funcionamento das lâmpadas de emergência.

##### **MENSALMENTE:**

- Reaperto dos parafusos de fixação das tomadas;
- Verificação do sistema de fixação das luminárias;
- Reaperto dos parafusos de fixação dos soquetes das lâmpadas;
- Teste de corrente e alimentação das tomadas;
- Verificação dos pinos fêmeas de contato das tomadas;

- Verificação do aterramento das luminárias;
- Medição do isolamento dos circuitos quanto ao estado dos fios;
- Limpeza das luminárias e lâmpadas;
- Limpeza e teste dos reatores.
- Verificação do aterramento das luminárias;
- Medição do isolamento dos circuitos quanto ao estado dos fios;
- Limpeza das caixas de fiação das tomadas;
- Medição da resistência de aterramento das estruturas do bloco.

## **1.6. REDE ELÉTRICA**

### **SEMANALMENTE:**

- Inspeção das caixas de passagem;
- Verificação do estado de conservação das muflas de emendas de derivações;
- Inspeção do estado das capas isolantes, fios e cabos.

### **MENSALMENTE:**

- Verificação do estado geral das muflas e cabos;
- Medição da resistência de isolamento das muflas de emenda e derivações;
- Medição da resistência ôhmica e continuidade dos cabos;
- Limpeza das caixas de passagem;
- Medição da amperagem da fiação e verificação, se estão de acordo com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- Verificação da corrente de serviço, sobreaquecimento.

## **1.7. ATERRAMENTO**

### **MENSALMENTE:**

Para as diversas malhas de aterramento existentes da central telefônica, ao Edifício, do Sistema de Computação:

- Verificação periódica da malha de aterramento, suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre cru, etc.;
- Verificação periódica das condições de uso das ligações entre o aterramento e os estabilizadores;
- Verificar a resistência ôhmica adotando as medidas de correção, quando necessário;
- Verificar os índices de umidade e alcalinidade do solo do aterramento, mantendo-se dentro dos padrões normais;
- Efetuar reaperto de carcaças, tampas e blocos de tomadas;

- Verificar concordância dos polos das tomadas (fase, neutro e terra);
- Efetuar limpeza das caixas de passagem;

#### **1.8. ESTABILIZADORES ELETRÔNICOS DE TENSÃO (DE 40 KVA)**

##### **DIARIAMENTE:**

- Realizar inspeção visual do equipamento;
- Verificar ruídos ou aquecimento anormais;
- Operar, ligar e desligar os quadros nos pavimentos, quando determinado pela Fiscalização.
- Vistoriar todos os estabilizadores procedendo as correções necessárias em caso de sub ou sobre tensão, problemas eletro-mecânico, etc;
- Conferir as condições normais de funcionamento dos sistemas automático e manual;
- Verificar suas conexões e medir a amperagem cuidando que não superem a amperagem máxima permitida;
- Medir a tensão e amperagem do Quadro Geral de Distribuição (QGD), verificando se encontram dentro dos padrões normais;
- Verificar as condições gerais de funcionamento;
- Verificar o funcionamento do sistema de arrefecimento;
- Verificar ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Realizar leitura dos instrumentos de medição, amperímetros e voltímetros;
- Efetuar limpeza externa dos equipamentos;
- Inspecionar caixas de passagem;
- Inspecionar o estado das capas isolantes, fios e cabos.

##### **MENSALMENTE:**

- Verificar quanto ao estado das chaves e contatores;
- Inspecionar os barramentos dos quadros;
- Realizar aferição das correntes de saídas;
- Verificar o sistema redutor de harmônica de frequência elevada;
- Efetuar ajuste dos trips por baixa e alta tensão;
- Efetuar limpeza geral no equipamento.
- Verificar todos os Quadros Parciais de Distribuição (QPD), inclusive a alimentação que parte do Quadro Geral de Distribuição para os QPDs nas salas;
- Verificar as canaletas plásticas, mantendo-as adequadamente colocadas;
- Efetuar teste geral da tensão na rede de tomadas;



- Efetuar reaperto de carcaças, tampas e blocos de tomadas;
- Verificar concordância dos pólos das tomadas (fase, neutro e terra);
- Realizar medição da resistência ôhmica e continuidade dos cabos;
- Efetuar limpeza das caixas de passagem;
- Efetuar medição da amperagem da fiação e verificação da conformidade com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- Verificar a corrente de serviço e de sobreaquecimento.

#### **OUTRAS OBRIGAÇÕES:**

- Proceder revisão geral e consertos em todos os estabilizadores;
- Efetuar cadastramento total de instalações e equipamentos (micro, supermicros, telex, fax, máquinas eletrônicas, etc.), que se utilizem do sistema estabilizado e aterramento, mantendo sempre atualizado cadastro junto à Administração do Condomínio do Bloco "A";
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento de instalação por parte das empresas instaladoras dos sistemas destinados a computadores, garantindo que a fiação correrá nas calhas adequadas existentes. No caso em que a fiscalização da Contratante detectar o contrário, a Contratada se responsabilizará em refazer os circuitos às suas expensas;
- A Contratada apresentará relatórios ao final de cada semana dos serviços executados de manutenção preventiva e corretiva.

### **1.9. QUADROS DE EMERGÊNCIA**

#### **DIARIAMENTE:**

- Ler todos os instrumentos de medição;
- Verificar todo o sistema elétrico-eletrônico;
- Verificar conexões, cabos, quadros e demais componentes mecânicos do sistema;
- Inspeccionar quadro de comando; Efetuar limpeza do equipamento.

#### **MENSALMENTE:**

- Limpar o quadro;
- Inspeccionar isoladores e conexões de saída dos dispositivos;
- Inspeccionar os cabos de alimentação;
- Eliminar, pontos de isolamento;
- Lubrificar dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
- Verificar aspectos dos cabos.

## **1.10. QUADROS DE COMANDO**

### **DIARIAMENTE:**

- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificação da existência de fusíveis queimados;
- Inspeção da pressão de contato dos fusíveis;
- Inspeção do estado das bases fusíveis quanto a aquecimento;
- Verificação do fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis.

### **MENSALMENTE:**

- Inspeção do estado das chaves magnéticas;
- Verificação do contato dos porta-fusíveis para evitar fusões;
- Verificação do arco em excesso das chaves magnéticas;
- Verificação do ajuste dos relés de sobrecarga;
- Verificação do isolante e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas;
- Verificação do estado de conservação das bases fusíveis;
- Reaperto dos bornes de ligação das chaves magnéticas;
- Reaperto dos parafusos de contato dos botões de comando;
- Verificação da equalização da pressão no fechamento dos contatos;
- Limpeza das câmaras de extinção e dos contactos das chaves magnéticas;
- Lubrificação das partes mecânicas das chaves magnéticas;
- Teste de isolamento e continuidade dos circuitos;
- Ajuste de pressão dos contatos.

## **1.11. LUZES DE EMERGÊNCIA**

### **MENSALMENTE:**

- Verificação das cargas das baterias;
- Inspeção dos terminais quanto à oxidação;
- Verificação do nível de solução eletrolítica;
- Teste de funcionamento dos refletores e luminárias;
- Verificação dos retificadores, bornes, terminais e conexões;
- Medição da voltagem na saída para os circuitos;
- Medição do isolamento e continuidade das bobinas dos auto transformadores;
- Teste de reguladores dos transistores e relês;
- Medição da densidade da solução;

- Verificação do estado de conservação dos carregadores e colunas de retificação;
- Verificação do estado das placas;
- Limpeza das caixas das baterias;
- Verificação do estado da conservação das baterias.

#### **1.12. GRUPOS MOTOR GERADORES (DE 355KVA E DE 275 KVA)**

##### **DIARIAMENTE:**

- Inspeccionar o quadro de comando e transferência CEB-GERADOR;
- Verificar o nível do óleo lubrificante;
- Verificar o nível de combustível no tanque de consumo;
- Verificar a existência de vazamento de óleo, água ou combustível;
- Realizar teste de funcionamento em vazio;
- Efetuar leitura dos painéis de controle;
- Verificar a carga nas baterias;
- Realizar a limpeza do painel de comando;
- Inspeccionar as escovas e porta-escovas;
- Verificar o funcionamento do sistema de alarme;
- Verificar o equilíbrio das fases;
- Inspeccionar a sinalização visual, quando à existência de lâmpadas queimadas ou inoperantes;
- Verificar a bomba auto-aspirante;
- Verificar a tensão das correias do ventilador, bomba de água e dínamo;
- Verificar a água do radiador;
- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar as boias automáticas dos tanques auxiliares;
- Verificar e lubrificar, quando necessário, os tanques auxiliares;
- Verificar e lubrificar os comandos da bomba injetora;
- Verificar o funcionamento dos sistemas automáticos de pré-aquecimento e pré-lubrificação;
- Inspeccionar as chaves seccionadoras e isoladoras;
- Realizar a limpeza das salas de máquinas e do equipamento;
- Verificar o nível de água das baterias, completando as que forem necessárias.

##### **QUINZENALMENTE:**

- Verificar o estado de conservação das baterias;
- Verificar o nível da solução, tensão e densidade das baterias;

- Realizar teste do gerador com carga;
- Efetuar a limpeza dos motores e do espaço físico, instalações, instrumentos e acessórios;
- Examinar o óleo do cárter;
- Verificar o óleo lubrificante;
- Efetuar a limpeza dos filtros de ar;
- Verificar o aquecimento dos disjuntores termomagnéticos;
- Inspeccionar o estado das mangueiras de interligação;
- Efetuar teste dos componentes eletrônicos;
- Verificar o ajuste “zero” dos instrumentos de medição;
- Verificar o arco, em excesso, das chaves magnéticas e contadores;
- Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- Verificar o contato dos porta-fusíveis;
- Inspeccionar o barramento e conexão;
- Verificar o estado da graxa dos mancais;
- Verificar a tampa dos rolamentos quanto à existência de vibrações anormais;
- Verificar o bloco acionador quanto a folgas;
- Verificar a lubrificação dos isolamentos;
- Verificar a ventilação corretiva dos componentes que trabalham em regime de temperatura elevada;
- Medir a densidade da solução das baterias;
- Efetuar a aferição das molas das porta-escovas;
- Realizar limpeza e reaperto dos bornes das baterias;
- Verificar as superfícies do rotor e do estado dos alternadores;
- Inspeccionar as escovas e anéis de deslizamento.

#### **MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:**

- Completar o nível de solução eletrolítica nas baterias;
- Verificar as molas das porta-escovas;
- Efetuar o reaperto dos parafusos de fixação;
- Efetuar a limpeza dos terminais das baterias;
- Verificar os anéis coletores;
- Inspeccionar os cabos alimentadores;
- Efetuar o reaperto dos terminais de ligação das chaves magnéticas e contadores;
- Efetuar a limpeza dos contatos das chaves magnéticas;

- Verificar a excitatriz estática;
- Efetuar a aferição da pressão das molas de contato do dispositivo de levantamento das escovas;
- Verificar o estado de isolamento dos fios e cabos;
- Efetuar o reaperto em todo sistema de alimentação de óleo combustível;
- Verificar dos chumbadores de fixação dos grupos geradores;
- Medir o aterramento do painel e grupos geradores;
- Verificar os anéis coletadores;
- Realizar limpeza geral das canaletas;
- Medir a resistência de isolamento dos geradores;
- Completar o tanque de combustível.
- Verificar o aperto dos parafusos nos cabeçotes;
- Medir a resistência de isolamento do gerador;
- Verificar o estado dos mancais;
- Verificar o nível do alinhamento da base;
- Verificar a instalação elétrica;
- Efetuar limpeza dos canais de extinção das chaves magnéticas;
- Efetuar limpeza com produto químico apropriado do sistema de arrefecimento;
- Realizar ajuste da pressão e alinhamento dos contatos das chaves magnéticas;
- Efetuar limpeza e aferição da escala dos instrumentos de predição;
- Verificar o funcionamento e testar os componentes eletrônicos;
- Efetuar limpeza dos enrolamentos dos alternadores;
- Verificar os alinhamentos dos grupos comparadores;
- Efetuar limpeza e calibragem dos bicos injetores;
- Verificar das escovas e coletores do dínamo e motor de arranque;
- Verificar a pressão do óleo lubrificante.

#### **ANUALMENTE:**

- Substituir filtros de óleo lubrificante;
- Substituir filtros de combustível;
- Substituir filtros de admissão de ar;
- Substituir líquido do sistema de arrefecimento.

### **1.13. QUADROS DOS GRUPO MOTOR GERADORES (DE 355KVA E DE 275 KVA)**

#### **DIARIAMENTE:**

- Ler os instrumentos de medição;
- Verificar o estado de todos os componentes dos quadros.

#### **MENSALMENTE:**

- Limpar externamente o quadro;
- Inspeccionar os isoladores e conexões de saída dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada;
- Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
- Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado e isolamento);
- Verificar a fixação do barramento e conexões;
- Medir a resistência dos cabos de alimentação;
- Efetuar limpeza geral do barramento, conexões e disjuntores;
- Trocar os disjuntores necessários;
- Lubrificar as dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
- Verificar os aspectos da fiação;
- Verificar o funcionamento geral dos quadros.

### **1.14. TORRE DE REFRIGERAÇÃO DE ÁGUA DOS GRUPOS MOTOR GERADORES**

#### **MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:**

- Efetuar limpeza;
- Verificar o estado de conservação;
- Verificar corrosão nas partes metálicas (tubos hidráulico);
- Lubrificar os rolamentos do eixo do ventilador e os rolamentos do motor;
- Verificar ruídos do eixo do ventilador (rolamentos).

### **1.15. SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS**

#### **MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:**

- Verificar a continuidade entre os eletrodos de aterramento e a ponta do para-raios. Localizar e eliminar a interrupção;
- Verificar se o cabo de descida está afastado devidamente afastado de qualquer parte da estrutura (mínimo de 20 cm);
- Verificar se a resistência de aterramento ultrapassa o valor máximo de 10 ohm (fazer a medição com o cabo de descida desligado);

- Verificar se a haste do para-raios está solidamente fixada na sua base;
- Verifica/ se o captor do para-raios está bem fixado na haste;
- Verificar e reapertar as conexões e fixações existentes entre o cabo de descida e a ponta e entre o cabo de descida e os eletrodos de terra;
- Retocar a pintura do mastro com tinta antiferrugem;
- Verificar o estado dos isoladores que fixam o cabo de descida;
- Verificar as braçadeiras que suportam os cabos de descida;
- Eliminar curvas bruscas do cabo de descida. Se for o caso, envolver o cabo com tubo isolante flexível nos pontos críticos;
- Verificar se o tubo de proteção na descida do cabo encontra-se em perfeito estado;
- Verificar ligação para terra;
- Limpar cuidadosamente o conjunto;
- Inspeccionar minuciosamente a porcelana quanto a trincas e rachaduras, substituindo se necessário.

#### **1.16. NO BREAKS (DE 120 KVA) E BATERIAS**

##### **DIARIAMENTE:**

- Fazer leitura dos instrumentos de medição;
- Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais;
- Verificar a carga solicitada à rede;
- Verificar a existência de superaquecimento.

##### **MENSALMENTE:**

- Registrar as correntes de entrada e saída por fase;
- Registrar as tensões de entrada e saída por fase;
- Verificar a corrente de flutuação e equalização das baterias;
- Efetuar ajuste dos trips por sobrecarga, sub e sobretensão;
- Efetuar limpeza geral dos equipamentos;
- Verificar o estado dos cabos de alimentação;
- Verificar os componentes de proteção e sinalização queimados ou inoperantes;
- Inspeccionar os barramentos e conexões;
- Efetuar reaperto das conexões elétricas;
- Verificar a atuação do retificador;
- Realizar aferição dos instrumentos de medição;
- Verificar o aparecimento de maus contatos em conexões elétricas;

- Testar os "leds" indicativos de operação e defeito;
- Aferir os instrumentos existentes;
- Inspecionar as baterias auxiliares da fonte lógica (nível de água, carga e tensão, caso existentes);
- Testar o funcionamento de todas as proteções;
- Simular falta de rede, observando entrada do gerador e estabilidade de frequência e tensão de saída do inversor;
- Ajustar a limitação da corrente de carga das baterias;
- Testar os semicondutores de chaveamento quanto à existência de fuga;
- Medir e anotar as tensões de flutuação e equalização das baterias;
- Medir e anotar a tensão e frequência de saída do inversor por fase;
- Executar testes operacionais complementares (acionamento, transferência, desligamento, etc.).

**Para o Banco de Baterias:**

- \* Efetuar registro de tensões de cada elemento;
- \* Verificar o nível do eletrólito;
- \* Realizar remoção dos pontos de sulfatação e limpeza geral nos bancos.
- \* Realizar medição da densidade do eletrólito dos elementos dos bancos;
- \* Verificar os suspiros dos elementos e desobstruir, caso necessário;
- \* Aplicar vaselina em pasta nas conexões e bornes dos elementos;
- \* Realizar simulação de falta de energia.

## **2. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**

### **2.1. SANITÁRIOS**

**DIARIAMENTE:**

- Verificar a existência de vazamentos nos sanitários e saná-los;
- Verificar a existência de entupimentos em vasos e ralos em todos os sanitários e saná-los;
- Verificar a regulação das válvulas de mictórios e vasos em todos os sanitários e saná-los;
- Verificar o estado das ferragens e louças em todos os sanitários e trocar as danificadas;
- Verificar a existência de vazamento nos registros e torneiras.

### **2.2. RAMAIS PREDIAIS**

**DIARIAMENTE:**



- Efetuar a leitura dos hidrômetros e verificação de seu estado de conservação e do ramal predial;
- Verificar o aspecto da água fornecida pela concessionária pública;

#### **SEMESTRALMENTE:**

- Verificar o estado de funcionamento das válvulas eliminadoras de ar, efetuando-se a limpeza interna dos equipamentos e dos abrigos dos hidrômetros onde as válvulas se encontram.

### **2.3. SISTEMA HIDRÁULICO**

#### **SEMANALMENTE:**

- Verificar a existência de vazamentos, desperdícios ou usos inadequados nas tubulações, conexões e nos pontos de consumo externos, tais como torneiras, aspersores, válvula, registros e alimentação de espelho d'água, efetuando as correções necessárias;
- Verificar estado das tubulações, conexões e elementos de corte e controle de fluxo;
- Verificar o nível dos reservatórios;
- Verificar do funcionamento das válvulas de descarga;
- Verificar dos funcionamentos das torneiras;
- Verificar do estado das pias e vasos;
- Verificar estado da tubulação primária;
- Verificar das condições dos ralos de escoamento;
- Verificar de obstrução nas pias, vasos e drenos;
- Verificar do funcionamento das válvulas dos sanitários;
- Verificar da existência de vazamento nas pias, vasos, torneiras, chuveiros e demais pontos de consumo na rede hidráulica.

#### **MENSALMENTE:**

- Verificar a existência de corrosão em tubulações;
- Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas e reparar (inclusive pintura) se necessário;
- Inspeccionar as tubulações imersas;
- Inspeção em toda rede hidráulica quanto ao índice de oxidação e estado de conservação.

### **2.4. BOMBAS DE RECALQUE, DE ÁGUA FRIA, DE ÁGUAS SERVIDAS, ESGOTOS E DE ÁGUAS PLUVIAIS**

#### **DIARIAMENTE:**

- Operar os equipamentos conforme orientação do fabricante e da Administração do Condomínio do Bloco "A";
- Testar o funcionamento das bombas;
- Verificar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos excessivos;
- Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- Inspeccionar as válvulas de retenção;
- Inspeccionar o funcionamento das boias superiores;
- Inspeccionar o funcionamento das boias inferiores;
- Inspeccionar os cabos de alimentação do quadro geral das bombas;
- Inspeccionar os contadores de chaves magnéticas de comando das bombas;

#### **MENSALMENTE:**

- Verificar o alinhamento dos eixos das bombas;
- Efetuar a medição da folga das luvas de acoplamento;
- Efetuar a medição da resistência de isolamento dos motores;
- Efetuar o reaperto das gaxetas e regulagem de gotejamento;
- Efetuar a lubrificação dos mancais das bombas;
- Verificar o estado das gaxetas das bombas;
- Inspeccionar as conexões hidráulicas;
- Verificar as luvas do acoplamento;
- Efetuar a medição de amperagem dos motores;
- Verificar o nível de óleo das bombas;
- Realizar a restauração completa das bombas quando se fizer necessário; e
- Verificar o funcionamento do comando automático.

#### **Observações:**

- 1- O engaxetamento das bombas hidráulicas deve ser realizado conforme NBR 12.640;
- 2- As bombas (como outros equipamentos) deverão ser identificadas individualmente.

### **2.5. REDE DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS**

#### **DIARIAMENTE:**

- Inspeccionar as instalações primárias e secundárias dos esgotos;

#### **MENSALMENTE:**

- Percorrer todos os pontos de visitas e limpá-los;
- Percorrer todas as caixas de inspeção e de areia e limpá-las;
- Limpar a caixa geral de esgotos;
- Percorrer todas as caixas de gordura e limpá-las;
- Percorrer todos os bueiros de águas pluviais e limpá-los;
- Inspeccionar e reparar as tampas herméticas e paredes dos poços de recalque;
- Inspeccionar e limpar os pontos de captação de águas pluviais (ralos "abacaxis", calhas, bocas de lobo);
- Inspeccionar as redes primárias e secundárias de esgotos e saídas das tubulações de ventilação.

### **2.6. CAIXAS DE GORDURA E RESERVATÓRIOS**

#### **SEMANALMENTE:**

- Inspeccionar o estado geral do espelho d'água do Edifício Bloco "A" e do extravasor;
- Inspeccionar as tampas dos reservatórios (estado e vedação);

#### **TRIMESTRALMENTE:**

- Providenciar ou acompanhar o esgotamento das caixas de gordura do restaurante (por equipamento succionador específico);

#### **SEMESTRALMENTE:**

- Realizar limpeza geral e desinfecção dos reservatórios de água, inferiores e superiores, respectivamente. Deverá ser programada redução gradual do enchimento, para que as perdas com o esvaziamento sejam minimizadas. A desinfecção deverá ser feita preferencialmente conforme orientação da concessionária pública, ou conforme determinar ou autorizar a Fiscalização.

## **3. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**

### **3.1. REDES DE HIDRANTES E CAIXAS DE INCÊNDIO DOS PAVIMENTOS**

#### **DIARIAMENTE:**

Verificar e corrigir quando necessário(a):

- Vazamento nas caixas de preventivos fixos contra incêndio;
- Vidro de tampa das caixas dos preventivos fixos de parede;
- Abertura e fechamento da porta;
- Nível da caixa d'água;
- Rede e vazamentos nos registros, barriletes, etc.;

- Acesso a hidrantes e registros.

#### **SEMANALMENTE:**

Verificar e corrigir, quando necessário, das válvulas de governo e alarme, relacionados com:

- Vazamentos, efetuando os reparos necessários;
- Funcionamento do manômetro;
- Abertura e fechamento dos registros das caixas de hidrantes para evitar o seu gripamento;
- Acionamento das bombas pelos botões de partida e se esses botões estão numerados indicando qual bomba é acionada;
- Indício de cavitação das bombas;
- Pressão nos manômetros;
- Correção do enrolamento das mangueiras de incêndio.

#### **MENSALMENTE:**

- Inspecionar esguichos, registros, chave de engate rápido e conexões;
- Lubrificar registros com uma mistura de óleo e grafite;
- Realizar limpeza das caixas de incêndio;
- Verificar vazamentos na estrutura da caixa d'água superior (reserva);
- Verificar correção da sinalização;
- Verificar o estado de conservação dos hidrantes de passeio quanto ao acesso, abertura da tampa, ferrugem, funcionamento do registro etc.;
- Verificar o funcionamento das válvulas direcionais;

Inspeccionar os instrumentos de medição, relacionados com:

- Recalibre dos manômetros;
- Recalibre dos pressostatos;
- Recalibre das chaves de fluxo.

#### **TRIMESTRALMENTE:**

- Efetuar retoque ou reelaboração de pintura das caixas de incêndio e demais componentes visíveis conforme normas vigentes;
- Realizar lavagem e secagem adequada das mangueiras de incêndio;

#### **SEMESTRALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:**

- Submeter às mangueiras a testes hidrostáticos, cuidando para que o procedimento de secagem seja feito corretamente conforme as normas técnicas e

orientações do fabricante.

### **3.2. REDE DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS)**

#### **SEMANALMENTE:**

- Realizar teste de funcionamento da bomba;
- Efetuar drenagens da câmara de ar;
- Verificar e lubrificar todas as válvulas de controle do sistema;
- Verificar se as pressões dos manômetros estão normais;
- Verificar se o abastecimento d'água do sistema está normal e a possível existência de válvulas fechadas ou outras obstruções na tubulação de fornecimento;
- Vistoriar os "sprinklers" automáticos, para assegurar que estejam em boas condições, limpos, isentos de poeira ou danificações;
- Inspeccionar as tubulações e mantê-las em boas condições e livres de danos mecânicos;
- Verificar o estado de conservação dos suportes pendentes e quando quebrados ou frouxos, reapertá-los ou substituí-los;
- Testar os dispositivos de alarme de descarga d'água e lacrar na posição normal de abertura as válvulas que controlam o fornecimento de alarme;
- Inspeccionar e ligar as bombas;
- Inspeccionar e limpar, quando necessário, a caixa d'água elevada, reservada ao sistema contra incêndio.

### **3.3. ALARMES AUDIOVISUAIS E DE DETECÇÃO DE CALOR E DE FUMAÇA**

#### **DIARIAMENTE:**

- Verificar de forma visual as indicações registradas no painel central de supervisão e comando;
- Inspeccionar de forma visual das baterias;
- Verificar o funcionamento das caixas difusoras do som;
- Verificar a tensão de alimentação do sistema;
- Verificar e eliminar eventuais fugas de corrente por derivação à terra;
- Verificar o funcionamento do carregador de baterias e inibição dos comandos externos;
- Verificar o estado dos sinalizadores;

#### **MENSALMENTE:**

- Inspeccionar quanto à existência de lâmpadas de sinalização e fusíveis queimados;
- Testar funcionamento do painel;

- Testar os detectores;
- Testar o funcionamento das campainhas;
- Testar os acionadores manuais;
- Verificar e completar o nível de solução das baterias;
- Disparar os laços do painel em separado ativando os respectivos detectores;
- Desconectar e comutar os laços conjugados com CO2 por meio do relê retardador das cabeças de comando dos cilindros pilotos e das válvulas direcionais;
- Efetuar a limpeza dos equipamentos.

#### **4. INSTALAÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)**

**DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

- Inspecionar toda a rede, verificando as tubulações, mangueiras, registros e válvulas, reguladores de pressão, estado geral dos botijões ou cilindros e pontos de alimentação e consumo;
- Verificar as condições de ventilação dos recintos onde houver botijões ou cilindros ou pontos de alimentação e consumo;
- Verificar a existência de obstruções ou deposições indevidas ou perigosas junto às instalações;

**MENSALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

- Verificar o estado das identificações visuais e sinalizações de segurança e pinturas;
- Inspecionar os danos e corrosões;
- Verificar e reparar elementos de fixação, conexões, uniões e tubulações;
- Verificar estado de pinturas;
- Efetuar teste de estanqueidade. Este teste deverá ser providenciado junto a empresa devidamente credenciada pelo Corpo de Bombeiros Militar (CMB-DF), que deverá emitir laudo técnico específico.
- Execução de testes hidrostáticos e hidrodinâmicos.

**Observações:**

- (1) Os testes pneumáticos serão executados para verificar a resistência do sistema a pressão interna, sem causar falha, vazamento ou distorções permanentes.
- (2) Os testes de estanqueidade serão realizados apenas por ar comprimido ou gás inerte, vedada a utilização de líquidos. A revelação de vazamentos poderá ser feita pela aplicação de espuma de água e sabão nas juntas.
- (3) As partes e peças defeituosas deverão ser substituídas por novas, e o sistema novamente testado.

(4) Os procedimentos de testes, as tolerâncias, soldagens e outros procedimentos, e o recebimento, obedecerão ao que estabelecer a norma da ANSI B-31 e normas do fabricante e normas técnicas Brasileiras (como as NBR 13.932 13.192 e 13.933).

(5) Para conferência e manutenção de botijões, reguladores e mangueiras, considerar, respectivamente, as normas NBR 8.866/00, NBR 8473 / NBR 13.419 e NBR 8613.

(6) As delimitações de atribuições previstas pela Decisão Normativa nº032/1988 – CONFEA também deverão ser consideradas.

(7) Sempre que possível, as correções deverão ser efetuadas de imediato.

## **5. REDE LÓGICA E TELEFONIA**

### **5.1. SALAS DE TELECOMUNICAÇÕES CENTRAIS E SETORIAIS (RACKS)**

#### **DIARIAMENTE:**

- Vistoriar as salas de Telecomunicações quanto a limpeza e fontes de poeiras;
- Inspeção visual dos racks;
- Visualizar se alguma identificação do cabeamento foi perdida;
- Analisar temperatura do ambiente, verificando se ar-condicionado está funcionando;

#### **MENSALMENTE:**

- Limpeza dos aparelhos de ar-condicionado das salas;
- Vistoriar iluminação da sala e solicitar consertos e reparos quando necessário;
- Limpeza da sala e dos equipamentos;
- Inspeção de conectores e tomadas RJ-45;
- Inspeção das fibras ópticas;
- Vistoria das salas de Telecomunicações acompanhada de funcionário da Contratante;
- Identificar todos os cabos e registrar em formulário próprio, a ser afixado na porta de cada Rack, mantendo-o atualizado conforme padrão a ser adotado;
- Verificar funcionamento e conexões dos Patch Panels;
- Verificar funcionamento dos Switches;
- Verificar e organizar os cabos UTP nos Rack;
- Conferir quantidade de pontos disponíveis por rack e por pilha de switch.

#### **EVENTUALMENTE E SEMPRE QUE SOLICITADO:**

- Organização dos DGs central e parciais e BLIs;

- Retirada de cabos desativados nos “shafts”, forros, calhas e canaletas;
- Acompanhar técnicos de outras empresas durante reparos na rede de telecomunicações;
- Conserto, instalação e remanejamento de aparelhos telefônicos multifrequências, fac-símiles, teleimpressoras, bloqueadores de DDD, telex, bina e outros equipamentos instalados na rede de telecomunicações;
- Conserto, instalação e remanejamento de ramais do PABX, LDs e LPs;
- Programação de aparelhos telefônicos;
- Outros serviços correlatos.

## **5.2. PONTOS DE USUÁRIO**

### **SEMANALMENTE:**

Vistoriar pontos de redes dos usuários verificando, conforme as Normas, se:

- O ponto está com etiqueta de identificação;
- O ponto está conectorizado adequadamente;
- O ponto está afixado adequadamente;
- O patch cable é de tamanho adequado;
- O patch cable está conectorizado adequadamente.
- Deverá visitar meio andar por dia.

### **QUANDO SOLICITADO:**

- Vistoria acompanhada de funcionário da **Contratante**.

## **5.3. CABEAMENTO HORIZONTAL**

### **MENSALMENTE:**

- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente separado da rede elétrica.
- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente acondicionado em canaleta ou duto.

## **5.4. CABEAMENTO VERTICAL**

### **MENSALMENTE:**

- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente acondicionado em canaleta ou duto;
- Verificar adequação dos D.I.O. de cada sala de telecomunicações.

## **6. PORTAS E PORTÕES INTERNOS E EXTERNOS**



#### **SEMPRE QUE NECESSÁRIO:**

- Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulagem;
- Verificar o alinhamento e o fechamento das portas e dos portões;
- Verificar o estado das fechaduras, fechos, ferrolhos e porta-cadeados;
- Verificar o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas e pinturas);
- Verificar o estado e o alinhamento dos trilhos e dos portões de correr;
- Verificar o estado das roldanas e lubrificá-las;
- Verificar o estado das caixas de roldanas e efetuar o desempenho, se possível;
- Verificar o estado dos puxadores e sua fixação;
- Verificar o estado geral dos pinos de deslizamento;
- Verificar o estado das telas e sua amarração e soldagem;
- Verificar o estado dos vidros;
- Verificar o estado das guias de condução e de fechamento, e desempená-las;
- Verificar o estado geral da pintura.

### **7. INSTALAÇÕES CIVIS**

- Revisão e reparos em impermeabilização em geral;
- Revisão periódica de todos os elementos da cobertura dos prédio, túnel e garagem, devendo ser observadas as condições da estrutura dos telhados, telhas, calhas, rufos, grelhas, etc.;
- Recomposição de forros em geral (madeira, laje, gesso, etc.);
- Limpeza de shaft em geral;
- Revisão de esquadrias (janelas, vitrês, etc.);
- Assentamento de revestimentos em pisos e paredes;
- Execução de alvenarias;
- Reparos e serviços de acabamento gerais nas edificações e telhados;
- Conservação de taludes;
- Demolição de paredes;
- Reparo de massa para alvenarias e revestimentos de paredes em geral;
- Preparo da superfície de paredes;
- Corte e amarrações de ferragens;
- Reparos em esquadrias de madeira;
- Aplicação de laminado, folheados, tecidos e placas de aço escovado;

- Colagem de carpete, pisos em fórmica e plurigoma;
- Troca de fechaduras e aberturas de gavetas;
- Fixação de quadros e placas de sinalização;
- Instalação de rodas e pés de borrachas em mobiliário;
- Preparo de superfície de madeira;
- Confeção de armários em divisórias ou revestimentos de outros materiais (laminados de cerejeira, sucupira, etc) que serão executados segundo programação estabelecida pela **Contratante**;
- Reparos gerais em mobiliário, tais como reapertos, envernizamento e outros pequenos consertos;
- Remanejamento e instalações de divisórias;
- Troca de fechaduras e trancas;
- Regulagem e/ou montagem de portas;
- Outros serviços correlatos.

## 8. INSTALAÇÕES DE ÁUDIO E VÍDEO

A Contratada deverá executar manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de som existentes Edifício Bloco "A", bem como a sua operacionalização.



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12971966 e o código CRC B7806A7D.



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO IV

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

##### Indicadores de qualidade e de desempenho dos serviços prestados pela Contratada

Objetivo	
Garantir o cumprimento dos prazos de atendimento dos serviços de manutenção predial com qualidade e das disposições contratuais.	
Formas de avaliação e de acompanhamento	
Verificação das datas de emissão de Ordem de Serviço (OS) e de realização dos serviços, do intervalo temporal entre elas e registro em planilha de controle (por amostragem); -Visitas aos locais dos serviços solicitados na OS; -Verificação dos trabalhos dos funcionários da Contratada; -Registros de satisfação da clientela	
Meta a cumprir	100% dos serviços das OS da amostra realizados, dentro dos prazos estabelecidos.
Instrumentos de medição	Planilha de controle dos serviços executados e/ou informações registradas na OS.
Periodicidade da medição	Mensal
Início de vigência	Início do mês da execução dos serviços
Forma de aplicação	Descontos percentuais na Nota Fiscal ou Fatura da empresa Contratada, mediante os resultados obtidos para os indicadores Id1 e Id2

Indicador 1 (Id1)	
Descrição	Expressão
Percentual de OS executadas no período de medição (amostragem mínima de 50,00% do total de OS emitidas no período de medição)	$Id1 = (\text{Total de OS atendidas da amostra} / \text{Total de OS da amostra}) \times 100$

Indicador 2 (Id2)	
Descrição	Expressão

Índice de inconformidade na qualidade da prestação dos serviços (em pontos), conforme a seguir:	Id2 = (somatório dos pontos obtidos por inconformidades na prestação dos serviços)
Inconformidade	Pontos
Não cumprimento do horário estabelecido pelo TR ou determinado pela Administração (por ocorrência)	1
Não utilização de Equipamentos de Proteção Individual e/ou Coletiva (por ocorrência e por funcionário).	2
Não fornecimento de material dentro do prazo estabelecido no TR ou acordado com a Fiscalização (por ocorrência)	2
Não reposição de funcionário ausente no prazo previsto no TR (por ocorrência)	3
Fornecimento de materiais ou peças de reposição de baixa qualidade (por ocorrência)	3
Não cumprimento da programação periódica de manutenção preventiva (por ocorrência)	3
Não fornecimento/utilização de ferramenta adequada (por ocorrência)	3
Utilização de funcionário não residente sem a qualificação mínima exigida (por ocorrência)	4
Execução de serviço de comprovada má qualidade e/ou desrespeitando as normas técnicas, quando houver (por ocorrência)	5
Outras ocorrências decorrentes da prestação dos serviços contratados e que resultem em prejuízos e/ou transtornos ao MDS (por ocorrência)	5

#### Faixas de Ajuste no Pagamento Mensal da Contratada

Indicador 1 (Id1)		Indicador 2 (Id2)		
Faixas de percentual de OS executadas (por amostragem)	Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (A)	Faixas de pontuação acumulada referente à inconformidades na prestação dos serviços	Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (B)	TOTAL Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (A)+(B)
80 a 100%	95%	0 a 6	5%	100%
		7 a 9	4%	99%
		10 a 12	3%	98%
		13 a 15	2%	97%
		15 ou mais	1%	96%
70 a 79,99%	90%	0 a 6	5%	95%
		7 a 9	4%	94%
		10 a 12	3%	93%
		13 a 15	2%	92%

		15 ou mais	1%	91%
60 a 69,99%	85%	0 a 6	5%	90%
		7 a 9	4%	89%
		10 a 12	3%	88%
		13 a 15	2%	87%
		15 ou mais	1%	86%

#### Observações:

- Caso os percentuais de OS executadas sejam inferiores a 60% e/ou a pontuação acumulada referente à inconformidades na prestação dos serviços seja superior a 15 pontos, poderá ser aplicada sanção administrativa à empresa contratada, em conformidade com o disposto no Termo de Referência.
- Será considerada como OS emitida todas as que estiverem com prazo de execução expirado dentro do mês de referência.
- No início da execução do contrato, poderão ser pactuadas com a Fiscalização do contrato as datas mensais de apuração do percentual de execução e da pontuação, levando em conta, principalmente, a data de fechamento da Nota Fiscal pela empresa contratada.
- As amostras serão escolhidas à critério da Fiscalização;
- Demais situações não previstas neste acordo poderão ser pactuadas ou dirimidas junto a Fiscalização do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12971977 e o código CRC 7FC95AF9.



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO V

#### MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

Processo: XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

Pregão Eletrônico nº XX/2022.

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/20XX às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

Atesto, para os fins de participação da empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXX, na Concorrência nº XX/2022, que eu, NOME COMPLETO DO SERVIDOR como representante do Ministério da Cidadania - MC - Bloco A, acompanhei a vistoria do Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX representante da empresa licitante, que procedeu vistoria nas dependências da Edifício Bloco A, esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, tomando conhecimento das peculiaridades necessárias para cumprimento das obrigações, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, decorrentes da licitação.

-----  
Representante do Ministério da Cidadania - MC  
Empresa

Representante da

Brasília. / /XXXX.



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12978322 e o código CRC 5207E78D.

---



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO VI

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA

Processo: XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

Pregão Eletrônico nº XX/2022.

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

(Emitir em papel timbrado da empresa)

Nome:.....responsável legal da empresa:.....,

CNPJ nº .....,

Endereço: .....,

Fone:.....Fax: ..... E-mail:

.....

Declara que renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº XXXX/2022, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Brasília, ..... de ..... de 2022.

.....  
Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

Carteira de Identidade: ..... Órgão Expedidor: .....

(Obs. Entregar com a documentação no envelope de Habilitação preenchido e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso)





Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12978486 e o código CRC 066F3619.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VII

EQUIPE RESIDENTE E EVENTUAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

1. EQUIPE TÉCNICA RESIDENTE: CBO, QUANTIDADE, CARGA HORÁRIA E ESCALA DE TRABALHO.

ITEM	PROFISSIONAIS RESIDENTES	CBO	UNIDADE	QTDE POSTO A	QTDE FUNCIONÁRIOS por posto	QTDE FUNCIONÁRIOS total	CARGA HORÁRIA SEMANAL	JORNADA DE TRABALHO	TURNO
1	Engenheiro	2143	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
2	Encarregado-Geral	7102-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
3	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
4	Auxiliar Administrativo	4110-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
5	Eletricista	9511-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
7	Marceneiro (Artífice)	7711-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
8	Pedreiro	7152-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
9	Ajudante de Manutenção Geral	7170	mês	5	1	5	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
10	Operador de áudio e vídeo	3741	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
11	Pintor	7166	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
12	Vidraceiro	7163-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
13	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias DIURNO (12X36)	3131	mês	1	2	2	44h	12 x 36 (07h às 19h)	DIURNO
14	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias NOTURNO (12X36)	3131	mês	1	2	2	44h	12 x 36 (19h às 07h)	NOTURNO
15	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)	DIURNO
	-			23	-	25			

2. EQUIPE TÉCNICA EVENTUAL: CBO, CÓDIGO SINAPI, E QUANTIDADE ESTIMATIVA DE HORAS MENSAL E ANUAL.

ITEM	PROFISSIONAIS EVENTUAIS	CBO	Unidade	CÓDIGO SINAPI	ESTIMADO MENSAL HORAS	ESTIMADO ANUAL HORAS
1	Eletricista	9511-05	HORA	2436	113	1350,72
2	Engenheiro Sênior Especialista	2143	HORA	2708	33	391,7592
3	Encarregado Geral	7102-05	HORA	4083	33	396
4	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral (Manut. Grupo Gerado / nível médio)	9113-05	HORA	4058	4	52,8
5	Vidraceiro	7163-05	HORA	10489	55	664,2336
6	Serralheiro	7244-40	HORA	6110	9	108,36
7	Operador de áudio e vídeo	3741	HORA	2438	13	161,304
8	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	HORA	2359	88	1056
9	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	HORA	2359	88	1056
10	Bombeiro Hidráulico	7241-10	HORA	2696	88	1056
11	Marceneiro (Artífice)	7711-05	HORA	12868	88	1056
12	Pedreiro	7152-10	HORA	4750	88	1056
13	Ajudante de Manutenção Geral	7170	HORA	248	88	1056
14	Pintor	7166	HORA	4783	88	1056
15	Pintor epoxi	7166	HORA	4785	88	1056
16	Gesseiro	7164-05	HORA	12872	88	1056
	TOTAL					

3. QUALIFICAÇÃO, ATRIBUIÇÕES, EXPERIÊNCIAS, REQUISITOS E FUNÇÕES A DESEMPENHAR PELOS PROFISSIONAIS

3.1. Engenheiro

- 3.1.1. Proceder a avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho;
- 3.1.2. Consultar outros especialistas, como engenheiros e arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à manutenção e a obras e serviços;
- 3.1.3. Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;
- 3.1.4. Preparar programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento de obras e serviços;
- 3.1.5. Dirigir a manutenção predial, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendadas;
- 3.1.6. Assessorar a Contratante nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam elaboração de projetos básicos, consultorias, perícias, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- 3.1.7. Desenvolver estudos visando economia de eletricidade e de água, orientando os serviços de manutenção em busca de maior eficiência energética;
- 3.1.8. Conhecimento da Lei nº 8.666/1993;
- 3.1.9. Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante;
- 3.1.10. Desempenhar outras atividades inerentes a função;
- 3.1.11. **Requisitos:** Curso superior em Engenharia Civil ou Elétrica; registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); experiência mínima de 10 anos na área de manutenção e instalação predial, compatível com a complexidade do objeto do Edital.

3.2. Encarregado-Geral

- 3.2.1. Executar tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais;
- 3.2.2. Orientar as atividades dos trabalhadores de sua equipe nas diferentes fases dos trabalhos, acompanhando a execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;
- 3.2.3. Examinar as instalações, máquinas, equipamentos e instrumentos elétricos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam às condições e normas técnicas de segurança;
- 3.2.4. Organizar e supervisionar as atividades de manutenção preventiva e corretiva, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas dos trabalhadores,

- para assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;
- 3.2.5. Distribuir as tarefas de manutenção aos trabalhadores, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimentos;
- 3.2.6. Acompanhar a execução dos trabalhos de manutenção, observando as operações, solucionando problemas, testando equipamentos, para garantir a eficiência dos serviços;
- 3.2.7. Explicar aos trabalhadores as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, estabelecida pela Contratante, efetuando reuniões e ministrando eventuais treinamentos, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições de segurança e incentivo ao trabalho;
- 3.2.8. Orientar os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, detectando defeitos, consertando ou substituindo componentes, realizando regulagens necessárias e aplicando testes funcionais, para evitar desgaste prematuro dos equipamentos e assegurar à maquinaria as condições de pleno funcionamento;
- 3.2.9. Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender às necessidades de trabalho;
- 3.2.10. Desempenhar outras atividades inerentes a função;
- 3.2.11. **Requisitos:** Ensino médio completo, curso técnico de eletrotécnico e experiência mínima de 5 anos como encarregado de manutenção predial, compatível com a complexidade do Edital.
- 3.3. **Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações**
- 3.3.1. Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações de dados, reparando e substituindo peças e conjuntos parciais, fazendo os ajustes e regulagens convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular dessas instalações; instalar, remanejar e substituir redes e pontos de dados e de telefonia e seus componentes; executar amarração, lançamento e passagem de cabos de rede e de telefonia;
- 3.3.2. Realizar manutenção preventiva e corretiva nas redes de dados e telecomunicações vertical e horizontal;
- 3.3.3. Organizar racks, painéis, DGs centrais e parciais e BLIs;
- 3.3.4. Identificar e cadastrar todo o sistema de dados e telecomunicações do Edifício;
- 3.3.5. Remover cabos desativados nos "shafts", forros, calhas e caneletas;
- 3.3.6. Instalar e remanejar aparelhos telefônicos multifrequências, fac-símiles, telex, bina e qualquer outro equipamento instalado no sistema de telecomunicações;
- 3.3.7. Instalar e remanejar ramais do PABX, LDs e LPs;
- 3.3.8. Programar os aparelhos telefônicos digitais;
- 3.3.9. Realizar, sempre que solicitado, intervenções nas centrais de telefonia, efetuando testes, verificando e atualizando configurações tanto de hardware quanto lógicas;
- 3.3.10. Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante ou a quem ela designar;
- 3.3.11. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.3.12. **Requisitos:** Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.
- 3.4. **Auxiliar Administrativo**
- 3.4.1. Executar, no decorrer da execução do contrato, serviços de apoio ao engenheiro coordenador da equipe de manutenção e seus subordinados, tais como: receber as solicitações de serviços, controle de estoque de material, controle de frequência das equipes de manutenção, separar e classificar documentos e correspondências, digitar cartas, minutas e outros textos, atender chamadas telefônicas, operar computador, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos;
- 3.4.2. Operar os micros através de console, terminais e periféricos, digitando dados e inserindo informações, dando instruções operacionais à máquina e mantendo as prioridades de execução, para cumprir os cronogramas preestabelecidos;
- 3.4.3. Controlar o estoque de material, verificando as quantidades necessárias, recebendo e registrando suas entradas e saídas, para atender ao abastecimento das áreas de manutenção;
- 3.4.4. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.4.5. **Requisitos:** Ensino Médio completo; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho.
- 3.5. **Eletricista**
- 3.5.1. Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas e/ou esquemas, especificações e outras informações, para estabelecer o roteiro das tarefas;
- 3.5.2. Instalar quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores, utilizando ferramentas normais, comuns e especiais, materiais e elementos de fixação, para estruturar a parte geral da instalação elétrica;
- 3.5.3. Executar corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação;
- 3.5.4. Instalar condutores elétricos, utilizando chaves, alicate, conectores e material isolante, para permitir a distribuição de energia;
- 3.5.5. Testar a instalação quantas vezes forem necessário para comprovar a exatidão do trabalho executado;
- 3.5.6. Testar circuitos da instalação, utilizando aparelhos de medição elétricos e eletrônicos para detectar partes ou peças defeituosas;
- 3.5.7. Substituir e/ou reparar fios, cabos, condutores ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, com a finalidade de restabelecer as condições normais de funcionamento das instalações elétricas;
- 3.5.8. Desempenhar outras atividades inerentes a função.
- 3.5.9. **Requisitos:** Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de , compatível com a complexidade do Edital.
- 3.6. **Bombeiro Hidráulico**
- 3.6.1. Estudar o trabalho a ser executado, analisando desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;
- 3.6.2. Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações hidrossanitárias;
- 3.6.3. Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;
- 3.6.4. Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos-chave e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas;

- 3.6.5. Executar o corte, roscamento, curvatura e união dos tubos, utilizando serra manual, tarraças, bancada de curvar e outros dispositivos mecânicos, para formar a linha de tubulação;
- 3.6.6. Posicionar e fixar os tubos, baseando-se no projeto elaborado e utilizando parafusos, porcas e conexões, solda ou argamassa;
- 3.6.7. Instalar louças sanitárias, condutores de esgotos, caixa d'água, chuveiros, metais e outras partes componentes das instalações hidráulicas, utilizando ferramental e dispositivos necessários a perfeita execução dos serviços;
- 3.6.8. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;
- 3.6.9. Efetuar testes nas tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;
- 3.6.10. Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;
- 3.6.11. Executar o fechamento de furos e rasgos na paredes, laje, piso ou forro, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação;
- 3.6.12. Desempenhar outras atividades inerentes a função.
- 3.6.13. **Requisitos:** Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho.
- 3.7. **Marceneiro (Artífice)**
- 3.7.1. Examinar os desenhos e esboços recebidos, analisando as especificações técnicas constantes para determinar o material a ser utilizado na confecção ou reparação de móveis e outras peças de madeira, MDF, MDP a serem construídos;
- 3.7.2. Trabalhar com madeiras, MDF, MDP e outros itens de marcenaria, cortando, torneando, fazendo entalhes, encaixes e fixação das peças trabalhadas, utilizando cola, pregos e parafusos, dentre outros materiais;
- 3.7.3. Colocar ferragens, como dobradiças, puxadores e outras, nas peças e móveis montados, fixando-as nos locais indicados, para possibilitar o manuseio dos mesmos e atender aos requisitos exigidos ao seu acabamento;
- 3.7.4. Pintar, envernizar ou encerar peças e móveis;
- 3.7.5. Reparar peças e móveis de madeira, recuperando ou substituindo as partes danificadas, para restituir-lhes as características originais;
- 3.7.6. Instalar esquadrias, como janelas, portas e outras peças de madeira, ferro e alumínio, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados e previamente preparados;
- 3.7.7. Confeccionar, montar e desmontar paredes, esquadrias, armários, estantes, bancadas e outras peças em madeira, MDF, MDP e em material de divisórias;
- 3.7.8. Efetuar manutenção e o remanejamento de persianas e cortinas (retirada, recolocação, fixação e reposição de peças soltas e/ou danificadas);
- 3.7.9. Realizar serviços de pequeno e médio porte de pinturas, gesso, forros e reparos de pisos;
- 3.7.10. Executar serviços de marcenaria envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, montagem e desmontagem, instalação, remanejamento, substituição, adaptação, modificação e confecção de móveis, armários, gaveteiros, estações de trabalho, mesas, cadeiras, molduras, divisórias, fechaduras, esquadrias, portas, portais, janelas, balcão, guichê, forros (gesso, mineral, pvc, etc.), molas de portas, suportes, prateleiras, quadros, dentre outros itens de marcenaria, fazendo os ajustes e regulagens convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos, materiais e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular desses e de outros itens de marcenaria;
- 3.7.11. Desempenhar outras atividades inerentes a função.
- 3.7.12. **Requisitos:** Ensino Médio completo, curso de marcenaria e experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.
- 3.8. **Pedreiro**
- 3.8.1. Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações civis, efetuando colocação, remoção, construção, demolição e reparos em itens como alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos, forros, coberturas, calhas e impermeabilizações, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos necessários aos trabalhos desenvolvidos, a fim de assegurar o funcionamento regular dessas instalações;
- 3.8.2. Executar serviços em gesso, inclusive gesso acartonado e *dry wall*, como execução e recomposição de placas, peças, forros e paredes em gesso, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;
- 3.8.3. Misturar cimento, areia, água e outros materiais, dosando as quantidades na forma indicada, para obter a argamassa a ser empregada na execução de alvenarias, assentamento de ladrilhos e materiais afins;
- 3.8.4. Construir fundações, empregando pedras, tijolos, ou concreto, para formar a base de paredes, muros e construções similares;
- 3.8.5. Assentar tijolos, ladrilhos ou pedras seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa adequada, para executar paredes, pilares e outras partes da construção;
- 3.8.6. Rebocar as estruturas construídas com o uso de argamassas prontas ou misturadas em obra, obedecendo o prumo e nivelamento, tornando-as aptas a receber outros tipos de revestimento;
- 3.8.7. Assentar cerâmicas, azulejos, revestimentos melamínicos, vinílicos, dentre outros, utilizando materiais, ferramentas e processos apropriados para a aplicação destes nos locais a serem aplicados;
- 3.8.8. Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e de estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças;
- 3.8.9. Executar e reparar forros em geral (rebocos, gesso, pvc, madeira, fibra mineral, etc.);
- 3.8.10. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.8.11. **Requisitos:** Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.
- 3.9. **Ajudante Geral**
- 3.9.1. Dar apoio às atividades desenvolvidas pelos profissionais e executar serviços gerais de baixa complexidade, sob orientação e supervisão do Encarregado de Manutenção; Auxiliar no transporte manual de cargas (mobiliários, materiais, peças, equipamentos, etc.); manter o ambiente de trabalho limpo;
- 3.9.2. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.9.3. **Requisitos:** Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou comprovação de treinamento prévio à contratação do funcionário, promovido pela Contratada.
- 3.10. **Operador de Áudio e Vídeo**
- 3.10.1. Operar os sistemas de áudio e de vídeo existentes no edifício Bloco A.

- 3.10.2. Executar a instalação, desinstalação e manutenção, preventiva e corretiva, nos sistemas de áudio e vídeo existentes no edifício (mesas de som, amplificadores, gravadores, auto falantes, microfones, cabos, conexões, projetores, telas, TVs, DVDs, etc).
- 3.10.3. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.10.4. Requisitos: Ensino médio. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.
- 3.11. **Pintor**
- 3.11.1. Executar todo e qualquer serviço de pintura, como pintura de paredes, pisos, tetos, forros, fachadas, vidros, esquadrias, grades, portões, estruturas de concreto, meio-fio, portas, brises, mobiliários, molduras, placas e letreiros, incluindo emassamento, lixamento, preparo de ambientes e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura; Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.11.2. Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.
- 3.12. **Vidraceiro**
- 3.12.1. Executar todo e qualquer serviço de vidraçaria, como instalação, remoção, remanejamento, substituição, recuperação de vidros de esquadrias, espelhos, box, portas, tampos de mesas, folhas e portas de vidro temperado, dentre outros;
- 3.12.2. Executar todo e qualquer serviço de película, como instalação, remoção, limpeza, substituição em vidros, dentre outros;
- 3.12.3. Desempenhar outras atividades inerentes à função.
- 3.12.4. Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.
- 3.13. **Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrossanitárias (DIURNO E NOTURNO)**
- 3.13.1. Executar a manutenção preventiva e corretiva no âmbito das instalações elétricas e hidrossanitárias, em regime de plantão;
- 3.13.2. Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas e/ou esquemas, especificações e outras informações, para estabelecer o roteiro das tarefas;
- 3.13.3. Instalar quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores, utilizando ferramentas normais, comuns e especiais, materiais e elementos de fixação, para estruturar a parte geral da instalação elétrica;
- 3.13.4. Executar corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação;
- 3.13.5. Instalar condutores elétricos, utilizando chaves, alicate, conectores e material isolante, para permitir a distribuição de energia;
- 3.13.6. Testar a instalação quantas vezes forem necessário para comprovar a exatidão do trabalho executado;
- 3.13.7. Testar circuitos da instalação, utilizando aparelhos de medição elétricos e eletrônicos para detectar partes ou peças defeituosas;
- 3.13.8. Substituir e/ou reparar fios, cabos, condutores ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, com a finalidade de restabelecer as condições normais de funcionamento das instalações elétricas;
- 3.13.9. Desempenhar outras atividades inerentes a função.
- 3.13.10. Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;
- 3.13.11. Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos-chave e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas;
- 3.13.12. Executar o corte, roscamento, curvatura e união dos tubos, utilizando serra manual, tarraxas, bancada de curvar e outros dispositivos mecânicos, para formar a linha de tubulação;
- 3.13.13. Posicionar e fixar os tubos, baseando-se no projeto elaborado e utilizando parafusos, porcas e conexões, solda ou argamassa;
- 3.13.14. Instalar louças sanitárias, condutores de esgotos, caixa d'água, chuveiros, metais e outras partes componentes das instalações hidráulicas, utilizando ferramental e dispositivos necessários a perfeita execução dos serviços;
- 3.13.15. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;
- 3.13.16. Efetuar testes nas tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;
- 3.13.17. Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;
- 3.13.18. Executar o fechamento de furos e rasgos na paredes, laje, piso ou forro, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação;
- 3.13.19. Desempenhar outras atividades inerentes a função.
- 3.13.20. Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho.
- 3.14. **Cadista (desenhista técnico de arquitetura)**
- 3.14.1. Estudar as características do projeto, examinando notas, esboços, especificações e normas técnicas, para assimilar todos os dados necessários à confecção do desenho;
- 3.14.2. Efetuar os cálculos necessários à ampliação do projeto original, empregando a técnica necessária para determinar dimensões, superfícies, volumes e outras características do projeto;
- 3.14.3. Elaborar desenhos com detalhamentos de instalações hidrossanitárias, elétricas, lógicas, telefonia, leiautes e de outros desenhos inerentes à área;
- 3.14.4. Estabelecer relações entre as diferentes partes do produto ou obra, dimensionando os elementos parciais em escalas adequadas, para assegurar a forma ou estrutura do conjunto, de acordo com o original;
- 3.14.5. Fazer o levantamento no local, utilizando trena e outros instrumentos de medição, das dimensões dos ambientes e objetos reais;
- 3.14.6. Elaborar esboços, obedecendo às normas técnicas e utilizando instrumentos e materiais de desenho, para fazer estudo prévio do desenho definitivo;
- 3.14.7. Submeter o esboço elaborado à apreciação do autor do projeto, consultando-o sobre possíveis correções ou alterações, para efetuar os ajustes necessários;
- 3.14.8. Elaborar o desenho definitivo, utilizando software CAD ou BIM, impressora plotter, aplicando seus conhecimentos sobre materiais, processos e técnicas de fabricação e construção, para fornecer todos os subsídios gráficos necessários à execução do projeto;
- 3.14.9. Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante ou a quem ela designar;

3.14.10. Desempenhar outras atividades inerentes a função.

3.14.11. **Requisitos:** Curso de Técnico em Edificações, ou Curso Técnico de Cadista (mínimo de 150 horas), ou Estudante de Arquitetura ou de Engenharia (Civil, Elétrica ou Mecânica); experiência na elaboração e desenvolvimento de projetos em software de desenho técnico (CAD e/ou BIM), compatível com a complexidade do Edital.

**3.15. Engenheiro Sênior Especialista**

3.15.1. Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia específicos de sua área de formação (civil, elétrica, mecânica, telecomunicações, avaliações, perícias, segurança do trabalho, etc.), indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;

3.15.2. Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia específicos de sua área de formação (Civil, Elétrica, Mecânica, Redes de Computadores, Eletrônica, etc.), indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;

3.15.3. Assessorar a Contratante nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam elaboração de projetos básicos, consultorias, perícias, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

3.15.4. Desempenhar outras atividades inerentes a função;

3.15.5. **Requisitos:** Curso superior em Engenharia (Civil, Elétrica, Mecânica, Redes de Computadores, Eletrônica, etc.), podendo ser especialização na área de atuação; registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); experiência mínima de 5 anos na área de atuação e compatível com a complexidade do objeto do Edital.

**3.16. Mecânico de manutenção de máquinas, em geral (Manut. Grupo Gerado / nível médio)**

3.16.1. Executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos como bombas de recalque, grupos geradores, reparando ou substituindo peças ou conjuntos parciais e fazendo os ajustes, regulagem e lubrificação convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar a esses equipamentos funcionamento regular.

3.16.2. Desempenhar outras atividades inerentes à função;

3.16.3. **Requisitos:** Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de , compatível com a complexidade do Edital.

**3.17. Serralheiro**

3.17.1. Executar todo e qualquer serviço de serralheria, como confecção, instalação, recuperação, adaptação, modificação, confecção de suportes para aparelhos condicionadores de ar, grades, telas, esquadrias, móveis, containers, ralos, grelhas, molduras, portas, portais, portões, grades, esquadrias, alambrados, dentre outros, confeccionados em alumínio, aço, ferro fundido, chapas, tubos, perfis, telas e tubos, dentre outros;

3.17.2. Executar soldas e fixações referentes aos serviços de serralheria;

3.17.3. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

3.17.4. **Requisitos:** Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

**3.18. Gesso**

3.18.1. Executar todo e qualquer serviço de gesso, inclusive gesso acartonado e dry wall, como, por exemplo, execução e recomposição de placas, peças, forros e paredes em gesso, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos; Desempenhar outras atividades inerentes à função.

3.18.2. **Requisitos:** Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12978525 e o código CRC 9CC0EF05.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS (RESUMO)

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	VALOR ANUAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$
TOTAL			R\$



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12978850 e o código CRC 78264134.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

ITEM	PROFISSIONAIS	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
01	Engenheiro		01		01	R\$
02	Encarregado-Geral		01		01	R\$
03	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações		01		02	R\$
04	Auxiliar Administrativo		01		01	R\$
05	Eletricista		01		02	R\$
06	Bombeiro Hidráulico		01		01	R\$
07	Marceneiro (Artífice)		01		02	R\$
08	Pedreiro		01		01	R\$
09	Ajudante de Manutenção Geral		01		05	R\$
10	Operador de áudio e vídeo		01		02	R\$
11	Pintor		01		01	R\$
12	Vidraceiro		01		01	R\$
13	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias DIURNO (12X36)		02		01	R\$
14	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias NOTURNO 12X36)		02		01	R\$
15	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)		01		01	R\$
VALOR MENSAL DOS PROFISSIONAIS ( 01+02+03+04+05+06+07+08+09+10+11+12+13+14+15)						R\$
QUANTIDADE DE MESES						12
VALOR ANUAL DOS PROFISSIONAIS RESIDENTES						R\$



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República..



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República..



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12992559 e o código CRC 763461D5.





MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA  
RESIDENTE

Nº PROCESSO	
LICITAÇÃO °:	
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12 meses

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MODULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	ESPECIFICAR O NOME DO POSTO, (ver anexos VII e VIII do Termo de Referencia)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referencia)
3	Salário normativo da categoria profissional	CONFORME CCT)
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	(ESPECIFICAR O CARGO DA CCT UTILIZADO COMO REFERÊNCIA)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referencia)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referencia)

Nota 1 : Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.

Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.

1.1. MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referencia	Valor (R\$)
---	---------------------------	---------------------------	-------------

A	Salário Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		
G	Intervalo de Intra jornada		
H	Outros (Especificar)		
Total da Remuneração			R\$

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intra jornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G"

## 1.2. MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

### 1.2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total submódulo 2.1			R\$

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

### 1.2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS	20%	
B	Salário Educação	2,5%	
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total submódulo 2.2			R\$

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6

### 1.2.3. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Auxílio Odontológico		
E	Auxílio Funeral		
F	Seguro de vida, invalidez		

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

1.2.4. Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
2.3	Benefícios Mensais e Diários		
Total do Módulo 2			R\$

1.3. MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total Módulo 3			R\$

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

1.4. MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

1.4.1. Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
Total submódulo 4.1			R\$

1.4.2. Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação		
Total submódulo 4.2			R\$

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

1.4.3. Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		
4.2	Substituto na Intra jornada		
	<b>Total Módulo 4</b>		<b>R\$</b>

1.5. **MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS**

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A01 do Termo de Referência)		
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)		
C	Equipamentos e ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)		
D	Outros (Especificar)		
	<b>Total Modulo 5</b>		<b>R\$</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

1.6. **MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
	<b>Total Módulo 6</b>		<b>R\$</b>

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.  
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

2. **QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$</b>
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$</b>



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República..



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a)



de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979004 e o código CRC 71784A6D.

Referência: Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 12979004



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO VIII-A02

#### COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES

Seq	PARA TODOS OS FUNCIONÁRIOS (Exceto para o Engenheiro Sênior, Auxiliar Administrativo e Cadista)				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Jaleco profissional em brim, com bolso grande e emblema da empresa	Unidade	02		
B	Camiseta gola polo com bolso de 2 botões com emblema da empresa	Unidade	02		
C	Calça jeans com emblema da empresa	Unidade	02		
D	Cinto de couro	Unidade	01		
E	Meias	Par	02		
F	Bota de couro com solado em borracha com certificado de aprovação	Par	01		
(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)					
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO					02
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)					
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)					

Observação 01: Os custos referentes a uniformes deverão ser incluídos nas planilhas de composição de custos dos profissionais de manutenção predial.

Observação 02.: 01 conjunto completo contém as peças de "A" a "F" totalizando 10 (dez) peças.



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento



no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979016 e o código CRC 81DD7B6C.

Referência: Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 12979016



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO VIII-A03

#### COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

EPI'S POR EMPREGADO (EXCETO AUXILIAR ADMINISTRATIVO E OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO) - 22 EMPREGADOS						
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	A	B	C = A x B	D = C / 12
			QTDE POR EMPREGADO ANUAL	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO ANUAL	CUSTO MENSAL
1	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1			
2	LUVA RASPA DE COURO, CANO LONGO (PUNHO *20* CM)	PAR	1			
3	BOTA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE AÇO E COLARINHO ACOLCHADO	PAR	1			
4	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UNID.	1			
5	CAPACETE DE SEGURANÇA ABA FRONTAL COM SUSPENSÃO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UNID.	1			
6	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE INSERÇÃO COM CORDÃO, ATENUAÇÃO SUPERIOR A 15 DB	UNID.	10			
	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA,					



7	FIVELA EM AÇO, AJUSTE NO SUSPENSÁRIO, CINTURA E PERNAS	UNID.	1			
8	MÁSCARA PARA TRABALHO SEM VÁLVULA NF 95	UNID.	100			
9	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMAÇÃO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNID.	2			
<b>TOTAL MENSAL POR EMPREGADO</b>						



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979020 e o código CRC 27E14E25.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A04

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL (meses)	Depreciação	Manutenção	CUSTO DEPRECIÇÃO
		(A)	(B)	(C) = A x B	(D)	(E) = C / D	(F) = 10% do resultado do "E" (E x 0,1)	(G) = E + F
1	Alavanca ( sextavada 1" x 1,50 m Paraboni Fabricado em aço com tempera nas duas pontas)	2			60			
2	Alicate bico chato (Corpo forjado em aço carbono especial e temperado, Acabamento fosfatizado, Cabeça e articulação lixadas, Têmpera especial no gume de corte, Isolação elétrica de 1.000 V c.a, Tamanho: 6", Produto em conformidade com a NBR 9699 e NR 10)	10			60			
3	Alicate bico torto com mola (Alicate Para Anéis Externos Trava Com Mola Bico Curvo 7 219011Bbr Belzer Codigo: 2277 Alicate Para Anéis externos - Bico curvo)	10			60			
4	Alicate cortador, descascador e desencapador de fio (tamanho 8" capacidade 0,03 a 6,0)	8			60			
5	Alicate de pressão 10 ( Medida: 10" – 250mm, Acabamento niquelado, Mordente curvo)	1			60			
6	Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos (Corta fios e cabos de bitolas 0,5 a 5,5 mm², Desencapa fios e cabos de bitolas 0,5 a 5,0 mm², Corta parafuso M2,6 - M3 - M4 e M5)	6			60			
7	Alicate rebitador manual (polido, peso 0,50kg)	2			60			
8	Alicate universal 8" (em aço gedore-vanádio, Com suas mandíbulas planas e ovaladas podemos segurar com firmeza superfícies de forma chata, cilíndrica, oval, quadrada, sextavada, oitavada ou poligonal)	10			60			
9	Alicate volt-ampérmetro (fluke). (Medição de corrente de CA de 400 A, Classificação de segurança CAT IV 300 V, CAT III 600 V, Garra de 30 mm para aplicações diversas, Faixa de resistência de 4 kΩ)	6			60			
10	Alicates bico de papagaio (7 polegadas, Feito em liga de aço forjada)	3			60			
11	Colher de pedreiro, com cabo de madeira de 9" canto reto	2			60			
12	Desempenadeira de aço, com cabo de madeira de 25cm	2			60			
13	Serra circular de bancada 1800W (tamanho: 55,5x55,5cm) - com extensão de 254mm	1			60			
14	Serra Tico-tico de 220V/ Energia/ 450W	1			60			
15	Serra meia esquadria de 10" /220V / 1650W	1			60			
16	Esquadrejadeira de 2900mm com eixo inclinável 2,24KW / 3CV / Trifásico	1			60			
17	Tupia laminada 550W 220V com 2 Pinças	1			60			
18	Tupia de coluna 1200W com 3 Pinças	1			60			
19	Alicate de corte 6" / 1000V	10			60			
20	Trena a laser a bateria / 120m	2			60			
21	Fasimento com estojo a bateria com jacaré - de 40V a 690V (15a 400Hz)	1			60			
22	Lona plástica rolo de 200micras 4x100m	15			60			
23	Lixas 80/100/120/150/180	150			60			
24	Rolo para pintura de lã e espuma	25			60			
25	Pincel para parede 3"	20			60			
26	Espátula de aço inox 10cm	10			60			
27	Arco de serra manual (com lâmina na vertical ou em ângulo de 45° em relação ao arco. Profundidade de corte: 90 mm. Peso: 0,65 kg	10			60			
28	Bomba tipo "sapo" Altura Manométrica Máxima: 65m (Elevação), Saída 1 = 25mm	1			60			
29	Broca de aço rápido (jogo) 1 a 13mm² 5 peças	8			60			
30	Carrinho de mão (em aço, capacidade de peso 150kg, capacidade de volume 60l, altura 610mm largura 620mm, comprimento 1600mm)	5			60			

31	Cavador reto com reforço, oino de 35 mm e pintura em verniz transparente	1		60		
32	Cavelete em madeira (Medida: 75 x 80 cm, peso até 3kg)	1		60		
33	Cinturão de ferramentas ( Comprimento e largura em mm: 230 x 115, Bolsos externos: 9, Dimensões do produto: 26 x 5 x 57 cm, Peso: 0,700 kg)	14		60		
34	Chave catraca (cachimbo) (Medidas x Peso Catraca: 17cm C, 230 gramas)	4		60		
35	Chave cortador de tubo manual (Acompanha lâmina extra, inclusa no produto, Indicada para cortar tubos de 1/8 - 1-1/8" (3 - 30 mm)	2		60		
36	Chave Inglesa 24" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	1		60		
37	Chave inglesa 4" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	2		60		
38	Chave Inglesa 6" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	2		60		
39	Chave Philips 1/8 x 3 (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		60		
40	Chave Philips 3/16 x 4 (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		60		
41	Chave Philips ¼ x 5" (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		60		
42	Chave Philips 3/16 x 3" (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		60		
43	Chaves de grifo n° 18 (em aço alto carbono forjado)	1		60		
44	Chaves de grifo n° 24 (em aço alto carbono forjado)	1		60		
45	Chaves de grifo n° 36 (em aço alto carbono forjado)	1		60		
46	Chaves de grifo n° 48 (em aço alto carbono forjado)	1		60		
47	Discos de corte (disco abrasivo de corte correspondentes para aço, aço inoxidável, alumínio, concreto e ferro fundido, com durabilidade extra em cada aplicação)	10		60		
48	Escada de alumínio de 11 degraus (suporta até 120kg)	7		60		
49	Escada dupla em alumínio de 09 degraus (suporta até 120kg)	7		60		
50	Escada dupla em fibra de 7 degraus	7		60		
51	Escada extensora deposte 28 degraus em fibra	1		60		
52	Estilete ( retrátil de aluminio e emborrachado. Lâmina trapezoidal (É possível utilizar lâmina hook). Dispenser incorporado p/ 4 lâminas)	14		60		
53	Ferro de solda (Ferro de Solda 75W, Potenciômetro integrado, Resistência T12-K)	6		60		
54	Furadeira de bancada (Potencia 350W, Velocidade 580, 850, 1220, 1650, 2650 rpm)	1		60		
55	Guia (condutor de cabos - passa fio) com alma de aço - 30m	12		60		
56	Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.	4		60		
57	Jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.	4		60		
58	Jogo de chaves Tork reta de T4 à T30.	3		60		
59	Jogo de Soquetes Sextavados 1/2 Profissional (Aço cromo vanádio temperado-Encaixe de 1/2" 20 Soquetes Sextavados (mm): 8 à 32mm)	3		60		
60	Lanterna Portátil (carregável, capacidade bateria 10000mAh,)	12		60		
61	Lima de corte duplo media 8polegadas	8		60		
62	Lixadeira elétrica (potencia 1600w, tensão 127v, rotação 0 - 4000 Rpm, diametro de disco 180mm)	2		60		
63	Luvas p/ eletricista de 500V classe 00 tipos 2	6		60		
64	Maleta para ferramentas com divisórias (43x33x15cm)	12		60		
65	Jogo de abrir rosca (macho e tarraxa)	1		60		
66	Máquina de furar elétrica (potência 500w, tensão 220v, rotação 2900 rpm, impacto 46400m-1)	8		60		
67	Máquina de solda mig/mag. (Solda MIG / MAG / MMA Eletrodo TW200I-MIG 220V TEKNA, Voltagem: 220V, Frequência [Hz]: 50 / 60, Corrente Nominal [A]: 26, Fator de Potência (COSφ): 0,7, Tensão sem carga: 52, MIG Faixa de Corrente: 20-160A, MMA Faixa de Corrente: 10-140)	1		120		
68	Desentupidor manual (10 metros)	4		60		
69	Marreta (de aço, cabo em madeira, peso 2kg)	5				
70	Moto esmeril de bancada (potência absorvida 360w - 1/2hp, potencia util 200w, tensão 110/220, frequencia 60hz, corrente 1,75a, rotação com carga 3090rpm)	1		60		
71	Nível a laser (feixe horizontal e vertical - com duas bolhas / a bateria )	4		60		
72	Parafusadeira velocidade variável 1/4" 700wa	8		60		
73	Pistola de silicone (280ml)	4		60		
74	Rádio portátil talkabout (25 canais, com no mínimo 120 códigos de privacidade, potencia dupla, compatível com outros rádios bidirecionais)	24		60		
75	Rotuladora com etiquetas. (Resolução de Impressão: 230 DPI Altura Máxima de Impressão: 7 mm Display: 12 caracteres x 1 linha Tamanhos:6 Estilos: 9 Números de Símbolos: 71 Repetição de Impressão: até 9 cópias Impressão Vertical: sim)	8		60		

76	Serracopo com adaptador (Encaixe: Hexagonal 9,5mm Capacidades: 14-29mm Aplicação: Todas as Furadeiras	6		60		
77	Suporte para ferro de solda (até Ø21mm x 100mm de comprimento incluindo tubo e ponta.)	2		60		
78	Talhadeira (Forjada em aço cromo-vanádio para maior resistência e durabilidade. Acabamento de alta visibilidade. Aço temperado seguindo especificações de segurança.)	5		60		
79	Termômetro Digital MINIPA c/ mira laser. (Sistema de Medição: Infravermelho Display LCD: 3 1/2 Dígitos Faixas de Medição (Infravermelho): -50 ~580°C Máx./Mín./Méd./Difer.: Máx. Mudança de Faixa: Automática Resposta Espectral: 8 ~ 14?m Emissividade: Ajustável de 0,1~1,0 Campo de Visão: 12:1 Precisão Básica: 2% Leit. ou 2°C Conformidade: Classe II Alimentação: 1x9V	2		60		
80	Detector de tensão (minipa) (Tensão AC: 90 ~ 1000V; Indicador de presença de fase; Categoria de segurança: CAT IV 1000V; Alimentação: 2 x 1,5V (AAA).	6		60		
81	Trena Fita de Aço com Trava Comprimento 5 Metros Largura da Fita 19,05mm Graduação 1 mm/pol Norma NBR 10123 Classe II Lufkin L516CME	12		60		
82	Microcomputador (Desktop completo) 16GB SSA Mínimo 500GB, com Monitor Full HD de no mínimo 21" e conjunto de teclado e mouse	5		60		
83	Impressora Colorida à Laser, impressões A3 e A4	1		60		
84	Estação de trabalho em L (medindo 1,40x1,40) com cadeira ergonômica com rodinhas de encosto médio	5		60		
85	Armário baixo, até 75 cm de altura, com 2 portas e divisão interna, com chave.	5		60		
86	Aparelho telefônico - sem fio digital / 220V / 8,5x4,5x15cm	5		60		
87	Kit Formão com 4 Formões 3/8" a 1"	4		60		
88	Ponteiro 300x25mm	5		60		
89	Furadeira tipo martelete S Plus	2		60		
90	Martelete de 5k	1		60		
(H) = CUSTO DEPRECIÇÃO TOTAL MENSAL (somatório dos itens do custo da depreciação)						R\$
(I) = QTDE FUNCIONÁRIOS						25
(J) = CUSTO DE DEPRECIÇÃO MENSAL POR FUNCIONÁRIO (H / I) - (inserir Anexo IX-C, modulo 5 linha C)						R\$



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979027 e o código CRC C0C574D6.



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

## ANEXO VIII-B

PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO  
(INSUMOS)

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1	CIVIL									
1.1	CIVIL	SINAPI	533	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA COMERCIAL, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	R\$ 21,61	1	3,83	R\$ 25,44	R\$ 25,44
1.2	CIVIL	SINAPI	36209	BARRA DE APOIO EM "L", EM ACO INOX POLIDO 80 X 80 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 368,43	93	65,29	R\$ 433,72	R\$ 40.410,52
1.3	CIVIL	SINAPI	36210	BARRA DE APOIO LATERAL ARTICULADA, COM TRAVA, EM ACO INOX POLIDO, 70 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 398,63	38	70,64	R\$ 469,27	R\$ 17.832,15
1.4	CIVIL	SINAPI	36204	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 141,34	8	25,05	R\$ 166,39	R\$ 1.381,66
1.5	CIVIL	SINAPI	36081	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 167,37	1	29,66	R\$ 197,03	R\$ 236,43
1.6	CIVIL	SINAPI	36206	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 90 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 175,35	1	31,07	R\$ 206,42	R\$ 206,42
1.7	CIVIL	SINAPI	37399	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO SIMPLES EM METAL CROMADO	UN	R\$ 30,04	2	5,32	R\$ 35,36	R\$ 59,41
1.8	CIVIL	SINAPI	43603	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN	R\$ 42,00	12	7,44	R\$ 49,44	R\$ 593,31
1.9	CIVIL	SINAPI	591	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/2 ", E = 3/16 "	KG	R\$ 35,32	3	6,26	R\$ 41,58	R\$ 137,31
1.10	CIVIL	SINAPI	588	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/4 ", E = 3/16 "	M	R\$ 35,20	37	6,24	R\$ 41,44	R\$ 1.547,24
1.11	CIVIL	SINAPI	592	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 ", E = 1/8 ", 25,40 X 3,17 MM (0,408 KG/M)	KG	R\$ 37,85	15	6,71	R\$ 44,56	R\$ 659,80
1.12	CIVIL	SINAPI	584	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 2 ", E = 1/8 "	M	R\$ 37,59	12	6,66	R\$ 44,25	R\$ 509,77
1.13	CIVIL	SINAPI	1340	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO FOSCO, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2	R\$ 52,97	2	9,39	R\$ 62,36	R\$ 94,28
1.14	CIVIL	SINAPI	11134	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 10 MM	M2	R\$ 84,90	31	15,04	R\$ 99,94	R\$ 3.098,27
1.15	CIVIL	SINAPI	11135	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 12 MM	M2	R\$ 91,67	3	16,24	R\$ 107,91	R\$ 342,13
1.16	CIVIL	SINAPI	11136	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 15 MM	M2	R\$ 104,97	278	18,60	R\$ 123,57	R\$ 34.301,54
1.17	CIVIL	SINAPI	34743	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 18 MM	M2	R\$ 126,65	96	22,44	R\$ 149,09	R\$ 14.289,25
1.18	CIVIL	SINAPI	11137	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 20 MM	M2	R\$ 143,84	8	25,49	R\$ 169,33	R\$ 1.273,21
1.19	CIVIL	SINAPI	34745	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 25 MM	M2	R\$ 171,06	28	30,31	R\$ 201,37	R\$ 5.597,98
1.20	CIVIL	SINAPI	34746	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 4 MM	M2	R\$ 46,65	4	8,27	R\$ 54,92	R\$ 230,65
1.21	CIVIL	SINAPI	1360	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 6 MM	M2	R\$ 54,42	1	9,64	R\$ 64,06	R\$ 64,06
1.22	CIVIL	SINAPI	1323	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 18, E = 1,20 MM (9,60 KG/M2)	KG	R\$ 12,70	1	2,25	R\$ 14,95	R\$ 14,95

1.23	CIVIL	SINAPI	39572	PERFIL TIPO CANTONEIRA EM L, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, *23* X 3000 MM (L X C)	M	R\$ 5,35	1608	0,95	R\$ 6,30	R\$ 10.127,22
1.24	CIVIL	SINAPI	38140	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UN	R\$ 20,00	2	3,54	R\$ 23,54	R\$ 45,20
1.25	CIVIL	SINAPI	44495	DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4 " (300 X 3,2 X 19,05 MM)	UN	R\$ 21,08	4	3,74	R\$ 24,82	R\$ 107,20
1.26	CIVIL	SBC	203065	DOBRADICA DE PRESSAO EM ACO CROMADO 35mm PARA MOVEIS/ARMARIO	UN	R\$ 18,99	4	3,37	R\$ 22,36	R\$ 96,57
1.27	CIVIL	SINAPI	39513	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	M2	R\$ 168,53	1001	29,86	R\$ 198,39	R\$ 198.642,22
1.28	CIVIL	SINAPI	140	IMPERMEABILIZANTE FLEXIVEL BRANCO DE BASE ACRILICA PARA COBERTURAS	KG	R\$ 20,61	4	3,65	R\$ 24,26	R\$ 104,81
1.29	CIVIL	SINAPI	11692	BANCADA/ BANCA EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, E= *3* CM	M2	R\$ 418,32	44	74,13	R\$ 492,45	R\$ 21.868,16
1.30	CIVIL	SINAPI	11693	BANCADA/TAMPO LISO (SEM CUBA) EM MARMORE SINTETICO	M2	R\$ 203,13	21	35,99	R\$ 239,12	R\$ 5.031,95
1.31	CIVIL	SINAPI	10629	DIVISORIA EM MARMORE, COM DUAS FACES POLIDAS, BRANCO COMUM, E= *3,0* CM	M2	R\$ 530,12	14	93,94	R\$ 624,06	R\$ 8.704,85
1.32	CIVIL	SINAPI	43651	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	KG	R\$ 6,87	18	1,22	R\$ 8,09	R\$ 145,57
1.33	CIVIL	SINAPI	43626	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG	R\$ 3,82	18	0,68	R\$ 4,50	R\$ 80,94
1.34	CIVIL	SINAPI	11963	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN	R\$ 9,79	493	1,73	R\$ 11,52	R\$ 5.678,49
1.35	CIVIL	SINAPI	11964	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN	R\$ 2,47	4	0,44	R\$ 2,91	R\$ 11,86
1.36	CIVIL	SINAPI	10966	PERFIL "U" DE ACO LAMINADO, "U" 152 X 15,6	KG	R\$ 11,68	8	2,07	R\$ 13,75	R\$ 105,60
1.37	CIVIL	SINAPI	10842	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO PRETO SAO GABRIEL/ TIJUCA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	M2	R\$ 341,21	1	60,46	R\$ 401,67	R\$ 401,67
1.38	CIVIL	SINAPI	38195	PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	R\$ 83,11	8	14,73	R\$ 97,84	R\$ 747,40
1.39	CIVIL	SINAPI	4818	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	M2	R\$ 347,78	18	61,63	R\$ 409,41	R\$ 7.354,58
1.40	CIVIL	SINAPI	44074	PRIMER DE POLIURETANO	L	R\$ 609,87	1	108,07	R\$ 717,94	R\$ 717,94
1.41	CIVIL	SINAPI	43600	PUXADOR TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM COMPRIMENTO DE APROX 150 MM, COM ROSETA PARA PORTAS DE MADEIRAS, INCLUINDO PARAFUSOS	UN	R\$ 51,37	7	9,10	R\$ 60,47	R\$ 420,89
1.42	CIVIL	SINAPI	5080	PUXADOR TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM ROSETAS, COMPRIMENTO DE APROX *100* MM, PARA PORTAS E JANELAS DE MADEIRA, INCLUINDO PARAFUSOS	UN	R\$ 20,03	84	3,55	R\$ 23,58	R\$ 1.969,34
1.43	CIVIL	SINAPI	38168	PUXADOR TUBULAR RETO DUPLO, EM ALUMINIO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX 400 MM E DIAMETRO DE 25 MM (1")	UN	R\$ 139,85	11	24,78	R\$ 164,63	R\$ 1.817,53
1.44	CIVIL	SINAPI	43649	TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO	L	R\$ 39,49	1	7,00	R\$ 46,49	R\$ 46,49
1.45	CIVIL	SINAPI	42574	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1", E= *3,38 MM, SCHEDULE 40, *2,50* KG/M	M	R\$ 50,27	1	8,91	R\$ 59,18	R\$ 59,18
1.46	CIVIL	SINAPI	40624	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/2", E= *3,68 MM, SCHEDULE 40, 4,05 KG/M	M	R\$ 73,41	2	13,01	R\$ 86,42	R\$ 134,81
1.47	CIVIL	SINAPI	42575	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/4", E= *3,56 MM, SCHEDULE 40, *3,38* KG/M	M	R\$ 67,36	1	11,94	R\$ 79,30	R\$ 79,30
1.48	CIVIL	SINAPI	21148	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2", E= *3,91* MM, SCHEDULE 40, *5,43* KG/M	M	R\$ 90,08	8	15,96	R\$ 106,04	R\$ 865,30
1.49	CIVIL	SINAPI	21147	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2 1/2", E = 5,16 MM, SCHEDULE 40 (8,62 KG/M)	M	R\$ 145,95	1	25,86	R\$ 171,81	R\$ 171,81
1.50	CIVIL	SINAPI	21009	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 20 MM ( 3/4"), E = 2,25 MM, *1,3* KG/M (NBR 5580)	M	R\$ 27,94	12	4,95	R\$ 32,89	R\$ 386,80
1.51	CIVIL	SINAPI	21013	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM ( 2"), E = 3,00 MM, *4,40* KG/M (NBR 5580)	M	R\$ 78,86	2	13,97	R\$ 92,83	R\$ 155,96

1.52	CIVIL	SINAPI	20017	GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA, PARA PORTA , E = *1* CM, L = *5* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI/ CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	R\$	10,43	2	1,85	R\$ 12,28	R\$ 24,56
1.53	CIVIL	SINAPI	1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	R\$	0,50	1	0,09	R\$ 0,59	R\$ 0,59
1.54	CIVIL	SINAPI	34355	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG	R\$	1,43	21	0,25	R\$ 1,68	R\$ 35,15
1.55	CIVIL	SINAPI	11027	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 16, E = 1,55 MM (12,40 KG/M2)	KG	R\$	15,32	533	2,71	R\$ 18,03	R\$ 9.610,36
1.56	CIVIL	SINAPI	11049	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 22, E = 0,80 MM (6,40 KG/M2)	KG	R\$	15,29	23	2,71	R\$ 18,00	R\$ 409,65
1.57	CIVIL	SINAPI	1380	CIMENTO BRANCO	KG	R\$	1,95	5	0,35	R\$ 2,30	R\$ 11,02
1.58	CIVIL	SINAPI	1375	CIMENTO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA PARA TAMPONAMENTOS	KG	R\$	18,46	1	3,27	R\$ 21,73	R\$ 21,73
1.59	CIVIL	SINAPI	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	R\$	15,38	1	2,73	R\$ 18,11	R\$ 18,11
1.60	CIVIL	SINAPI	38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	R\$	29,26	1	5,18	R\$ 34,44	R\$ 49,60
1.61	CIVIL	SINAPI	3081	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	R\$	112,77	1	19,98	R\$ 132,75	R\$ 132,75
1.62	CIVIL	SBC	42215	FITA 3M COLANTE ANTIDERRAPANTE PARA DEGRAUS ESCADAS	M	R\$	27,81	5	4,93	R\$ 32,74	R\$ 162,41
1.63	CIVIL	SINAPI	7307	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	R\$	39,92	3	7,07	R\$ 46,99	R\$ 157,90
1.64	CIVIL	SINAPI	3315	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	R\$	0,67	1	0,12	R\$ 0,79	R\$ 0,79
1.65	CIVIL	SINAPI	151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	R\$	30,42	32	5,39	R\$ 35,81	R\$ 1.134,47
1.66	CIVIL	SINAPI	38120	MASSA EPOXI BICOMPONENTE PARA REPAROS	KG	R\$	110,73	1	19,62	R\$ 130,35	R\$ 130,35
1.67	CIVIL	SINAPI	4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	R\$	37,37	1	6,62	R\$ 43,99	R\$ 43,99
1.68	CIVIL	SINAPI	39435	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	R\$	0,10	664	0,02	R\$ 0,12	R\$ 78,15
1.69	CIVIL	SINAPI	39437	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 45 MM	UN	R\$	0,23	42	0,04	R\$ 0,27	R\$ 11,44
1.70	CIVIL	SINAPI	39439	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 25 MM	UN	R\$	0,16	480	0,03	R\$ 0,19	R\$ 90,41
1.71	CIVIL	SINAPI	39441	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 45 MM	UN	R\$	0,26	7682	0,05	R\$ 0,31	R\$ 2.351,37
1.72	CIVIL	SINAPI	39442	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA AGULHA (LA), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	R\$	0,19	10	0,03	R\$ 0,22	R\$ 2,15
1.73	CIVIL	SINAPI	39443	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	R\$	0,25	191	0,04	R\$ 0,29	R\$ 56,22
1.74	CIVIL	SINAPI	1292	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	R\$	52,79	8	9,35	R\$ 62,14	R\$ 512,17
1.75	CIVIL	SINAPI	11522	PUXADOR DE EMBUTIR TIPO CONCHA, COM FURO PARA CHAVE, EM LATAO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX *100* MM E LARGURA DE APROX *40* MM	UN	R\$	12,82	1	2,27	R\$ 15,09	R\$ 15,09
1.76	CIVIL	SINAPI	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	R\$	2,93	10	0,52	R\$ 3,45	R\$ 33,98
1.77	CIVIL	SINAPI	39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	R\$	24,84	247	4,40	R\$ 29,24	R\$ 7.228,54
1.78	CIVIL	SINAPI	7292	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	L	R\$	37,01	1	6,56	R\$ 43,57	R\$ 43,57
1.79	CIVIL	SINAPI	7293	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACOA GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L	R\$	40,94	1	7,25	R\$ 48,19	R\$ 48,19
1.80	CIVIL	SINAPI	7356	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	R\$	23,93	7	4,24	R\$ 28,17	R\$ 188,90
1.81	CIVIL	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	R\$	150,00	1	26,58	R\$ 176,58	R\$ 176,58
1.82	CIVIL	SINAPI	34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	R\$	0,93	2	0,16	R\$ 1,09	R\$ 2,19

1.83	CIVIL	SINAPI	371	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS	KG	R\$	0,54	39	0,10	R\$	0,64	R\$	24,79
1.84	CIVIL	SINAPI	130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG	R\$	4,47	3	0,79	R\$	5,26	R\$	15,79
1.85	CIVIL	SINAPI	5090	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 25 MM E ALTURA DE APROX 25 MM, HASTE CEMENTADA (NAO LONGA), EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 5,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN	R\$	19,75	1	3,50	R\$	23,25	R\$	23,25
1.86	CIVIL	SINAPI	39412	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C)	M2	R\$	15,72	48	2,79	R\$	18,51	R\$	888,27
1.87	CIVIL	SINAPI	39413	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	R\$	17,00	17	3,01	R\$	20,01	R\$	340,21
1.88	CIVIL	SINAPI	1338	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO BRILHANTE, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2	R\$	45,82	1	8,12	R\$	53,94	R\$	53,94
1.89	CIVIL	SINAPI	10567	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	R\$	10,22	1	1,81	R\$	12,03	R\$	12,03
1.90	CIVIL	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	R\$	0,62	1	0,11	R\$	0,73	R\$	0,73
1.91	CIVIL	SINAPI	44531	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO DIAMETRO DE 180 MM PARA ESMERILHADEIRA 7 "	UN	R\$	82,47	1	14,61	R\$	97,08	R\$	97,08
1.92	CIVIL	SINAPI	44533	DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS, 9 X 1/4 X 7/8 " ( 228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	UN	R\$	19,90	1	3,53	R\$	23,43	R\$	23,43
1.93	CIVIL	SBC	6117	FECHADURA ELETRICA DUPLA C-90 CINZA COM BOTAO - HDL	UN	R\$	245,00	1	43,41	R\$	288,41	R\$	288,41
1.94	CIVIL	SBC	10090	FECHADURA ELETROIMA MAGNETICA TRAVA M150 ECO IPEC (TRAVA MAGNETICA)	UN	R\$	192,70	1	34,15	R\$	226,85	R\$	226,85
1.95	CIVIL	SINAPI	39431	FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	R\$	0,26	60	0,05	R\$	0,31	R\$	18,36
1.96	CIVIL	SINAPI	39432	FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	R\$	2,35	17	0,42	R\$	2,77	R\$	47,03
1.97	CIVIL	SINAPI	38122	FUNDO PREPARADOR ACRILICO BASE AGUA	L	R\$	20,01	1	3,55	R\$	23,56	R\$	23,56
1.98	CIVIL	SINAPI	39434	MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG	R\$	2,94	15	0,52	R\$	3,46	R\$	51,91
1.99	CIVIL	SINAPI	39433	MASSA DE REJUNTE PRONTA PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL, SEM ADICAO DE AGUA	KG	R\$	2,34	1	0,41	R\$	2,75	R\$	2,75
1.100	CIVIL	SINAPI	39436	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 35 MM	UN	R\$	0,18	30	0,03	R\$	0,21	R\$	6,36
1.101	CIVIL	SINAPI	39440	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 35 MM	UN	R\$	0,21	136	0,04	R\$	0,25	R\$	33,62
1.102	CIVIL	SINAPI	43083	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE ACO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM OU 200 X 75 X 25 MM, E = 3,75 MM	KG	R\$	11,09	1	1,97	R\$	13,06	R\$	13,06
1.103	CIVIL	SINAPI	38180	PISO EM REGUA VINILICA SEMIFLEXIVEL, ENCAIXE CLICADO, E = 4 MM (SEM COLOCACAO)	M2	R\$	158,45	8	28,08	R\$	186,53	R\$	1.492,22
1.104	CIVIL	SINAPI	39566	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, ACABAMENTO VINILICO LISO EM UMA DAS FACES, COR BRANCA, BORDA QUADRADA, E = 9,5 MM, *625 X 625* MM (L X C), PARA FORRO REMOVIVEL	M2	R\$	37,72	1	6,68	R\$	44,40	R\$	44,40
1.105	CIVIL	SINAPI	4792	PLACA VINILICA SEMIFLEXIVEL PARA PISOS, E = 3,2 MM, 30 X 30 CM (SEM COLOCACAO)	M2	R\$	152,10	1	26,95	R\$	179,05	R\$	179,05
1.106	CIVIL	SINAPI	4790	PLACA VINILICA SEMIFLEXIVEL PARA REVESTIMENTO DE PISOS E PAREDES, E = 2 MM (SEM COLOCACAO)	M2	R\$	91,45	1	16,20	R\$	107,65	R\$	107,65
1.107	CIVIL	SINAPI	11572	TRAVA / PRENDEDOR DE PORTA, EM LATAO CROMADO, MONTADO EM PISO	UN	R\$	30,74	5	5,45	R\$	36,19	R\$	180,94
1.108	CIVIL	SINAPI	10515	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL 4, FORMATO MAIOR A 2025 CM2	M2	R\$	40,76	3	7,22	R\$	47,98	R\$	143,95
1.109	CIVIL	SINAPI	4894	RODAPE PLANO PARA PISO VINILICO, H	M	R\$	22,20	10	2,02	R\$		R\$	



1.109	CIVIL	SINAPI	4804	= 5 CM	M	R\$	22,20	10	3,93	26,13	261,34
1.110	CIVIL	SINAPI	7194	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE *2,44 X 1,10* M (SEM AMIANTO)	M2	R\$	30,66	1	5,43	R\$ 36,09	R\$ 36,09
1.111	CIVIL	SINAPI	7197	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE *3,66 X 1,10* M (SEM AMIANTO)	UN	R\$	129,41	1	22,93	R\$ 152,34	R\$ 152,34
1.112	CIVIL	SINAPI	7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L	R\$	18,26	1	3,24	R\$ 21,50	R\$ 21,50
1.113	CIVIL	SINAPI	7350	TINTA/RESINA ACRILICA PREMIUM PARA CERAMICA	L	R\$	34,54	1	6,12	R\$ 40,66	R\$ 40,66
1.114	CIVIL	SINAPI	7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	R\$	16,05	4	2,84	R\$ 18,89	R\$ 75,58
1.115	CIVIL	SINAPI	7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	R\$	38,23	2	6,77	R\$ 45,00	R\$ 90,01
1.116	CIVIL	SINAPI	35692	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L	R\$	15,66	2	2,77	R\$ 18,43	R\$ 36,87
1.117	CIVIL	SINAPI	13415	TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	UN	R\$	62,55	1	11,08	R\$ 73,63	R\$ 73,63
1.118	CIVIL	SBC	36531	KIT MOTOR PARA PORTAO DESLIZANTE 1/2 HP	UN	R\$	902,41	1	159,91	R\$ 1.062,32	R\$ 1.062,32
1.119	CIVIL	PESQUISA PREÇOS		CREMALHEIRA DE NYLON	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.120	CIVIL	SINAPI	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	R\$	1,29	4	0,23	R\$ 1,52	R\$ 6,07
1.121	CIVIL	SBC	50323	LIXA PARA MASSA 180	UN	R\$	1,90	7	0,34	R\$ 2,24	R\$ 15,66
1.122	CIVIL	SINAPI	12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN	R\$	10,44	3	1,85	R\$ 12,29	R\$ 36,87
1.123	CIVIL	SINAPI	37712	TELA ARAME GALVANIZADO REVESTIDO COM POLIMERO, MALHA HEXAGONAL DUPLA TORCAO, 8 X 10 CM (ZN/AL REVESTIDO COM POLIMERO), FIO *2,4* MM	M2	R\$	79,55	1	14,10	R\$ 93,65	R\$ 93,65
1.124	CIVIL	SBC	565	LA DE ROCHA 32 KG 50 MM La Rocha	M2	R\$	16,14	7	2,86	R\$ 19,00	R\$ 133,00
1.125	CIVIL	SBC	5057	DRYWALL - PERFIL GUIA FORMA U EM ACO ZINCADO 70x3000mm	M	R\$	8,55	18	1,52	R\$ 10,07	R\$ 181,17
1.126	CIVIL	SINAPI	39421	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 48 X 3000 MM (L X C)	M	R\$	8,41	47	1,49	R\$ 9,90	R\$ 465,31
1.127	CIVIL	SINAPI	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	R\$	151,96	1	26,93	R\$ 178,89	R\$ 178,89
1.128	CIVIL	SINAPI	368	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	R\$	75,00	1	13,29	R\$ 88,29	R\$ 88,29
1.129	CIVIL	SINAPI	37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	R\$	1,53	1	0,27	R\$ 1,80	R\$ 1,80
1.130	CIVIL	SINAPI	36886	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO	KG	R\$	0,51	1	0,09	R\$ 0,60	R\$ 0,60
1.131	CIVIL	SINAPI	38546	ARGAMASSA USINADA AUTOADENSAVEL E AUTONIVELANTE PARA CONTRAPISO, INCLUI BOMBEAMENTO	M3	R\$	414,63	1	73,47	R\$ 488,10	R\$ 488,10
1.132	CIVIL	SINAPI	7271	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UN	R\$	0,79	1	0,14	R\$ 0,93	R\$ 0,93
1.133	CIVIL	SINAPI	34599	BLOCO DE VEDACAO CONCRETO APARENTE 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	R\$	2,70	1	0,48	R\$ 3,18	R\$ 3,18
1.134	CIVIL	SINAPI	37103	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO APARENTE 14 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	R\$	3,44	1	0,61	R\$ 4,05	R\$ 4,05
1.135	CIVIL	SINAPI	674	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO CELULAR AUTOCLAVADO 10 X 30 X 60 CM (E X A X C)	M2	R\$	69,60	1	12,33	R\$ 81,93	R\$ 81,93
1.136	CIVIL	SINAPI	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	R\$	0,92	1	0,16	R\$ 1,08	R\$ 1,08
1.137	CIVIL	SINAPI	4375	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	UN	R\$	0,15	1	0,03	R\$ 0,18	R\$ 0,18
1.138	CIVIL	SINAPI	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	R\$	0,31	1	0,05	R\$ 0,36	R\$ 0,36
1.139	CIVIL	SINAPI	658	CANAleta DE CONCRETO 9 X 19 X 19 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN	R\$	1,65	1	0,29	R\$ 1,94	R\$ 1,94
1.140	CIVIL	SINAPI	585	CANTONEIRA "U" ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 ", E = 3/32 "	KG	R\$	35,32	1	6,26	R\$ 41,58	R\$ 41,58
1.141	CIVIL	SINAPI	567	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM FERRO GALVANIZADO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	R\$	15,60	1	2,76	R\$ 18,36	R\$ 18,36
1.142	CIVIL	SINAPI	4777	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG	R\$	10,27	1	1,82	R\$ 12,09	R\$ 12,09

1.143	CIVIL	SINAPI	1318	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 14, E = 2,00 MM (16,0 KG/M2)	KG	R\$ 12,02	1	2,13	R\$ 14,15	R\$ 14,15
1.144	CIVIL	SINAPI	1322	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 16, E = 1,50 MM (12,00 KG/M2)	KG	R\$ 12,70	1	2,25	R\$ 14,95	R\$ 14,95
1.145	CIVIL	SINAPI	1337	CHAPA DE ACO XADREZ PARA PISOS, E = 1/4 " (6,30 MM) 54,53 KG/M2	KG	R\$ 13,32	1	2,36	R\$ 15,68	R\$ 15,68
1.146	CIVIL	SINAPI	1341	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, TEXTURIZADO, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2	R\$ 51,02	1	9,04	R\$ 60,06	R\$ 60,06
1.147	CIVIL	SINAPI	402	GANCHO OLHAL EM ACO GALVANIZADO, ESPESURA 16MM, ABERTURA 21MM	UN	R\$ 19,14	1	3,39	R\$ 22,53	R\$ 22,53
1.148	CIVIL	SINAPI	11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	R\$ 472,45	1	83,72	R\$ 556,17	R\$ 556,17
1.149	CIVIL	SINAPI	4059	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M	R\$ 32,75	1	5,80	R\$ 38,55	R\$ 38,55
1.150	CIVIL	SINAPI	11058	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 5,5 X 65 MM (2.1/2 ")	UN	R\$ 0,50	1	0,09	R\$ 0,59	R\$ 0,59
1.151	CIVIL	SINAPI	40552	PARAFUSO, AUTO ATARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	CENTO	R\$ 48,48	1	8,59	R\$ 57,07	R\$ 57,07
1.152	CIVIL	SINAPI	36881	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, SOLIDAS, SEM MESCLAGEM/MISTURA, ACABAMENTO LISO *5 X 5* CM	M2	R\$ 116,69	1	20,68	R\$ 137,37	R\$ 137,37
1.153	CIVIL	SINAPI	4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	R\$ 172,27	1	30,53	R\$ 202,80	R\$ 202,80
1.154	CIVIL	SINAPI	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	R\$ 149,21	1	26,44	R\$ 175,65	R\$ 175,65
1.155	CIVIL	SINAPI	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	R\$ 150,00	1	26,58	R\$ 176,58	R\$ 176,58
1.156	CIVIL	SINAPI	39427	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M	R\$ 6,37	1	1,13	R\$ 7,50	R\$ 7,50
1.157	CIVIL	SINAPI	39424	PERFIL CANTONEIRA L, LISA, EM ACO, 25 X 30 MM, E = 0,5 MM, PARA ESTRUTURA DRYWALL	M	R\$ 3,79	1	0,67	R\$ 4,46	R\$ 4,46
1.158	CIVIL	SINAPI	39571	PERFIL LONGARINA (PRINCIPAL), T CLICADO, EM ACO, BRANCO NAS FACES APARENTES, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 32 X 3750 MM (L X H X C	M	R\$ 5,77	1	1,02	R\$ 6,79	R\$ 6,79
1.159	CIVIL	SINAPI	39428	PERFIL TABICA FECHADA, LISA, FORMATO Z, EM ACO GALVANIZADO NATURAL, LARGURA TOTAL NA HORIZONTAL *40* MM, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL	M	R\$ 6,18	1	1,10	R\$ 7,28	R\$ 7,28
1.160	CIVIL	SINAPI	39570	PERFIL TRAVESSA (SECUNDARIO), T CLICADO, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 1250 MM (L X C)	M	R\$ 5,67	1	1,00	R\$ 6,67	R\$ 6,67
1.161	CIVIL	SINAPI	39569	PERFIL TRAVESSA (SECUNDARIO), T CLICADO, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 625 MM (L X C)	M	R\$ 5,60	1	0,99	R\$ 6,59	R\$ 6,59
1.162	CIVIL	SINAPI	4800	PISO DE BORRACHA PASTILHADO EM PLACAS 50 X 50 CM, E = *3,5* MM, PARA COLA, PRETO	M2	R\$ 54,12	1	9,59	R\$ 63,71	R\$ 63,71
1.163	CIVIL	SINAPI	1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	R\$ 25,90	1	4,59	R\$ 30,49	R\$ 30,49
1.164	CIVIL	SINAPI	10841	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	M2	R\$ 236,22	1	41,86	R\$ 278,08	R\$ 278,08
1.165	CIVIL	SINAPI	38182	PISO TATIL DE ALERTA OU DIRECIONAL DE BORRACHA, PRETO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA	M2	R\$ 206,04	1	36,51	R\$ 242,55	R\$ 242,55
1.166	CIVIL	SINAPI	4822	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MAIOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	M2	R\$ 338,35	1	59,96	R\$ 398,31	R\$ 398,31
1.167	CIVIL	SINAPI	39515	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN	R\$ 66,73	1	11,82	R\$ 78,55	R\$ 78,55
1.168	CIVIL	SINAPI	40671	PLACA/PISO DE CONCRETO POROSO/ PAVIMENTO PERMEAVEL/BLOCO DRENANTE DE CONCRETO, 40 CM X 40 CM, E = 6 CM, COR NATURAL	M2	R\$ 90,94	1	16,11	R\$ 107,05	R\$ 107,05
1.169	CIVIL	SINAPI	11615	POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), TIPO 2F, PLACA, ISOLAMENTO TERMOACUSTICO, E = 10 MM, 1000 X 500 MM	M2	R\$ 3,18	1	0,56	R\$ 3,74	R\$ 3,74

1.170	CIVIL	SINAPI	421	PORCA OLHAL M 16, EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO = 16 MM	UN	R\$ 11,93	1	2,11	R\$ 14,04	R\$ 14,04
1.171	CIVIL	SINAPI	4465	PRANCHA NAO APARELHADA *6 X 25* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	R\$ 49,35	1	8,74	R\$ 58,09	R\$ 58,09
1.172	CIVIL	SINAPI	5065	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	R\$ 44,31	1	7,85	R\$ 52,16	R\$ 52,16
1.173	CIVIL	SINAPI	5066	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	R\$ 30,69	1	5,44	R\$ 36,13	R\$ 36,13
1.174	CIVIL	SINAPI	20247	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	R\$ 25,79	1	4,57	R\$ 30,36	R\$ 30,36
1.175	CIVIL	SINAPI	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	R\$ 61,83	1	10,96	R\$ 72,79	R\$ 72,79
1.176	CIVIL	SINAPI	4829	RODAPE EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= *7* CM, E= *2* CM, CORTE RETO	M	R\$ 41,40	1	7,34	R\$ 48,74	R\$ 48,74
1.177	CIVIL	SINAPI	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	R\$ 11,18	1	1,98	R\$ 13,16	R\$ 13,16
1.178	CIVIL	SINAPI	20232	SOLEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= *15* CM, E= *2,0* CM	M	R\$ 65,94	1	11,68	R\$ 77,62	R\$ 77,62
1.179	CIVIL	SINAPI	4828	SOLEIRA/ PEITORIL EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= *15* CM, E= *2* CM, CORTE RETO	M	R\$ 61,80	1	10,95	R\$ 72,75	R\$ 72,75
1.180	CIVIL	SINAPI	20249	SOLEIRA/ TABEIRA EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= 5 CM, E= *2,0* CM	M	R\$ 33,84	1	6,00	R\$ 39,84	R\$ 39,84
1.181	CIVIL	SINAPI	7155	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2	R\$ 28,66	1	5,08	R\$ 33,74	R\$ 33,74
1.182	CIVIL	SINAPI	37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	R\$ 2,10	1	0,37	R\$ 2,47	R\$ 2,47
1.183	CIVIL	SINAPI	7258	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN	R\$ 0,67	1	0,12	R\$ 0,79	R\$ 0,79
1.184	CIVIL	SINAPI	39574	TIRANTE COM ELO, EM ARAME GALVANIZADO RIGIDO, NUMERO 10, COMPRIMENTO 2000 MM, PARA PENDURAL DE FORRO REMOVIVEL	UN	R\$ 5,39	1	0,96	R\$ 6,35	R\$ 6,35
1.185	CIVIL	SINAPI	10478	VERNIZ A BASE RESINA ALQUIDICA COM POLIURETANO PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L	R\$ 37,21	1	6,59	R\$ 43,80	R\$ 43,80
1.186	CIVIL	SINAPI	10481	VERNIZ MARITIMO PREMIUM PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L	R\$ 33,09	1	5,86	R\$ 38,95	R\$ 38,95
1.187	CIVIL	SBC	5275	CORRIMAO INOX 304 (MONTANTE) COM 1 PERFIL U	M	R\$ 229,77	300	40,72	R\$ 270,49	R\$ 81.145,57
1.188	CIVIL	SBC	87327	GUARDA CORPO ALUMINIO PINTURA ELETROSTATICA BRANCA	M	R\$ 540,00	100	95,69	R\$ 635,69	R\$ 63.568,80
2	ELETRICO									
2.1	ELÉTRICO	SINAPI	412	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM	UN	R\$ 0,72	180	0,13	R\$ 0,85	R\$ 152,77
2.2	ELÉTRICO	SINAPI	408	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	UN	R\$ 0,69	10	0,12	R\$ 0,81	R\$ 7,80
2.3	ELÉTRICO	SINAPI	39158	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO ECONOMICA (GOTA), COM 8"	UN	R\$ 20,44	24	3,62	R\$ 24,06	R\$ 577,49
2.4	ELÉTRICO	SINAPI	39139	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1"	UN	R\$ 1,12	50	0,20	R\$ 1,32	R\$ 66,45
2.5	ELÉTRICO	SINAPI	39142	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2"	UN	R\$ 2,19	1	0,39	R\$ 2,58	R\$ 2,58
2.6	ELÉTRICO	SINAPI	36246	ACABAMENTO SIMPLES/CONVENCIONAL PARA FORRO PVC, TIPO "U" OU "C", COR BRANCA, COMPRIMENTO 6 M	M	R\$ 4,59	2	0,81	R\$ 5,40	R\$ 12,97
2.7	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 40AH (NO BREAKS) MODELO DF 500	un		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.8	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 63AH (NO BREAKS) MODELO DF 1000	un		7	0,00	R\$ -	R\$ -
2.9	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 7AH (NO BREAKS) MODELO 1270S	un		12	0,00	R\$ -	R\$ -
2.10	ELÉTRICO	SINAPI	38998	CONECTOR / ADAPTADOR FEMEA, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 25 MM X 1/2", PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN	R\$ 14,71	45	2,61	R\$ 17,32	R\$ 777,17
2.11	ELÉTRICO	SINAPI	38996	CONECTOR / ADAPTADOR MACHO, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 25 MM X 1/2", PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN	R\$ 21,26	1	3,77	R\$ 25,03	R\$ 30,03
2.12	ELÉTRICO	SINAPI	38997	CONECTOR / ADAPTADOR MACHO, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 32 MM X 3/4", PARA AGUA QUENTE E FRIA	UN	R\$ 34,41	213	6,10	R\$ 40,51	R\$ 8.623,23

				PREDIAL						
2.13	ELÉTRICO	SINAPI	39179	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	R\$ 4,93	1	0,87	R\$ 5,80	R\$ 5,80
2.14	ELÉTRICO	SINAPI	980	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	R\$ 10,66	262	1,89	R\$ 12,55	R\$ 3.282,81
2.15	ELÉTRICO	SINAPI	1017	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 120 MM2	M	R\$ 127,76	90	22,64	R\$ 150,40	R\$ 13.535,92
2.16	ELÉTRICO	SINAPI	1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	R\$ 2,49	24950	0,44	R\$ 2,93	R\$ 73.134,61
2.17	ELÉTRICO	SINAPI	39232	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	R\$ 26,36	67	4,67	R\$ 31,03	R\$ 2.092,73
2.18	ELÉTRICO	SINAPI	981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	R\$ 4,46	2227	0,79	R\$ 5,25	R\$ 11.691,00
2.19	ELÉTRICO	SINAPI	982	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	R\$ 6,24	651	1,11	R\$ 7,35	R\$ 4.782,95
2.20	ELÉTRICO	SINAPI	39235	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 70 MM2	M	R\$ 74,81	60	13,26	R\$ 88,07	R\$ 5.283,98
2.21	ELÉTRICO	SINAPI	947	CABO DE COBRE UNIPOLAR 16 MM2, BLINDADO, ISOLACAO 3,6/6 KV EPR, COBERTURA EM PVC	M	R\$ 65,69	40	11,64	R\$ 77,33	R\$ 3.062,28
2.22	ELÉTRICO	SINAPI	995	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	R\$ 17,83	187	3,16	R\$ 20,99	R\$ 3.929,23
2.23	ELÉTRICO	SINAPI	2556	CAIXA DE LUZ "4 X 2" EM ACO ESMALTADA	UN	R\$ 1,96	12	0,35	R\$ 2,31	R\$ 28,80
2.24	ELÉTRICO	SINAPI	2557	CAIXA DE LUZ "4 X 4" EM ACO ESMALTADA	UN	R\$ 4,15	1	0,74	R\$ 4,89	R\$ 4,89
2.25	ELÉTRICO	SINAPI	10569	CAIXA DE PASSAGEM / DERIVACAO / LUZ, OCTOGONAL 4 X4, EM ACO ESMALTADA, COM FUNDO MOVEL SIMPLES (FMS)	UN	R\$ 4,15	1	0,74	R\$ 4,89	R\$ 4,89
2.26	ELÉTRICO	SINAPI	1872	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	R\$ 3,45	10	0,61	R\$ 4,06	R\$ 40,94
2.27	ELÉTRICO	SINAPI	1873	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	R\$ 6,86	1	1,22	R\$ 8,08	R\$ 8,08
2.28	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		CAIXA DE PVC INCOMBUSTÍVEL COM ESPELHO 4X4	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.29	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		CAIXA MONOBLOCO 30X30X12 CM	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.30	ELÉTRICO	SINAPI	1118	CALHA PARA AGUA FURTADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M	R\$ 42,59	10	7,55	R\$ 50,14	R\$ 494,55
2.31	ELÉTRICO	SINAPI	1117	CALHA PARA AGUA FURTADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 40 CM	M	R\$ 36,04	17	6,39	R\$ 42,43	R\$ 707,67
2.32	ELÉTRICO	SINAPI	10545	CALHA/CANALETA DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIAMETRO DE 80 CM, PARA AGUA PLUVIAL	M	R\$ 111,37	67	19,73	R\$ 131,10	R\$ 8.841,71
2.33	ELÉTRICO	SINAPI	40783	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 50 CM	M	R\$ 60,05	44	10,64	R\$ 70,69	R\$ 3.104,74
2.34	ELÉTRICO	SINAPI	40784	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 100 CM	M	R\$ 117,48	150	20,82	R\$ 138,30	R\$ 20.718,07
2.35	ELÉTRICO	SINAPI	10544	CALHA/CANALETA DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIAMETRO DE 60 CM, PARA AGUA PLUVIAL	M	R\$ 59,59	48	10,56	R\$ 70,15	R\$ 3.384,00
2.36	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS	13354	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFASICA, COM CAIXA TERMOPLASTICA, COM FUSIVEL DE 25 A, PARA MOTOR COM POTENCIA DE 7,5 CV E TENSAO DE 380 V	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.37	ELÉTRICO	SINAPI	2560	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 16,35	1	2,90	R\$ 19,25	R\$ 23,10
2.38	ELÉTRICO	SINAPI	2565	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 10,59	10	1,88	R\$ 12,47	R\$ 119,68
2.39	ELÉTRICO	SINAPI	2570	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 17,21	1	3,05	R\$ 20,26	R\$ 20,26
2.40	ELÉTRICO	SINAPI	2569	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 10,26	2	1,82	R\$ 12,08	R\$ 20,29
				CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T,						

2.41	ELÉTRICO	SINAPI	2586	PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 20,33	2	3,60	R\$ 23,93	R\$ 45,95
2.42	ELÉTRICO	SINAPI	2526	CONECTOR RETO DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL EM QUADROS	UN	R\$ 5,32	2	0,94	R\$ 6,26	R\$ 12,02
2.43	ELÉTRICO	SINAPI	1614	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 32 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	R\$ 260,25	4	46,12	R\$ 306,37	R\$ 1.102,92
2.44	ELÉTRICO	SINAPI	1615	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 75 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	R\$ 874,04	3	154,88	R\$ 1.028,92	R\$ 3.210,23
2.45	ELÉTRICO	SINAPI	5086	CORRENTE DE ELO CURTO COMUM, SOLDADA, GALVANIZADA, ESPESSURA DO ELO = 1/2" (12,5 MM)	KG	R\$ 32,31	24	5,73	R\$ 38,04	R\$ 912,85
2.46	ELÉTRICO	SINAPI	1806	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 2"	UN	R\$ 129,39	1	22,93	R\$ 152,32	R\$ 152,32
2.47	ELÉTRICO	SINAPI	1804	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4"	UN	R\$ 22,81	2	4,04	R\$ 26,85	R\$ 51,56
2.48	ELÉTRICO	SINAPI	39271	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	R\$ 3,05	63	0,54	R\$ 3,59	R\$ 227,49
2.49	ELÉTRICO	SINAPI	34729	DISJUNTOR TÉRMICO E MAGNÉTICO AJUSTÁVEIS, TRIPOLAR DE 100 ATE 250A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE 35KA	UN	R\$ 1.379,30	1	244,41	R\$ 1.623,71	R\$ 1.623,71
2.50	ELÉTRICO	SINAPI	34738	DISJUNTOR TÉRMICO E MAGNÉTICO AJUSTÁVEIS, TRIPOLAR DE 450 ATE 600A, CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO DE 35KA	UN	R\$ 4.989,43	1	884,13	R\$ 5.873,56	R\$ 5.873,56
2.51	ELÉTRICO	SINAPI	2391	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 125A	UN	R\$ 405,80	1	71,91	R\$ 477,71	R\$ 477,71
2.52	ELÉTRICO	SINAPI	2374	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 150 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN	R\$ 460,37	1	81,58	R\$ 541,95	R\$ 541,95
2.53	ELÉTRICO	SINAPI	2378	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 300 A / 600 V, TIPO JXD / ICC - 40 KA	UN	R\$ 1.486,21	1	263,36	R\$ 1.749,57	R\$ 1.749,57
2.54	ELÉTRICO	SINAPI	2379	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 400 A / 600 V, TIPO JXD / ICC - 40 KA	UN	R\$ 1.486,21	1	263,36	R\$ 1.749,57	R\$ 1.749,57
2.55	ELÉTRICO	SINAPI	34686	DISJUNTOR TIPO DIN / IEC, MONOPOLAR DE 40 ATE 50A	UN	R\$ 15,71	2	2,78	R\$ 18,49	R\$ 35,51
2.56	ELÉTRICO	SINAPI	34714	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR 63 A	UN	R\$ 88,86	1	15,75	R\$ 104,61	R\$ 104,61
2.57	ELÉTRICO	SINAPI	2388	DISJUNTOR TIPO NEMA, BIPOLAR 10 ATE 50 A, TENSÃO MÁXIMA 415 V	UN	R\$ 73,84	2	13,08	R\$ 86,92	R\$ 146,03
2.58	ELÉTRICO	SINAPI	2392	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10 ATE 50A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN	R\$ 92,10	2	16,32	R\$ 108,42	R\$ 208,17
2.59	ELÉTRICO	SINAPI	2377	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 200 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN	R\$ 646,09	1	114,49	R\$ 760,58	R\$ 1.095,23
2.60	ELÉTRICO	SINAPI	10997	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIÂMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG	R\$ 33,00	1	5,85	R\$ 38,85	R\$ 38,85
2.61	ELÉTRICO	SINAPI	2674	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	M	R\$ 4,94	18	0,88	R\$ 5,82	R\$ 107,47
2.62	ELÉTRICO	SINAPI	12058	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1"	M	R\$ 15,69	2	2,78	R\$ 18,47	R\$ 35,46
2.63	ELÉTRICO	SINAPI	12057	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1 1/4"	M	R\$ 25,16	40	4,46	R\$ 29,62	R\$ 1.172,89
2.64	ELÉTRICO	SINAPI	12061	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 2"	M	R\$ 39,92	36	7,07	R\$ 46,99	R\$ 1.691,78
2.65	ELÉTRICO	SINAPI	12060	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 2 1/2"	M	R\$ 65,38	6	11,59	R\$ 76,97	R\$ 424,85
2.66	ELÉTRICO	SINAPI	12062	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 3"	M	R\$ 73,62	31	13,05	R\$ 86,67	R\$ 2.683,16
2.67	ELÉTRICO	SINAPI	12056	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1 1/2"	M	R\$ 29,63	15	5,25	R\$ 34,88	R\$ 527,39
2.68	ELÉTRICO	SINAPI	2502	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 40 MM (1 1/4"), TIPO SEALTUBO	M	R\$ 27,44	1	4,86	R\$ 32,30	R\$ 32,30
2.69	ELÉTRICO	SINAPI	2503	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 50 MM (1 1/2"), TIPO SEALTUBO	M	R\$ 35,32	4	6,26	R\$ 41,58	R\$ 179,62
2.70	ELÉTRICO	SINAPI	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$ 3,30	5	0,58	R\$ 3,88	R\$ 20,51
2.71	ELÉTRICO	SINAPI	38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$ 6,98	9	1,24	R\$ 8,22	R\$ 72,97
2.72	ELÉTRICO	SINAPI	38092	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$ 3,13	1	0,55	R\$ 3,68	R\$ 4,42
2.73	ELÉTRICO	SINAPI	38093	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$ 3,23	2	0,57	R\$ 3,80	R\$ 7,30
2.74	ELÉTRICO	SINAPI	38096	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$ 7,51	1	1,22	R\$ 8,73	R\$ 18,23

2.74	ELÉTRICO	SINAPI	38090	4, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$	7,31	1	1,33	8,84	8,84
2.75	ELÉTRICO	SINAPI	38094	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$	3,96	1	0,70	R\$ 4,66	R\$ 4,66
2.76	ELÉTRICO	SINAPI	38097	ESPELHO / PLACA DE 4 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$	8,04	7	1,42	R\$ 9,46	R\$ 68,15
2.77	ELÉTRICO	SINAPI	38098	ESPELHO / PLACA DE 6 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	R\$	8,04	1	1,42	R\$ 9,46	R\$ 9,46
2.78	ELÉTRICO	SINAPI	38100	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 4", PARA 6 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	R\$	3,36	9	0,60	R\$ 3,96	R\$ 37,02
2.79	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		ESPELHO PETROLETE TAMPA CEGA	un			5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.80	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		ESPELHO PETROLETE TOMADA	un			1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.81	ELÉTRICO	SINAPI	39619	ESTABILIZADOR BIVOLT AUTOMATICO, 2000 VA	UN	R\$	1.277,26	2	226,33	R\$ 1.503,59	R\$ 2.886,89
2.82	ELÉTRICO	SBC	43335	MICROVENTILADOR EXAUSTOR PARA BANHEIRO 10cm VENTISOL-EXB100	UN	R\$	71,19	10	12,61	R\$ 83,80	R\$ 864,87
2.83	ELÉTRICO	SINAPI	939	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	R\$	2,56	4	0,45	R\$ 3,01	R\$ 12,30
2.84	ELÉTRICO	SINAPI	3298	FUSIVEL NH 200 A 250 AMPERES, TAMANHO 1, CAPACIDADE DE INTERRUPTCAO DE 120 KA, TENSÃO NOMINAL DE 500 V	UN	R\$	30,23	4	5,36	R\$ 35,59	R\$ 128,11
2.85	ELÉTRICO	SINAPI	38078	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	22,41	1	3,97	R\$ 26,38	R\$ 26,38
2.86	ELÉTRICO	SINAPI	38063	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$	13,06	1	2,31	R\$ 15,37	R\$ 15,37
2.87	ELÉTRICO	SINAPI	38073	INTERRUPTOR SIMPLES + 2 INTERRUPTORES PARALELOS 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	31,69	1	5,62	R\$ 37,31	R\$ 37,31
2.88	ELÉTRICO	SINAPI	38064	INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$	27,08	1	4,80	R\$ 31,88	R\$ 45,91
2.89	ELÉTRICO	SINAPI	38065	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$	38,42	2	6,81	R\$ 45,23	R\$ 108,55
2.90	ELÉTRICO	SINAPI	38081	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	33,02	3	5,85	R\$ 38,87	R\$ 116,61
2.91	ELÉTRICO	SINAPI	38074	INTERRUPTORES PARALELOS (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$	34,59	106	6,13	R\$ 40,72	R\$ 4.319,51
2.92	ELÉTRICO	SINAPI	38071	INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	23,55	1	4,17	R\$ 27,72	R\$ 27,72
2.93	ELÉTRICO	SINAPI	38080	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	38,93	2	6,90	R\$ 45,83	R\$ 98,99
2.94	ELÉTRICO	SINAPI	38077	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	20,80	1	3,69	R\$ 24,49	R\$ 24,49
2.95	ELÉTRICO	SINAPI	38776	LUMINARIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE ACO PARA 4 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W *60 X 60 CM* ALETADA (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	R\$	163,18	1	28,92	R\$ 192,10	R\$ 276,62
2.96	ELÉTRICO	SINAPI	3758	LAMPADA VAPOR DE SODIO OVOIDE 400 W (BASE E40)	UN	R\$	69,19	1	12,26	R\$ 81,45	R\$ 117,29
2.97	ELÉTRICO	SBC	4620	LUMINARIA DE EMBUTIR ALETADA 2x28 COMPLETA TASCHIBRA	UN	R\$	239,23	109	42,39	R\$ 281,62	R\$ 30.753,07
2.98	ELÉTRICO	SBC	6436	LUMINARIA DE EMBUTIR BRANCO 2x32W LDE232 LUMILUZ PC	UN	R\$	262,00	60	46,43	R\$ 308,43	R\$ 18.505,58
2.99	ELÉTRICO	SBC	220	LUMINARIA DE EMBUTIR COMERCIAL 1243x614x75mm HUNTER TRADE	UN	R\$	196,48	30	34,82	R\$ 231,30	R\$ 6.938,89
2.100	ELÉTRICO	SBC	6456	LUMINARIA DE EMBUTIR BRANCA 4x16W LDE416 LUMILUZ	UN	R\$	298,16	148	52,83	R\$ 350,99	R\$ 51.806,71
2.101	ELÉTRICO	SINAPI	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	R\$	23,76	4	4,21	R\$ 27,97	R\$ 107,41
2.102	ELÉTRICO	SINAPI	1891	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	R\$	1,74	1	0,31	R\$ 2,05	R\$ 2,05
2.103	ELÉTRICO	SBC	60950	MICROVENTILADOR VENTOKIT MODELO	UN	R\$	105,24	11	96,00	R\$	R\$

2.103	ELÉTRICO	SBC	00009	150D COM SENSOR	UN	R\$ 403,34	11	00,00	571,34	6.307,62
2.104	ELÉTRICO	SINAPI	4227	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHÕES, TRATORES, RETROS E ETC)	L	R\$ 33,00	60	5,85	R\$ 38,85	R\$ 2.330,86
2.105	ELÉTRICO	SINAPI	12043	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 225 A	UN	R\$ 1.584,02	1	280,69	R\$ 1.864,71	R\$ 1.864,71
2.106	ELÉTRICO	SINAPI	39762	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 36 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$ 754,03	1	133,61	R\$ 887,64	R\$ 887,64
2.107	ELÉTRICO	SINAPI	12042	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 40 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$ 1.100,86	1	195,07	R\$ 1.295,93	R\$ 1.295,93
2.108	ELÉTRICO	SINAPI	39761	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 48 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$ 1.152,62	3	204,24	R\$ 1.356,86	R\$ 4.233,42
2.109	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		REATOR DE PARTIDA P/LÂMPADA HG ATÉ 2000W	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.110	ELÉTRICO	SINAPI	1087	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 36/40 W	UN	R\$ 20,86	1	3,70	R\$ 24,56	R\$ 24,56
2.111	ELÉTRICO	SINAPI	1086	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 18/20 W	UN	R\$ 21,92	12	3,88	R\$ 25,80	R\$ 297,26
2.112	ELÉTRICO	SINAPI	1079	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 36/40 W	UN	R\$ 22,66	64	4,02	R\$ 26,68	R\$ 1.709,36
2.113	ELÉTRICO	SINAPI	39391	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	R\$ 55,50	32	9,83	R\$ 65,33	R\$ 2.085,48
2.114	ELÉTRICO	SINAPI	39392	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE PAREDE COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	R\$ 45,60	11	8,08	R\$ 53,68	R\$ 605,51
2.115	ELÉTRICO	SINAPI	39394	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE TETO COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	R\$ 31,74	17	5,62	R\$ 37,36	R\$ 627,72
2.116	ELÉTRICO	SINAPI	14543	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM CHAVE, PARA LAMPADAS	UN	R\$ 6,44	10	1,14	R\$ 7,58	R\$ 72,78
2.117	ELÉTRICO	SINAPI	13329	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UN	R\$ 3,78	2	0,67	R\$ 4,45	R\$ 10,68
2.118	ELÉTRICO	SINAPI	3384	SUPORTE GUIA SIMPLES COM ROLDANA EM POLIPROPILENO PARA CHUMBAR, H = 20 CM	UN	R\$ 8,83	1	1,56	R\$ 10,39	R\$ 10,39
2.119	ELÉTRICO	SINAPI	1574	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	R\$ 1,42	5	0,25	R\$ 1,67	R\$ 8,42
2.120	ELÉTRICO	SINAPI	1573	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	R\$ 1,31	7	0,23	R\$ 1,54	R\$ 11,10
2.121	ELÉTRICO	SINAPI	7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$ 12,50	1598	2,22	R\$ 14,72	R\$ 23.514,57
2.122	ELÉTRICO	SINAPI	38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$ 21,65	401	3,84	R\$ 25,49	R\$ 10.220,04
2.123	ELÉTRICO	SINAPI	12147	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	R\$ 19,06	2	3,38	R\$ 22,44	R\$ 43,08
2.124	ELÉTRICO	SINAPI	39131	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/2" E CUNHA DE FIXACAO	un	R\$ 3,65	28	0,65	R\$ 4,30	R\$ 118,59
2.125	ELÉTRICO	SINAPI	39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	un	R\$ 1,92	2	0,34	R\$ 2,26	R\$ 5,42
2.126	ELÉTRICO	SINAPI	34602	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	R\$ 6,08	30	1,08	R\$ 7,16	R\$ 214,72
2.127	ELÉTRICO	SINAPI	34618	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	R\$ 8,07	50	1,43	R\$ 9,50	R\$ 478,80
2.128	ELÉTRICO	SBC	70079	CANAleta PVC ABERTA HD-0P 15x20x2000mm HELLERMANN	UN	R\$ 23,12	247	4,10	R\$ 27,22	R\$ 6.724,09
2.129	ELÉTRICO	SBC	2638	CANAleta PVC ABERTA HD-9P 50x80x2000mm HELLERMANN	M	R\$ 82,05	89	14,54	R\$ 96,59	R\$ 8.612,59
2.130	ELÉTRICO	SBC	6640	CANAleta PVC FECHADA HD-6F 110x50x2000mm HELLERMANN	UN	R\$ 86,67	7	15,36	R\$ 102,03	R\$ 737,05
2.131	ELÉTRICO	SINAPI	34616	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	R\$ 60,72	3	10,76	R\$ 71,48	R\$ 188,71
2.132	ELÉTRICO	SINAPI	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	R\$ 10,59	60	1,88	R\$ 12,47	R\$ 742,01

2.133	ELÉTRICO	SINAPI	34688	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 63 A	UN	R\$ 19,20	1	3,40	R\$ 22,60	R\$ 22,60
2.134	ELÉTRICO	SINAPI	34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	R\$ 74,40	10	13,18	R\$ 87,58	R\$ 882,84
2.135	ELÉTRICO	SINAPI	2370	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN	R\$ 13,72	1	2,43	R\$ 16,15	R\$ 23,26
2.136	ELÉTRICO	SINAPI	2386	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 35 ATE 50 A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN	R\$ 23,01	1	4,08	R\$ 27,09	R\$ 27,09
2.137	ELÉTRICO	SINAPI	11002	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	R\$ 31,69	3	5,62	R\$ 37,31	R\$ 116,57
2.138	ELÉTRICO	SINAPI	10999	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG	R\$ 30,44	3	5,39	R\$ 35,83	R\$ 111,03
2.139	ELÉTRICO	SINAPI	2504	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 25 MM (3/4"), TIPO SEALTUBO	M	R\$ 13,87	5084	2,46	R\$ 16,33	R\$ 83.006,34
2.140	ELÉTRICO	SINAPI	2501	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 32 MM (1"), TIPO SEALTUBO	M	R\$ 18,19	583	3,22	R\$ 21,41	R\$ 12.493,36
2.141	ELÉTRICO	SINAPI	21137	ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL REVESTIDO COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 15 MM (3/8"), TIPO COPEX	M	R\$ 12,79	520	2,27	R\$ 15,06	R\$ 7.834,14
2.142	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		EXAUSTOR PARA BANHEIRO - DIÂM 150 MM	un		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.143	ELÉTRICO	SINAPI	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	R\$ 3,66	16	0,65	R\$ 4,31	R\$ 68,58
2.144	ELÉTRICO	SINAPI	404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSÃO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSÃO)	M	R\$ 1,32	9	0,23	R\$ 1,55	R\$ 14,17
2.145	ELÉTRICO	SINAPI	38072	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MÓDULOS) + 1 INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MÓDULOS)	UN	R\$ 28,53	2	5,06	R\$ 33,59	R\$ 72,54
2.146	ELÉTRICO	SINAPI	39388	LÂMPADA LED TIPO DICROICA BIVOLT, LUZ BRANCA, 5 W (BASE GU10)	UN	R\$ 11,63	10	2,06	R\$ 13,69	R\$ 136,91
2.147	ELÉTRICO	SINAPI	38191	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	R\$ 14,72	156	2,61	R\$ 17,33	R\$ 2.703,23
2.148	ELÉTRICO	SINAPI	39381	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U/3U BRANCA 9/10 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	R\$ 13,73	40	2,43	R\$ 16,16	R\$ 640,05
2.149	ELÉTRICO	SINAPI	38780	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 3U BRANCA 20 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	R\$ 16,80	5	2,98	R\$ 19,78	R\$ 104,42
2.150	ELÉTRICO	SINAPI	3753	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T10, DE 20 OU 40 W, BIVOLT	UN	R\$ 8,98	24	1,59	R\$ 10,57	R\$ 253,71
2.151	ELÉTRICO	SINAPI	38782	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5 DE 14 W, BIVOLT	UN	R\$ 11,69	8	2,07	R\$ 13,76	R\$ 105,69
2.152	ELÉTRICO	SINAPI	38778	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 16/18 W, BIVOLT	UN	R\$ 8,78	143	1,56	R\$ 10,34	R\$ 1.478,44
2.153	ELÉTRICO	SINAPI	38779	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 32/36 W, BIVOLT	UN	R\$ 9,30	324	1,65	R\$ 10,95	R\$ 3.549,77
2.154	ELÉTRICO	SINAPI	38194	LÂMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	R\$ 9,46	25	1,68	R\$ 11,14	R\$ 280,64
2.155	ELÉTRICO	SINAPI	38193	LÂMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	R\$ 8,22	7	1,46	R\$ 9,68	R\$ 67,35
2.156	ELÉTRICO	SINAPI	39387	LÂMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	R\$ 18,14	602	3,21	R\$ 21,35	R\$ 12.848,52
2.157	ELÉTRICO	SINAPI	39386	LÂMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN	R\$ 12,64	1387	2,24	R\$ 14,88	R\$ 20.644,84
2.158	ELÉTRICO	SBC	33209	LUMINÁRIA EMBUTIDA SLIM LED 122x32cm STH7959/40 STELLA	UN	R\$ 511,40	84	90,62	R\$ 602,02	R\$ 50.858,66
2.159	ELÉTRICO	SBC	4618	LUMINÁRIA EMBUTIR FLAT 2xPAR20 50W 2XT8 16/18W 13,9x85,2 IN80233 NEWLINE	UN	R\$ 342,32	87	60,66	R\$ 402,98	R\$ 34.914,11
2.160	ELÉTRICO	SBC	2561	RACK - ORGANIZADOR ABRACADEIRA GANCHO E LACO CINZA 20mmx3m SLIM	UN	R\$ 18,88	18	3,35	R\$ 22,23	R\$ 394,19
2.161	ELÉTRICO	SBC	36559	PLUG MACHO 2P + T	UN	R\$ 5,47	1	0,97	R\$ 6,44	R\$ 6,44
2.162	ELÉTRICO	SINAPI	1082	REATOR P/ LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W USO EXT	UN	R\$ 142,50	4	25,25	R\$ 167,75	R\$ 644,16
2.163	ELÉTRICO	SINAPI	12294	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, PARA USO AO TEMPO, PARA LÂMPADAS	UN	R\$ 9,02	1	1,60	R\$ 10,62	R\$ 10,62
2.164	ELÉTRICO	SINAPI	12296	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LÂMPADAS	UN	R\$ 3,75	1	0,66	R\$ 4,41	R\$ 4,41
2.165	ELÉTRICO	SINAPI	1575	TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M6	UN	R\$ 1,69	18	0,30	R\$ 1,99	R\$ 35,33
2.166	ELÉTRICO	SINAPI	1576	TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 25 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M8	UN	R\$ 2,33	26	0,41	R\$ 2,74	R\$ 72,41
				TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M4					R\$	R\$



2.167	ELÉTRICO	SINAPI	1571	ES TANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	R\$ 1,10	42	0,19	R\$ 1,29	R\$ 55,01
2.168	ELÉTRICO	SINAPI	1542	TERMINAL METALICO A PRESSAO 1 CABO, PARA CABOS DE 4 A 10 MM2, COM 2 FUROS PARA FIXACAO	UN	R\$ 19,43	59	3,44	R\$ 22,87	R\$ 1.355,91
2.169	ELÉTRICO	SINAPI	1535	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 6 A 10 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	UN	R\$ 4,65	8	0,82	R\$ 5,47	R\$ 44,67
2.170	ELÉTRICO	SINAPI	38101	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	R\$ 10,64	13	1,89	R\$ 12,53	R\$ 165,34
2.171	ELÉTRICO	SINAPI	38102	TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	UN	R\$ 13,61	4	2,41	R\$ 16,02	R\$ 69,21
2.172	ELÉTRICO	SINAPI	7525	TOMADA INDUSTRIAL DE EMBUTIR 3P+T 30 A, 440 V, COM TRAVA, COM PLACA	UN	R\$ 61,55	3	10,91	R\$ 72,46	R\$ 243,45
2.173	ELÉTRICO	SINAPI	400	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	R\$ 1,87	2	0,33	R\$ 2,20	R\$ 4,40
2.174	ELÉTRICO	SINAPI	39137	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1/2"	UN	R\$ 0,77	1	0,14	R\$ 0,91	R\$ 0,91
2.175	ELÉTRICO	SINAPI	39138	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	UN	R\$ 0,82	2	0,15	R\$ 0,97	R\$ 1,93
2.176	ELÉTRICO	SINAPI	39174	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	R\$ 0,92	3	0,16	R\$ 1,08	R\$ 3,25
2.177	ELÉTRICO	SINAPI	39175	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	R\$ 1,13	1	0,20	R\$ 1,33	R\$ 1,33
2.178	ELÉTRICO	SINAPI	983	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	R\$ 1,51	10	0,27	R\$ 1,78	R\$ 17,78
2.179	ELÉTRICO	SINAPI	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	R\$ 3,90	1000	0,69	R\$ 4,59	R\$ 4.591,08
2.180	ELÉTRICO	SINAPI	1003	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	R\$ 5,72	100	1,01	R\$ 6,73	R\$ 673,36
2.181	ELÉTRICO	SINAPI	1008	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	R\$ 6,49	4	1,15	R\$ 7,64	R\$ 30,56
2.182	ELÉTRICO	SINAPI	857	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	M	R\$ 15,19	1	2,69	R\$ 17,88	R\$ 17,88
2.183	ELÉTRICO	SINAPI	868	CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO	M	R\$ 23,46	1	4,16	R\$ 27,62	R\$ 27,62
2.184	ELÉTRICO	SINAPI	979	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	R\$ 16,43	2	2,91	R\$ 19,34	R\$ 38,68
2.185	ELÉTRICO	SINAPI	1021	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	R\$ 5,31	7	0,94	R\$ 6,25	R\$ 43,76
2.186	ELÉTRICO	SINAPI	34607	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	R\$ 13,05	150	2,31	R\$ 15,36	R\$ 2.304,37
2.187	ELÉTRICO	SINAPI	34621	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	R\$ 18,73	1000	3,32	R\$ 22,05	R\$ 22.048,96
2.188	ELÉTRICO	SINAPI	34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M	R\$ 26,54	100	4,70	R\$ 31,24	R\$ 3.124,29
2.189	ELÉTRICO	SINAPI	34624	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	R\$ 10,31	2	1,83	R\$ 12,14	R\$ 24,27
2.190	ELÉTRICO	SINAPI	34627	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	R\$ 23,91	1	4,24	R\$ 28,15	R\$ 28,15
2.191	ELÉTRICO	SINAPI	34629	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M	R\$ 35,01	8	6,20	R\$ 41,21	R\$ 329,71
2.192	ELÉTRICO	SINAPI	38085	CAMPAINHA CIGARRA 127 V / 220 V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$ 29,59	1	5,24	R\$ 34,83	R\$ 34,83
2.193	ELÉTRICO	SINAPI	2559	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 13,08	2	2,32	R\$ 15,40	R\$ 30,80
2.194	ELÉTRICO	SINAPI	14053	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 12,34	1	2,19	R\$ 14,53	R\$ 14,53
2.195	ELÉTRICO	SINAPI	2574	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 12,62	1	2,24	R\$ 14,86	R\$ 14,86
2.196	ELÉTRICO	SINAPI	2580	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	R\$ 16,67	1	2,95	R\$ 19,62	R\$ 19,62
2.197	ELÉTRICO	SINAPI	2483	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	R\$ 3,79	1	0,67	R\$ 4,46	R\$ 4,46
2.198	ELÉTRICO	SINAPI	2488	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	R\$ 2,13	23	0,38	R\$ 2,51	R\$ 57,67

2.199	ELÉTRICO	SINAPI	2685	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M	R\$ 7,72	3	1,37	R\$ 9,09	R\$ 27,26
2.200	ELÉTRICO	SINAPI	38079	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$ 29,69	1	5,26	R\$ 34,95	R\$ 34,95
2.201	ELÉTRICO	SINAPI	38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$ 9,59	4	1,70	R\$ 11,29	R\$ 45,16
2.202	ELÉTRICO	SINAPI	3757	LAMPADA VAPOR DE SODIO OVOIDE 250 W (BASE E40)	UN	R\$ 59,34	1	10,52	R\$ 69,86	R\$ 69,86
2.203	ELÉTRICO	SINAPI	39376	LAMPADA VAPOR METALICO OVOIDE 150 W, BASE E27/E40	UN	R\$ 48,58	1	8,61	R\$ 57,19	R\$ 57,19
2.204	ELÉTRICO	SINAPI	3752	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 400 W (BASE E40)	UN	R\$ 95,07	1	16,85	R\$ 111,92	R\$ 111,92
2.205	ELÉTRICO	SINAPI	3799	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN	R\$ 79,57	1	14,10	R\$ 93,67	R\$ 93,67
2.206	ELÉTRICO	SBC	34531	PLUG FEMEA 2P + T	UN	R\$ 16,88	1	2,99	R\$ 19,87	R\$ 19,87
2.207	ELÉTRICO	SINAPI	12318	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 400W USO EXT	UN	R\$ 89,72	1	15,90	R\$ 105,62	R\$ 105,62
2.208	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		REATOR PARTIDA RAPIDA P/ 1 LAMPADA FLUORESCENTE 40W/127V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.209	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		REATOR PARTIDA RAPIDA P/ 2 LAMPADAS FLUORESCENTES 40W/127V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.210	ELÉTRICO	SINAPI	39390	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UN	R\$ 49,43	1	8,76	R\$ 58,19	R\$ 58,19
2.211	ELÉTRICO	SINAPI	2510	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	R\$ 20,64	1	3,66	R\$ 24,30	R\$ 24,30
2.212	ELÉTRICO	SINAPI	39393	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE PAREDE SEM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	R\$ 28,20	1	5,00	R\$ 33,20	R\$ 33,20
2.213	ELÉTRICO	SINAPI	7543	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN	R\$ 7,78	1	1,38	R\$ 9,16	R\$ 9,16
2.214	ELÉTRICO	SINAPI	39346	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA 1 INTERRUPTOR	UN	R\$ 4,80	1	0,85	R\$ 5,65	R\$ 5,65
2.215	ELÉTRICO	SINAPI	39351	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA 2 MODULOS RJ	UN	R\$ 5,98	1	1,06	R\$ 7,04	R\$ 7,04
2.216	ELÉTRICO	SINAPI	1577	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	R\$ 2,63	1	0,47	R\$ 3,10	R\$ 3,10
2.217	ELÉTRICO	SINAPI	1578	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	R\$ 4,57	4	0,81	R\$ 5,38	R\$ 21,52
2.218	ELÉTRICO	SINAPI	1579	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 70 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M10	UN	R\$ 5,69	1	1,01	R\$ 6,70	R\$ 6,70
2.219	ELÉTRICO	SINAPI	411	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM	UN	R\$ 0,14	13	0,02	R\$ 0,16	R\$ 2,14
2.220	ELÉTRICO	SBC	10062	RACK - ABRACADEIRA NYLON PARA CABO 2,5x200mm (PACOTE 100 PECAS)	UN	R\$ 9,99	1	1,77	R\$ 11,76	R\$ 11,76
2.221	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		ABRACADEIRA, MATERIAL NÁILON, TIPO VELCRO, COMPRIMENTO TOTAL 85, LARGURA 1CM, APLICAÇÃO AMARRAÇÃO E FIXAÇÃO, COR AZUL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.222	ELÉTRICO	SBC	36571	PROTETOR DE SURTO - 220 V OU 127 V, 40 KA, TRIFASICO	UN	R\$ 180,00	1	31,90	R\$ 211,90	R\$ 211,90
2.223	ELÉTRICO	SINAPI	4814	APARELHO SINALIZADOR LUMINOSO COM LED, PARA SAIDA GARAGEM, COM 2 LENTES EM POLICARBONATO, BIVOLT (INCLUI SUPORTE DE FIXACAO)	UN	R\$ 104,58	1	18,53	R\$ 123,11	R\$ 123,11
2.224	ELÉTRICO	SINAPI	948	CABO DE COBRE UNIPOLAR 10 MM2, BLINDADO, ISOLACAO 3,6/6 KV EPR, COBERTURA EM PVC	M	R\$ 64,58	1	11,44	R\$ 76,02	R\$ 76,02
2.225	ELÉTRICO	SINAPI	39257	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	R\$ 6,81	1	1,21	R\$ 8,02	R\$ 8,02
2.226	ELÉTRICO	SINAPI	39261	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 10 MM2	M	R\$ 36,28	1	6,43	R\$ 42,71	R\$ 42,71
2.227	ELÉTRICO	SINAPI	39258	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	R\$ 10,09	1	1,79	R\$ 11,88	R\$ 11,88
				CABO MULTIPOLAR DE COBRE,						

2.228	ELÉTRICO	SINAPI	39260	FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 6 MM2	M	R\$	21,88	1	3,88	R\$ 25,76	R\$ 25,76
2.229	ELÉTRICO	SINAPI	39774	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSÕES 50 X 50 X 15 CM	UN	R\$	188,25	1	33,36	R\$ 221,61	R\$ 221,61
2.230	ELÉTRICO	SINAPI	39775	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSÕES 60 X 60 X 20 CM	UN	R\$	251,24	1	44,52	R\$ 295,76	R\$ 295,76
2.231	ELÉTRICO	SINAPI	39776	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSÕES 70 X 70 X 20 CM	UN	R\$	303,63	1	53,80	R\$ 357,43	R\$ 357,43
2.232	ELÉTRICO	SINAPI	20254	CAIXA DE PASSAGEM METALICA, DE SOBREPOR, COM TAMPA APARAFUSADA, DIMENSÕES 15 X 15 X *10* CM	UN	R\$	27,93	1	4,95	R\$ 32,88	R\$ 32,88
2.233	ELÉTRICO	SINAPI	11880	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA QUADRADA, BRANCA	UN	R\$	99,81	1	17,69	R\$ 117,50	R\$ 117,50
2.234	ELÉTRICO	SINAPI	34544	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 400 A / ICC - 25 KA	UN	R\$	1.753,38	1	310,70	R\$ 2.064,08	R\$ 2.064,08
2.235	ELÉTRICO	SINAPI	34734	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 300 ATE 400A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	R\$	2.135,60	1	378,43	R\$ 2.514,03	R\$ 2.514,03
2.236	ELÉTRICO	SINAPI	2393	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 250 A / 600 V, TIPO FXD	UN	R\$	1.081,96	1	191,72	R\$ 1.273,68	R\$ 1.273,68
2.237	ELÉTRICO	SINAPI	34705	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 250 A/ICC - 25 KA	UN	R\$	946,33	1	167,69	R\$ 1.114,02	R\$ 1.114,02
2.238	ELÉTRICO	SINAPI	34707	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 350 A/ICC - 25 KA	UN	R\$	1.753,56	1	310,73	R\$ 2.064,29	R\$ 2.064,29
2.239	ELÉTRICO	SINAPI	2376	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 600 A / 600 V, TIPO LXD / ICC - 40 KA	UN	R\$	2.447,78	1	433,75	R\$ 2.881,53	R\$ 2.881,53
2.240	ELÉTRICO	SINAPI	2394	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 800 A / 600 V, TIPO LMXD	UN	R\$	5.232,91	1	927,27	R\$ 6.160,18	R\$ 6.160,18
2.241	ELÉTRICO	SINAPI	34623	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A	UN	R\$	59,79	1	10,59	R\$ 70,38	R\$ 70,38
2.242	ELÉTRICO	SINAPI	34628	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 63 A	UN	R\$	85,64	1	15,18	R\$ 100,82	R\$ 100,82
2.243	ELÉTRICO	SINAPI	34689	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR DE 60 ATE 70A, TENSAO MAXIMA DE 240 V	UN	R\$	36,06	1	6,39	R\$ 42,45	R\$ 42,45
2.244	ELÉTRICO	SINAPI	2373	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSAO MAXIMA DE 415 V	UN	R\$	129,76	1	22,99	R\$ 152,75	R\$ 152,75
2.245	ELÉTRICO	SINAPI	938	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	R\$	1,60	1	0,28	R\$ 1,88	R\$ 1,88
2.246	ELÉTRICO	SINAPI	12344	FUSIVEL DIAZED 20 A TAMANHO DII, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 50 KA EM VCA E 8 KA EM VCC, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	2,23	1	0,40	R\$ 2,63	R\$ 2,63
2.247	ELÉTRICO	SINAPI	12343	FUSIVEL DIAZED 35 A TAMANHO DIII, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 50 KA EM VCA E 8 KA EM VCC, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	3,47	1	0,61	R\$ 4,08	R\$ 4,08
2.248	ELÉTRICO	SINAPI	3295	FUSIVEL NH *36* A 80 AMPERES, TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	12,12	1	2,15	R\$ 14,27	R\$ 14,27
2.249	ELÉTRICO	SINAPI	3297	FUSIVEL NH 125 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	13,52	1	2,40	R\$ 15,92	R\$ 15,92
2.250	ELÉTRICO	SINAPI	3294	FUSIVEL NH 160 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	13,73	1	2,43	R\$ 16,16	R\$ 16,16
2.251	ELÉTRICO	SINAPI	3292	FUSIVEL NH 20 A TAMANHO 000, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN	R\$	12,90	1	2,29	R\$ 15,19	R\$ 15,19
2.252	ELÉTRICO	SINAPI	38114	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN	R\$	24,22	1	4,29	R\$ 28,51	R\$ 28,51
2.253	ELÉTRICO	SINAPI	38115	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN	R\$	25,86	1	4,58	R\$ 30,44	R\$ 30,44
2.254	ELÉTRICO	SINAPI	38113	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	R\$	12,18	1	2,16	R\$ 14,34	R\$ 14,34
2.255	ELÉTRICO	SINAPI	12128	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	R\$	12,83	1	2,27	R\$ 15,10	R\$ 15,10
2.256	ELÉTRICO	SINAPI	38070	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	22,75	1	4,03	R\$ 26,78	R\$ 26,78
2.257	ELÉTRICO	SINAPI	38068	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	R\$	19,70	1	3,49	R\$ 23,19	R\$ 23,19
2.258	ELÉTRICO	SINAPI	3750	LAMPADA DE LUZ MISTA 250 W, BASE E27 (220 V)	UN	R\$	35,72	1	6,33	R\$ 42,05	R\$ 42,05
2.259	ELÉTRICO	SINAPI	3755	LAMPADA DE LUZ MISTA 500 W, BASE E27 (220 V)	UN	R\$	66,75	1	11,92	R\$ 78,67	R\$ 78,67

2.259	ELÉTRICO	SINAPI	3730	E40 (220 V)	UN	R\$	00,73	1	11,03	78,58	78,58
2.260	ELÉTRICO	SINAPI	12231	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADA)	UN	R\$	17,36	1	3,08	R\$ 20,44	R\$ 20,44
2.261	ELÉTRICO	SINAPI	12239	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	R\$	23,82	1	4,22	R\$ 28,04	R\$ 28,04
2.262	ELÉTRICO	SINAPI	38786	LUMINARIA HERMETICA IP-65 PARA 2 DUAS LAMPADAS DE 28/32/36/40 W (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN	R\$	124,24	1	22,02	R\$ 146,26	R\$ 146,26
2.263	ELÉTRICO	SINAPI	13393	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	444,21	1	78,71	R\$ 522,92	R\$ 522,92
2.264	ELÉTRICO	SINAPI	13395	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A, INCLUINDO BARRAMENTO	UN	R\$	622,52	1	110,31	R\$ 732,83	R\$ 732,83
2.265	ELÉTRICO	SINAPI	12039	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 24 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	654,20	1	115,92	R\$ 770,12	R\$ 770,12
2.266	ELÉTRICO	SINAPI	13396	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	918,78	1	162,81	R\$ 1.081,59	R\$ 1.081,59
2.267	ELÉTRICO	SINAPI	12041	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 150 A	UN	R\$	750,24	1	132,94	R\$ 883,18	R\$ 883,18
2.268	ELÉTRICO	SINAPI	39763	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 48 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	1.288,42	1	228,31	R\$ 1.516,73	R\$ 1.516,73
2.269	ELÉTRICO	SINAPI	39760	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA *42* DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	1.284,18	1	227,56	R\$ 1.511,74	R\$ 1.511,74
2.270	ELÉTRICO	SINAPI	39756	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	461,10	1	81,71	R\$ 542,81	R\$ 542,81
2.271	ELÉTRICO	SINAPI	12038	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	576,15	1	102,09	R\$ 678,24	R\$ 678,24
2.272	ELÉTRICO	SINAPI	39757	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	532,76	1	94,41	R\$ 627,17	R\$ 627,17
2.273	ELÉTRICO	SINAPI	39758	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	776,43	1	137,58	R\$ 914,01	R\$ 914,01
2.274	ELÉTRICO	SINAPI	39759	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 36 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	R\$	958,90	1	169,92	R\$ 1.128,82	R\$ 1.128,82
2.275	ELÉTRICO	SINAPI	1088	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 18/20 W	UN	R\$	16,70	1	2,96	R\$ 19,66	R\$ 19,66
2.276	ELÉTRICO	SINAPI	12359	RELE TERMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFASICOS, TENSAO 380 V, POTENCIA ATE 15 CV, CORRENTE NOMINAL MAXIMA 22 A	UN	R\$	124,43	1	22,05	R\$ 146,48	R\$ 146,48
2.277	ELÉTRICO	SINAPI	38099	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	R\$	2,05	1	0,36	R\$ 2,41	R\$ 2,41
2.278	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE LED 12X12 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN			150	0,00	R\$ -	R\$ -
2.279	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE LED 20X20 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN			150	0,00	R\$ -	R\$ -
2.280	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE LED 30X30 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN			150	0,00	R\$ -	R\$ -
2.281	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE LED 60X60 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN			300	0,00	R\$ -	R\$ -
2.282	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE LED 30X120 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN			30	0,00	R\$ -	R\$ -

3	HIDROSSANITÁRIO									
3.1	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6013	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1" (REF 1509)	UN	R\$ 85,57	3	15,16	R\$ 100,73	R\$ 302,20
3.2	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	77	ADAPTADOR PVC PARA SIFAO METALICO, SOLDAVEL, COM ANEL BORRACHA (JE), 40 MM X 1 1/2"	UN	R\$ 1,44	1	0,26	R\$ 1,70	R\$ 1,70
3.3	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	95	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 20 MM X 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	R\$ 12,24	1	2,17	R\$ 14,41	R\$ 14,41
3.4	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	99	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	R\$ 29,88	13	5,29	R\$ 35,17	R\$ 472,75
3.5	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	114	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	R\$ 15,83	30	2,81	R\$ 18,64	R\$ 554,58
3.6	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	68	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, COM FLANGES LIVRES, 32 MM X 1", PARA CAIXA D' AGUA	UN	R\$ 24,21	1	4,29	R\$ 28,50	R\$ 28,50
3.7	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	44019	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO OCULTO / CARENADO, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO) - PADRAO ALTO	UN	R\$ 411,40	6	72,90	R\$ 484,30	R\$ 2.789,57
3.8	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD, SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	R\$ 500,22	1	88,64	R\$ 588,86	R\$ 706,63
3.9	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10420	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN	R\$ 159,00	6	28,17	R\$ 187,17	R\$ 1.123,05
3.10	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	818	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 60 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 6,84	1	1,21	R\$ 8,05	R\$ 8,05
3.11	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20086	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, 50 X 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 2,90	1	0,51	R\$ 3,41	R\$ 3,41
3.12	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	821	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 21,15	1	3,75	R\$ 24,90	R\$ 24,90
3.13	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	798	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 3/4" X 1/2"	UN	R\$ 1,35	1	0,24	R\$ 1,59	R\$ 1,59
3.14	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	802	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1"	UN	R\$ 19,70	1	3,49	R\$ 23,19	R\$ 23,19
3.15	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	67	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2", PARA CAIXA D' AGUA	UN	R\$ 14,11	3	2,50	R\$ 16,61	R\$ 47,84
3.16	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	73	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	R\$ 19,36	1	3,43	R\$ 22,79	R\$ 22,79
3.17	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11881	CAIXA DE GORDURA CILINDRICA EM CONCRETO SIMPLES, PRE-MOLDADA, COM DIAMETRO DE 40 CM E ALTURA DE 45 CM, COM TAMPA	UN	R\$ 149,99	1	26,58	R\$ 176,57	R\$ 176,57
3.18	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11712	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	UN	R\$ 44,40	1	7,87	R\$ 52,27	R\$ 52,27
3.19	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11717	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA, BRANCA	UN	R\$ 53,52	1	9,48	R\$ 63,00	R\$ 63,00
3.20	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11686	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA EM PLASTICO BRANCO COM TUBO, CANOPLA E ANEL DE EXPANSAO (TUBO 1.1/2" X 20 CM)	UN	R\$ 10,17	20	1,80	R\$ 11,97	R\$ 238,48
3.21	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1185	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 1,56	1	0,28	R\$ 1,84	R\$ 1,84
3.22	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1204	CAP PVC, SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 27,02	1	4,79	R\$ 31,81	R\$ 31,81
3.23	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3470	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	R\$ 94,20	4	16,69	R\$ 110,89	R\$ 399,21
3.24	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3471	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	R\$ 51,76	2	9,17	R\$ 60,93	R\$ 102,37
3.25	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1747	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA DE 3 1/2", DE *56 X 33 X 12* CM	UN	R\$ 183,38	5	32,49	R\$ 215,87	R\$ 984,39
3.26	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1942	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 48,03	1	8,51	R\$ 56,54	R\$ 56,54
3.27	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38190	DUCHA / CHUVEIRO METALICO, DE PAREDE, ARTICULAVEL, COM DESVIADOR E DUCHA MANUAL	UN	R\$ 318,21	17	56,39	R\$ 374,60	R\$ 6.293,23
3.28	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1370	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2"	UN	R\$ 82,49	1	14,62	R\$ 97,11	R\$ 139,83
3.29	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11684	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2" X 40 CM	UN	R\$ 41,08	26	7,28	R\$ 48,36	R\$ 1.257,34
3.30	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11681	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	UN	R\$ 5,73	1	1,02	R\$ 6,75	R\$ 6,75
3.31	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		ENROLAMENTO DO MOTOR DA BOMBA de 1/2 CV a 3CV	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.32	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	14151	FITA METALICA GRAVADA, L = 17 MM, ROLO DE 25 M, CARGA RECOMENDADA = *120* KGF	UN	R\$ 49,62	12	8,79	R\$ 58,41	R\$ 719,04
				GRELHA FIXA, PVC CROMADA,		nc			nc	nc

3.33	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11732	REDONDA, 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN	R\$ 26,57	1	4,71	R\$ 31,28	R\$ 31,28
3.34	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11244	GRELHA FOFO ARTICULADA, CARGA MAXIMA 1,5 T, *300 X 1000* MM, E= *15* MM	UN	R\$ 243,79	1	43,20	R\$ 286,99	R\$ 286,99
3.35	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3531	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 2,83	3	0,50	R\$ 3,33	R\$ 11,19
3.36	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3527	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 14,47	1	2,56	R\$ 17,03	R\$ 17,03
3.37	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3536	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 2,76	1	0,49	R\$ 3,25	R\$ 3,25
3.38	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3517	JOELHO PVC, SOLDABEL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 4,58	24	0,81	R\$ 5,39	R\$ 128,10
3.39	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3496	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 4,75	22	0,84	R\$ 5,59	R\$ 120,78
3.40	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3497	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 18,54	26	3,29	R\$ 21,83	R\$ 570,95
3.41	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20142	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 75 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 46,98	3	8,32	R\$ 55,30	R\$ 172,55
3.42	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20143	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 100 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 68,65	16	12,16	R\$ 80,81	R\$ 1.260,71
3.43	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10426	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUMA, DIMENSÕES *54 X 44* CM (L X C)	UN	R\$ 141,89	1	25,14	R\$ 167,03	R\$ 167,03
3.44	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3913	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	R\$ 66,47	5	11,78	R\$ 78,25	R\$ 394,37
3.45	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3909	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	UN	R\$ 8,55	1	1,52	R\$ 10,07	R\$ 10,07
3.46	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3919	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN	R\$ 14,01	1	2,48	R\$ 16,49	R\$ 16,49
3.47	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3928	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 2"	UN	R\$ 70,98	2	12,58	R\$ 83,56	R\$ 200,54
3.48	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3926	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1 1/2"	UN	R\$ 40,46	1	7,17	R\$ 47,63	R\$ 47,63
3.49	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3931	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3" X 2 1/2"	UN	R\$ 108,14	1	19,16	R\$ 127,30	R\$ 127,30
3.50	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3907	LUVA DE REDUCAO ROSCAVEL, PVC, 1" X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 5,47	1	0,97	R\$ 6,44	R\$ 6,44
3.51	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20162	LUVA DUPLA, PVC LEVE, DN 150 MM	UN	R\$ 22,45	4	3,98	R\$ 26,43	R\$ 95,14
3.52	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3900	LUVA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 52,83	1	9,36	R\$ 62,19	R\$ 62,19
3.53	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3863	LUVA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 5,81	22	1,03	R\$ 6,84	R\$ 147,73
3.54	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3866	LUVA PVC SOLDABEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 60,22	1	10,67	R\$ 70,89	R\$ 70,89
3.55	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3889	LUVA DE REDUCAO ROSCAVEL, PVC, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 4,18	1	0,74	R\$ 4,92	R\$ 4,92
3.56	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3884	LUVA ROSCAVEL, PVC, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 2,91	1	0,52	R\$ 3,43	R\$ 3,43
3.57	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3856	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 2,18	1	0,39	R\$ 2,57	R\$ 2,57
3.58	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3871	LUVA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 30,98	1	5,49	R\$ 36,47	R\$ 36,47
3.59	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		Mancal do eixo da bomba de 1/2 CV a 3CV	un		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.60	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37458	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 1/2" X 2 MM	M	R\$ 6,80	3	1,20	R\$ 8,00	R\$ 22,48
3.61	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4177	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	R\$ 5,86	1	1,04	R\$ 6,90	R\$ 6,90
3.62	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4208	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	R\$ 55,81	1	9,89	R\$ 65,70	R\$ 65,70
3.63	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4181	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	R\$ 36,46	1	6,46	R\$ 42,92	R\$ 51,50
3.64	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4351	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN	R\$ 17,25	10	3,06	R\$ 20,31	R\$ 204,69
3.65	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4893	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/2"	UN	R\$ 14,63	1	2,59	R\$ 17,22	R\$ 17,22
3.66	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4894	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/4"	UN	R\$ 12,55	1	2,22	R\$ 14,77	R\$ 14,77
3.67	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4890	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1"	UN	R\$ 8,03	1	1,42	R\$ 9,45	R\$ 9,45
3.68	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4888	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1/2"	UN	R\$ 4,27	3	0,76	R\$ 5,03	R\$ 13,27
3.69	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21062	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 400 X 400 MM	UN	R\$ 195,34	1	34,61	R\$ 229,95	R\$ 229,95
3.70	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11709	RALO FOFO SEMIESFERICO, 150 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN	R\$ 50,07	1	8,87	R\$ 58,94	R\$ 70,73

3.71	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11745	RALO SIFONADO QUADRADO, PVC, 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA	UN	R\$ 15,68	2	2,78	R\$ 18,46	R\$ 39,87
3.72	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11719	REGISTRO DE PRESSAO PVC, SOLDAVEL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM	UN	R\$ 22,63	1	4,01	R\$ 26,64	R\$ 26,64
3.73	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6010	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN	R\$ 77,82	1	13,79	R\$ 91,61	R\$ 91,61
3.74	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6017	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN	R\$ 61,64	1	10,92	R\$ 72,56	R\$ 72,56
3.75	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6011	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2 " (REF 1509)	UN	R\$ 224,79	2	39,83	R\$ 264,62	R\$ 571,59
3.76	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6016	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN	R\$ 28,65	1	5,08	R\$ 33,73	R\$ 33,73
3.77	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6015	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN	R\$ 124,43	5	22,05	R\$ 146,48	R\$ 667,94
3.78	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6014	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN	R\$ 118,97	1	21,08	R\$ 140,05	R\$ 140,05
3.79	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6005	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN	R\$ 69,90	16	12,39	R\$ 82,29	R\$ 1.303,41
3.80	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10904	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	UN	R\$ 155,00	2	27,47	R\$ 182,47	R\$ 437,92
3.81	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6024	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	UN	R\$ 65,92	1	11,68	R\$ 77,60	R\$ 77,60
3.82	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38643	VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO	UN	R\$ 40,91	2	7,25	R\$ 48,16	R\$ 80,91
3.83	HIDROSSANITÁRIO	SBC	36536	KIT REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA, 1 1/4" e/ou 1 1/2"	UN	R\$ 59,40	30	10,53	R\$ 69,93	R\$ 2.064,21
3.84	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		Rolamento do eixo de 1/2 CV a 3CV	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.85	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38637	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 1.1/2 "	UN	R\$ 205,69	11	36,45	R\$ 242,14	R\$ 2.673,21
3.86	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6150	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 2 "	UN	R\$ 208,20	8	36,89	R\$ 245,09	R\$ 1.882,31
3.87	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	R\$ 163,66	1	29,00	R\$ 192,66	R\$ 231,19
3.88	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6148	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL SAIDA VERTICAL PARA COLUMNA LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	R\$ 10,00	4	1,77	R\$ 11,77	R\$ 50,86
3.89	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6146	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN	R\$ 17,98	1	3,19	R\$ 21,17	R\$ 21,17
3.90	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20183	TE DE INSPECAO, PVC, SERIE R, 100 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 65,98	1	11,69	R\$ 77,67	R\$ 77,67
3.91	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7104	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 4,12	1	0,73	R\$ 4,85	R\$ 4,85
3.92	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7128	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 12,69	1	2,25	R\$ 14,94	R\$ 14,94
3.93	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7129	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 11,29	13	2,00	R\$ 13,29	R\$ 172,25
3.94	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7094	TE PVC ROSCAVEL 90 GRAUS, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 14,23	1	2,52	R\$ 16,75	R\$ 24,12
3.95	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7118	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 31,42	1	5,57	R\$ 36,99	R\$ 36,99
3.96	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7110	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 68,32	1	12,11	R\$ 80,43	R\$ 80,43
3.97	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7123	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 5,01	4	0,89	R\$ 5,90	R\$ 21,23
3.98	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7137	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 11,11	1	1,97	R\$ 13,08	R\$ 13,08
3.99	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7122	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 13,89	1	2,46	R\$ 16,35	R\$ 16,35
3.100	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7132	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 75 MM X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 62,70	1	11,11	R\$ 73,81	R\$ 88,57
3.101	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7141	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	R\$ 11,41	11	2,02	R\$ 13,43	R\$ 151,51
3.102	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11767	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 2", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	R\$ 464,65	1	82,34	R\$ 546,99	R\$ 546,99
3.103	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7602	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, COM BICO PLASTICO, CANO CURTO, AREA EXTERNA, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1128)	UN	R\$ 39,91	1	7,07	R\$ 46,98	R\$ 46,98

3.104	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36795	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, COM SENSOR DE PRESENÇA A PILHA, COM AREJADOR EMBUTIDO	UN	R\$ 1.545,91	24	273,94	R\$ 1.819,85	R\$ 44.113,05
3.105	HIDROSSANITÁRIO	SBC	16124	KIT PARA FIXACAO DE VASO SANITARIO COM SUPORTE LATERAL CROMADO E BRANCO	UN	R\$ 64,99	14	11,52	R\$ 76,51	R\$ 1.101,69
3.106	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9860	TUBO PVC, ROSCAVEL, 2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	M	R\$ 58,58	1	10,38	R\$ 68,96	R\$ 68,96
3.107	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9861	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	M	R\$ 33,22	1	5,89	R\$ 39,11	R\$ 39,11
3.108	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9866	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	M	R\$ 24,54	2	4,35	R\$ 28,89	R\$ 48,53
3.109	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$ 10,53	1	1,87	R\$ 12,40	R\$ 12,40
3.110	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9872	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$ 62,02	1	10,99	R\$ 73,01	R\$ 73,01
3.111	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9889	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2 1/2"	UN	R\$ 174,82	1	30,98	R\$ 205,80	R\$ 205,80
3.112	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9887	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2"	UN	R\$ 105,66	1	18,72	R\$ 124,38	R\$ 179,11
3.113	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9897	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 38,93	1	6,90	R\$ 45,83	R\$ 45,83
3.114	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9909	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 197,74	1	35,04	R\$ 232,78	R\$ 232,78
3.115	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	R\$ 249,28	8	44,17	R\$ 293,45	R\$ 2.347,62
3.116	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11781	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/4 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	R\$ 201,94	6	35,78	R\$ 237,72	R\$ 1.426,34
3.117	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10409	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 203,64	1	36,09	R\$ 239,73	R\$ 239,73
3.118	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10405	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 407,98	1	72,29	R\$ 480,27	R\$ 480,27
3.119	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6157	VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 "	UN	R\$ 55,89	20	9,90	R\$ 65,79	R\$ 1.294,82
3.120	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	R\$ 22,57	7	4,00	R\$ 26,57	R\$ 179,89
3.121	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	R\$ 11,42	15	2,02	R\$ 13,44	R\$ 203,27
3.122	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	R\$ 33,45	74	5,93	R\$ 39,38	R\$ 2.901,32
3.123	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	828	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 25 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 0,54	1	0,10	R\$ 0,64	R\$ 0,64
3.124	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	829	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 1,14	16	0,20	R\$ 1,34	R\$ 21,58
3.125	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	819	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDAVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 4,07	1	0,72	R\$ 4,79	R\$ 4,79
3.126	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1194	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 9,88	1	1,75	R\$ 11,63	R\$ 11,63
3.127	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	R\$ 60,58	3	10,73	R\$ 71,31	R\$ 222,50
3.128	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6142	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPEDE	UN	R\$ 7,33	2	1,30	R\$ 8,63	R\$ 17,26
3.129	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X 35* CM (L X C)	UN	R\$ 74,80	15	13,25	R\$ 88,05	R\$ 1.331,38
3.130	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11731	GRELHA FIXA, EM PVC BRANCA, QUADRADA, 150 X 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN	R\$ 10,14	10	1,80	R\$ 11,94	R\$ 114,59
3.131	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3533	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 2,88	1	0,51	R\$ 3,39	R\$ 3,39
3.132	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3538	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 4,96	1	0,88	R\$ 5,84	R\$ 5,84
3.133	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3529	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 0,92	15	0,16	R\$ 1,08	R\$ 16,25
3.134	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3540	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 7,09	3	1,26	R\$ 8,35	R\$ 28,04
3.135	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3526	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 3,15	25	0,56	R\$ 3,71	R\$ 91,67
3.136	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3511	JOELHO, PVC SOLDAVEL, 90 GRAUS, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 115,47	4	20,46	R\$ 135,93	R\$ 587,22
3.137	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3661	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 16,32	1	2,89	R\$ 19,21	R\$ 19,21
3.138	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3660	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA	UN	R\$ 1,60	1	0,20	R\$ 1,80	R\$ 1,80



3.138	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3888	MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$	1,02	1	0,29	1,91	1,91
3.139	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3904	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$	0,99	4	0,18	R\$ 1,17	R\$ 4,75
3.140	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3875	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$	3,62	31	0,64	R\$ 4,26	R\$ 130,91
3.141	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3898	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$	6,85	7	1,21	R\$ 8,06	R\$ 58,06
3.142	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10432	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN	R\$	276,83	4	49,05	R\$ 325,88	R\$ 1.407,82
3.143	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4384	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PEÇA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	R\$	23,27	39	4,12	R\$ 27,39	R\$ 1.078,21
3.144	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21059	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 150 X 150 MM	UN	R\$	53,48	6	9,48	R\$ 62,96	R\$ 392,85
3.145	HIDROSSANITÁRIO	SBC	36536	KIT REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA, 1 1/4" e/ou 1 1/2"	UN	R\$	59,40	1	10,53	R\$ 69,93	R\$ 69,93
3.146	HIDROSSANITÁRIO	SBC	36578	REPARO PARA TORNEIRA 1/2" - DECA	UN	R\$	59,90	4	10,61	R\$ 70,51	R\$ 287,70
3.147	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7139	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	R\$	1,57	14	0,28	R\$ 1,85	R\$ 25,73
3.148	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36796	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN	R\$	128,46	2	22,76	R\$ 151,22	R\$ 362,94
3.149	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20067	TUBO PVC, SERIE R, DN 40 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS (NBR 5688)	M	R\$	15,80	6	2,80	R\$ 18,60	R\$ 120,53
3.150	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20068	TUBO PVC, SERIE R, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS (NBR 5688)	M	R\$	19,70	113	3,49	R\$ 23,19	R\$ 2.618,71
3.151	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$	4,69	135	0,83	R\$ 5,52	R\$ 745,12
3.152	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9875	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$	17,56	76	3,11	R\$ 20,67	R\$ 1.575,18
3.153	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9871	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$	49,64	5	8,80	R\$ 58,44	R\$ 287,51
3.154	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	R\$	214,58	6	38,02	R\$ 252,60	R\$ 1.576,25
3.155	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36801	ACABAMENTO DE METAL CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, DE PAREDE, 1/2 " OU 3/4 "	UN	R\$	30,43	1	5,39	R\$ 35,82	R\$ 35,82
3.156	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		BUCHA DE VEDAÇÃO P/ TORNEIRA DE 1/2 TIPO CARRAPETA	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.157	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		BUCHA DE VEDAÇÃO P/ TORNEIRA DE 3/4 TIPO CARRAPETA	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.158	HIDROSSANITÁRIO	SBC	17867	DUCHA HIGIENICA DIGITAL LINE ACQUA JET CROMADO DN15 1/2 2195	UN	R\$	336,40	1	59,61	R\$ 396,01	R\$ 396,01
3.159	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN	R\$	4,51	2	0,80	R\$ 5,31	R\$ 10,62
3.160	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3498	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1" X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$	5,89	1	1,04	R\$ 6,93	R\$ 6,93
3.161	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3542	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$	0,67	1	0,12	R\$ 0,79	R\$ 0,79
3.162	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37949	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$	2,35	1	0,42	R\$ 2,77	R\$ 2,77
3.163	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	39398	KIT DE ACESSORIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS	UN	R\$	116,58	1	20,66	R\$ 137,24	R\$ 137,24
3.164	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4209	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	R\$	23,45	1	4,16	R\$ 27,61	R\$ 27,61
3.165	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4889	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 3/4"	UN	R\$	5,78	2	1,02	R\$ 6,80	R\$ 13,61
3.166	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11708	RALO FOFO SEMIESFERICO, 100 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN	R\$	21,31	1	3,78	R\$ 25,09	R\$ 25,09
3.167	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$	60,97	1	10,80	R\$ 71,77	R\$ 71,77
3.168	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6006	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1/2 " (REF 1509)	UN	R\$	61,96	1	10,98	R\$ 72,94	R\$ 72,94
3.169	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	R\$	12,32	1	2,18	R\$ 14,50	R\$ 14,50
3.170	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37947	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$	5,93	1	1,05	R\$ 6,98	R\$ 6,98
3.171	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7603	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, SEM BICO, CANO CURTO, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1120)	UN	R\$	33,86	1	6,00	R\$ 39,86	R\$ 39,86
3.172	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9867	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	R\$	3,66	1	0,65	R\$ 4,31	R\$ 4,31
3.173	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9886	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO,	UN	R\$	34,51	1	6,12	R\$ 40,63	R\$ 40,63

				DE 1"					40,00	40,00
3.174	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9901	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	R\$ 48,03	1	8,51	R\$ 56,54	R\$ 56,54
3.175	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10416	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 108,41	1	19,21	R\$ 127,62	R\$ 127,62
3.176	HIDROSSANITÁRIO	SBC	6100	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA CROMADO LUXUS DOCOL	UN	R\$ 101,90	1	18,06	R\$ 119,96	R\$ 119,96
3.177	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		KIT Duplo Acionamento p/ Caixa Acoplada	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.178	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	310	ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC, REDE COLETOR ESGOTO, DN 400 MM (NBR 7362)	UN	R\$ 106,41	1	18,86	R\$ 125,27	R\$ 125,27
3.179	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36205	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN	R\$ 156,97	1	27,82	R\$ 184,79	R\$ 184,79
3.180	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	761	BOMBA SUBMERSA PARA POCOS TUBULARES PROFUNDOS DIAMETRO DE 4 POLEGADAS, ELETRICA, TRIFASICA, POTENCIA 5,42 HP, 15 ESTAGIOS, BOCAL DE DESCARGA DIAMETRO DE 2 POLEGADAS, HM/Q = 18 M / 18,10 M3/H A 121 M / 2,90 M3/H	UN	R\$ 7.439,36	1	1318,25	R\$ 8.757,61	R\$ 8.757,61
3.181	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	754	BOMBA SUBMERSIVEL, ELETRICA, TRIFASICA, POTENCIA 3,75 HP, DIAMETRO DO ROTOR 90 MM SEMIABERTO, BOCAL DE SAIDA DIAMETRO DE 2 POLEGADAS, HM/Q = 5 M / 61,2 M3/H A 25,5 M / 3,6 M3/H	UN	R\$ 7.176,56	1	1271,69	R\$ 8.448,25	R\$ 8.448,25
3.182	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	12910	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 8,57	1	1,52	R\$ 10,09	R\$ 10,09
3.183	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3528	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 10,35	1	1,83	R\$ 12,18	R\$ 12,18
3.184	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37952	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 73,75	1	13,07	R\$ 86,82	R\$ 86,82
3.185	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3509	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 8,20	1	1,45	R\$ 9,65	R\$ 9,65
3.186	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20155	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 11,07	1	1,96	R\$ 13,03	R\$ 13,03
3.187	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20156	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 24,91	1	4,41	R\$ 29,32	R\$ 29,32
3.188	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20144	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 100 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 73,51	1	13,03	R\$ 86,54	R\$ 86,54
3.189	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3899	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 7,94	1	1,41	R\$ 9,35	R\$ 9,35
3.190	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38676	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 150 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 38,45	1	6,81	R\$ 45,26	R\$ 45,26
3.191	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3897	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	R\$ 1,67	1	0,30	R\$ 1,97	R\$ 1,97
3.192	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11735	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 100 MM X 200 MM (NBR 5688)	UN	R\$ 9,33	1	1,65	R\$ 10,98	R\$ 10,98
3.193	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11737	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 150 MM X 150 MM (NBR 5688)	UN	R\$ 13,24	1	2,35	R\$ 15,59	R\$ 15,59
3.194	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11738	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 150 MM X 200 MM (NBR 5688)	UN	R\$ 16,69	1	2,96	R\$ 19,65	R\$ 19,65
3.195	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11743	RALO SIFONADO REDONDO CONICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	R\$ 9,99	1	1,77	R\$ 11,76	R\$ 11,76
3.196	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20044	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 100 X 75MM	UN	R\$ 10,86	1	1,92	R\$ 12,78	R\$ 12,78
3.197	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20042	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 75 X 50MM	UN	R\$ 7,87	1	1,39	R\$ 9,26	R\$ 9,26
3.198	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20047	REDUCAO EXCENTRICA PVC, SERIE R, DN 150 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	R\$ 62,97	1	11,16	R\$ 74,13	R\$ 74,13
3.199	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11672	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/2", COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$ 86,63	1	15,35	R\$ 101,98	R\$ 101,98
3.200	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20055	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$ 61,79	1	10,95	R\$ 72,74	R\$ 72,74
3.201	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11671	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$ 132,59	1	23,49	R\$ 156,08	R\$ 156,08
3.202	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6032	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$ 37,87	1	6,71	R\$ 44,58	R\$ 44,58
3.203	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	R\$ 38,40	1	6,80	R\$ 45,20	R\$ 45,20
3.204	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11678	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 60 MM,	UN	R\$ 154,23	1	27,33	R\$ 181,56	R\$ 181,56

				COM CORPO DIVIDIDO					101,30	101,30
3.205	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6019	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN	R\$ 45,22	1	8,01	R\$ 53,23	R\$ 53,23
3.206	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6028	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509)	UN	R\$ 108,39	1	19,21	R\$ 127,60	R\$ 127,60
3.207	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6012	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 " (REF 1509)	UN	R\$ 272,14	1	48,22	R\$ 320,36	R\$ 320,36
3.208	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11763	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1.1/2", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	R\$ 362,14	1	64,17	R\$ 426,31	R\$ 426,31
3.209	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	R\$ 122,27	1	21,67	R\$ 143,94	R\$ 143,94
3.210	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11773	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	R\$ 108,33	1	19,20	R\$ 127,53	R\$ 127,53
3.211	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11762	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL , 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153 / 1130)	UN	R\$ 51,38	1	9,10	R\$ 60,48	R\$ 60,48
3.212	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11772	TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	R\$ 108,67	1	19,26	R\$ 127,93	R\$ 127,93
3.213	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	13416	TORNEIRA METALICA CROMADA, RETA, DE PAREDE, PARA COZINHA, SEM BICO, SEM AREJADOR, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1158)	UN	R\$ 73,09	1	12,95	R\$ 86,04	R\$ 86,04
3.214	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20980	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 8", E= *7,04 MM, SCHEDULE 30, *36,75 KG/M	M	R\$ 597,53	1	105,88	R\$ 703,41	R\$ 703,41
3.215	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	40334	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	R\$ 96,17	1	17,04	R\$ 113,21	R\$ 113,21
3.216	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	R\$ 18,33	1	3,25	R\$ 21,58	R\$ 21,58
3.217	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20065	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	R\$ 46,89	1	8,31	R\$ 55,20	R\$ 55,20
3.218	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	R\$ 11,25	1	1,99	R\$ 13,24	R\$ 13,24
3.219	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	R\$ 16,24	1	2,88	R\$ 19,12	R\$ 19,12
3.220	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9885	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 3/4"	UN	R\$ 33,36	1	5,91	R\$ 39,27	R\$ 39,27
3.221	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37588	VALVULA DE ESCOAMENTO PARA TANQUE, EM METAL CROMADO, 1.1/2 ", SEM LADRAO, COM TAMPAO PLASTICO	UN	R\$ 51,48	1	9,12	R\$ 60,60	R\$ 60,60
3.222	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10411	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 182,21	1	32,29	R\$ 214,50	R\$ 214,50
3.223	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10410	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 121,72	1	21,57	R\$ 143,29	R\$ 143,29
3.224	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10408	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 285,30	1	50,56	R\$ 335,86	R\$ 335,86
3.225	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10406	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 563,51	1	99,85	R\$ 663,36	R\$ 663,36
3.226	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10412	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 89,55	1	15,87	R\$ 105,42	R\$ 105,42
3.227	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10419	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 94,10	1	16,67	R\$ 110,77	R\$ 110,77
3.228	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10418	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 62,72	1	11,11	R\$ 73,83	R\$ 73,83
3.229	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	12657	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 253,12	1	44,85	R\$ 297,97	R\$ 297,97
3.230	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10417	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 157,96	1	27,99	R\$ 185,95	R\$ 185,95
3.231	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10414	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 345,65	1	61,25	R\$ 406,90	R\$ 406,90
3.232	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10413	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	R\$ 57,41	1	10,17	R\$ 67,58	R\$ 67,58
4	LÓGICO E TELEFONIA									

4.1	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	414	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM	UN	R\$ 0,04	1	0,01	R\$ 0,05	R\$ 0,06
4.2	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		BLOCO DE CONEXÃO BLI 10	un		16	0,00	R\$ -	R\$ -
4.3	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39598	CABO DE PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 5E	M	R\$ 2,25	9745	0,40	R\$ 2,65	R\$ 25.812,87
4.4	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39599	CABO DE PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6	M	R\$ 3,40	27992	0,60	R\$ 4,00	R\$ 112.038,51
4.5	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36477	CABO FIBRA OPTICA MONOMODO (SM) 4FO INT/EXT	M	R\$ 9,16	110	1,62	R\$ 10,78	R\$ 1.183,58
4.6	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11922	CABO TELEFONICO CI 50, 50 PARES, USO INTERNO	M	R\$ 47,80	32	8,47	R\$ 56,27	R\$ 1.800,65
4.7	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11914	CABO TELEFONICO CTP - APL - 50, 100 PARES, USO EXTERNO	M	R\$ 96,19	62	17,04	R\$ 113,23	R\$ 7.065,86
4.8	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		CAIXA DE INTERCONEXÃO TIPO 2	UN		8	0,00	R\$ -	R\$ -
4.9	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	10949	CANALETA PARA FIXACAO 5 BLOCOS BLI-10/BLI-20	UN	R\$ 5,66	4	1,00	R\$ 6,66	R\$ 23,99
4.10	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39600	CONECTOR FEMEA RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN	R\$ 19,22	691	3,41	R\$ 22,63	R\$ 15.634,42
4.11	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39601	CONECTOR FEMEA RJ - 45, CATEGORIA 6	UN	R\$ 33,43	1119	5,92	R\$ 39,35	R\$ 44.036,90
4.12	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	38082	TOMADA RJ11, 2 FIOS, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	R\$ 27,55	1	4,88	R\$ 32,43	R\$ 32,43
4.13	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39602	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN	R\$ 2,20	504	0,39	R\$ 2,59	R\$ 1.304,04
4.14	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39603	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 6	UN	R\$ 3,77	732	0,67	R\$ 4,44	R\$ 3.247,58
4.15	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36499	CORDAO OPTICO DUPLEX MULTIMODO COM CONECTORES (LC/LC) 5M	UN	R\$ 60,67	3	10,75	R\$ 71,42	R\$ 239,97
4.16	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36498	CORDAO OPTICO DUPLEX MULTIMODO COM CONECTORES (LC/LC) 2,5M	UN	R\$ 35,00	22	6,20	R\$ 41,20	R\$ 909,74
4.17	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39604	PATCH CORD, CATEGORIA 5 E, EXTENSAO DE 1,50 M	UN	R\$ 18,99	1	3,37	R\$ 22,36	R\$ 22,36
4.18	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39605	PATCH CORD, CATEGORIA 5 E, EXTENSAO DE 2,50 M	UN	R\$ 26,35	165	4,67	R\$ 31,02	R\$ 5.118,17
4.19	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39606	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 1,50 M	UN	R\$ 33,47	408	5,93	R\$ 39,40	R\$ 16.075,56
4.20	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39607	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 2,50 M	UN	R\$ 38,40	228	6,80	R\$ 45,20	R\$ 10.306,62
4.21	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		DISTRIBUIDOR ÓTICO PARA NO MÍNIMO 12 POSIÇÕES TIPO SC	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.22	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		DISTRIBUIDOR ÓTICO PARA NO MÍNIMO 24 POSIÇÕES TIPO SC	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.23	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		DISTRIBUIDOR ÓTICO PARA NO MÍNIMO 24 POSIÇÕES TIPO ST	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.24	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		GUIA DE CABOS HORIZONTAL	UN		26	0,00	R\$ -	R\$ -
4.25	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE ENCHIMENTO PLANO DE 1U	un		13	0,00	R\$ -	R\$ -
4.26	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE ENCHIMENTO PLANO DE 2U	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.27	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39594	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 5E, COM RACKS DE 19" E 1 U DE ALTURA	UN	R\$ 363,50	3	64,41	R\$ 427,91	R\$ 1.129,69
4.28	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39596	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 1 U DE ALTURA	UN	R\$ 633,57	17	112,27	R\$ 745,84	R\$ 12.709,09
4.29	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PRATELEIRA EM AÇO, PARA RACK, DESLIZANTE, COM SUPORTES E RODÍZIOS DE NYLON	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.30	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PRATELEIRA EM AÇO, VENTILADA, PARA RACK	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.31	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	6635	RACK - MINI RACK PAREDE 6Ux450mm 19" COR PRETO PORTA COM VISOR DE ACRILICO	UN	R\$ 349,90	1	62,00	R\$ 411,90	R\$ 411,90
4.32	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	5788	RACK PISO 36U 1000mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN	R\$ 2.090,48	1	370,43	R\$ 2.460,91	R\$ 3.543,71
4.33	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	6634	RACK PISO 40U 1000mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN	R\$ 2.945,50	1	521,94	R\$ 3.467,44	R\$ 3.467,44
4.34	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	7345	RACK PISO 44U 1200mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN	R\$ 2.979,90	1	528,04	R\$ 3.507,94	R\$ 3.507,94
4.35	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	68749	RACK- VENTILADOR COOLER PAINEL ELETRICO BIVOLT 120x120x25mm	UN	R\$ 76,86	3	13,62	R\$ 90,48	R\$ 238,87
4.36	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	205	FIBRA OPTICA - FITA VELCRO ROLO 3 METROS	UN	R\$ 12,00	1	2,13	R\$ 14,13	R\$ 14,13
4.37	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		CAIXA DE INTERCONEXÃO TIPO 1	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
4.38	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		Fio jumper de 500m 2x0,5mm (preto e laranja)	m		360	0,00	R\$ -	R\$ -
4.39	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	38104	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E (APENAS MODULO)	UN	R\$ 43,79	1	7,76	R\$ 51,55	R\$ 51,55
4.40	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36472	CABO FIBRA OPTICA MULTIMODO ATE 50/125 MICROMETROS 6FO INT/EXT	M	R\$ 16,99	10	3,01	R\$ 20,00	R\$ 200,01
4.41	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11902	CABO TELEFONICO CCI 50, 2 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM	M	R\$ 1,71	1	0,30	R\$ 2,01	R\$ 2,01
4.42	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	825	FIBRA OPTICA - CAIXA DE EMENDA OPTICA FK-CEO-3T-36F KIT DE	UN	R\$ 817,96	1	144,02	R\$ -	R\$ -

4.42	TELEFONIA	SBC	033	DERIVACAO E SUPORTES POSTE E CORDAO FURUKAWA	UN	R\$	817,00	1	144,72	962,78	962,78
4.43	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39595	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 5E, COM RACKS DE 19" E 2 U DE ALTURA	UN	R\$	531,83	1	94,24	R\$ 626,07	R\$ 626,07
4.44	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39597	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 2 U DE ALTURA	UN	R\$	854,39	1	151,40	R\$ 1.005,79	R\$ 1.005,79
4.45	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PONTO DE CONSOLIDAÇÃO TIPO 1 (PARA 06 CONECTORES RJ45 FÊMEA CAT 5E OU 6)	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.46	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PONTO DE CONSOLIDAÇÃO TIPO 3 (PARA 24 CONECTORES RJ45 FÊMEA CAT 5E OU 6)	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.47	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	203041	CABO HDMI x HDMI VERSAO 1.4 BLINDADO - 5,0m	UN	R\$	50,50	30	8,95	R\$ 59,45	R\$ 1.783,46
4.48	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		CABO HDMI Alta Resolução Hd 10 METROS	UN			40	0,00	R\$ -	R\$ -
4.49	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		CABO HDMI Alta Resolução Hd 15 METROS	UN			40	0,00	R\$ -	R\$ -
4.50	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	203042	CABO HDMI x HDMI VERSAO 1.4 BLINDADO - 20m	UN	R\$	138,29	20	24,50	R\$ 162,79	R\$ 3.255,90
5	MARCENARIA										
5.1	MARCENARIA	SINAPI	183	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG	R\$	287,00	7	50,86	R\$ 337,86	R\$ 2.364,99
5.2	MARCENARIA	SINAPI	34664	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2	R\$	53,93	60	9,56	R\$ 63,49	R\$ 3.809,18
5.3	MARCENARIA	SINAPI	34665	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 18 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2	R\$	66,95	1933	11,86	R\$ 78,81	R\$ 152.346,57
5.4	MARCENARIA	SINAPI	34666	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 25 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2	R\$	101,12	141	17,92	R\$ 119,04	R\$ 16.784,42
5.5	MARCENARIA	SINAPI	44396	COLA BRANCA BASE PVA	KG	R\$	43,53	3	7,71	R\$ 51,24	R\$ 163,94
5.6	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CORREDIÇA TELESCOPICA 20 CM	cj			15	0,00	R\$ -	R\$ -
5.7	MARCENARIA	SBC	36501	CORREDICAS TELESCOPICAS 35 KG, COMPRIMENTO 400 MM, ACABAMENTO ZINCO ELETROLITICO + VERNIZ PROTETOR	UN	R\$	23,45	1	4,16	R\$ 27,61	R\$ 27,61
5.8	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CORREDIÇA TELESCOPICA 40 CM	cj			11	0,00	R\$ -	R\$ -
5.9	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CORREDIÇA TELESCOPICA 50 CM	cj			10	0,00	R\$ -	R\$ -
5.10	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CORREDIÇA TELESCOPICA 60 CM	cj			3	0,00	R\$ -	R\$ -
5.11	MARCENARIA	SINAPI	2432	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	R\$	22,18	1	3,93	R\$ 26,11	R\$ 26,11
5.12	MARCENARIA	SINAPI	2433	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA CHATA, COM PARAFUSOS	UN	R\$	7,51	4	1,33	R\$ 8,84	R\$ 36,07
5.13	MARCENARIA	SINAPI	11447	DOBRADICA EM LATAO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	R\$	25,50	1	4,52	R\$ 30,02	R\$ 30,02
5.14	MARCENARIA	SINAPI	2420	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	R\$	12,90	39	2,29	R\$ 15,19	R\$ 590,43
5.15	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		DOBRADIÇA RETA PARA ÁRMARIO	Pç			135	0,00	R\$ -	R\$ -
5.16	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		DOBRADICA TIPO PIANO EM ACO/FERRO, 1 X 3 M, GALVANIZADO, COM PARAFUSOS	un			3	0,00	R\$ -	R\$ -
5.17	MARCENARIA	SINAPI	11451	DOBRADICA TIPO VAI-E- VEM EM ACO/FERRO, TAMANHO 3", GALVANIZADO, COM PARAFUSOS	UN	R\$	68,37	7	12,12	R\$ 80,49	R\$ 579,49
5.18	MARCENARIA	SINAPI	11480	FECHADURA AUXILIAR DE SEGURANCA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, BROCA DE 45 A 55 MM, LINGUETA COM 3 AVANCOS, INCLUINDO 2 CHAVES TIPO CILINDRO	CJ	R\$	105,42	42	18,68	R\$ 124,10	R\$ 5.271,79
5.19	MARCENARIA	SINAPI	3090	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ	R\$	50,87	1	9,01	R\$ 59,88	R\$ 71,86
5.20	MARCENARIA	SINAPI	11469	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIAMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	UN	R\$	11,25	16	1,99	R\$ 13,24	R\$ 209,78
				FECHADURA ESPELHO PARA PORTA							

5.21	MARCENARIA	SINAPI	3080	EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	R\$	57,00	1	10,10	R\$ 67,10	R\$ 67,10
5.22	MARCENARIA	SINAPI	11458	FECHO DE SEGURANCA, TIPO BATOM, EM LATAO / ZAMAC, CROMADO, PARA PORTAS E JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	UN	R\$	24,16	52	4,28	R\$ 28,44	R\$ 1.488,04
5.23	MARCENARIA	SINAPI	11456	FERROLHO COM FECHO /TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 10" A 12" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 1,50 MM	UN	R\$	19,77	1	3,50	R\$ 23,27	R\$ 33,51
5.24	MARCENARIA	SINAPI	43652	MASSA PARA MADEIRA - INTERIOR E EXTERIOR	KG	R\$	15,39	1	2,73	R\$ 18,12	R\$ 18,12
5.25	MARCENARIA	SINAPI	11561	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN	R\$	228,70	23	40,53	R\$ 269,23	R\$ 6.192,19
5.26	MARCENARIA	SINAPI	11364	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$	207,60	1	36,79	R\$ 244,39	R\$ 244,39
5.27	MARCENARIA	SINAPI	11365	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$	215,43	1	38,17	R\$ 253,60	R\$ 253,60
5.28	MARCENARIA	SINAPI	11366	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$	229,01	5	40,58	R\$ 269,59	R\$ 1.358,74
5.29	MARCENARIA	SINAPI	3288	MEIA CANA DE MADEIRA CEDRINHO OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ACABAMENTO PARA FORRO PAULISTA, *2,5 X 2,5* CM	M	R\$	6,00	240	1,06	R\$ 7,06	R\$ 1.695,17
5.30	MARCENARIA	SINAPI	13587	MEIA CANA DE MADEIRA PINUS OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ACABAMENTO PARA FORRO PAULISTA, *2,5 X 2,5* CM	M	R\$	3,62	419	0,64	R\$ 4,26	R\$ 1.784,70
5.31	MARCENARIA	SINAPI	4791	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	R\$	48,16	155	8,53	R\$ 56,69	R\$ 8.800,85
5.32	MARCENARIA	SINAPI	1339	COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO	KG	R\$	45,94	31	8,14	R\$ 54,08	R\$ 1.665,38
5.33	MARCENARIA	SINAPI	11560	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN	R\$	176,52	2	31,28	R\$ 207,80	R\$ 498,72
5.34	MARCENARIA	SINAPI	11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	R\$	708,00	4	125,46	R\$ 833,46	R\$ 3.000,45
5.35	MARCENARIA	SINAPI	10691	SOLVENTE PARA COLA (PARA LAMINADO MELAMINICO) A BASE DE RESINA SINTETICA	L	R\$	61,37	11	10,87	R\$ 72,24	R\$ 797,58
5.36	MARCENARIA	SINAPI	39837	BATENTE/PORTAL/ADUELA/MARCO, EM MDF/PVC WOOD/POLIESTIRENO OU MADEIRA LAMINADA, L = *9,0* CM COM GUARNICAO REGULAVEL 2 FACES = *35* MM, PRIMER	JG	R\$	382,15	1	67,72	R\$ 449,87	R\$ 449,87
5.37	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		DOBRADICA EM ACO/FERRO, 4 X 3 , E= 2,2 A 3,0 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO,TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN			2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.38	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		DOBRADICA EM LATAO, 4 X 3 , E= 2,2 A 3,0 MM, COM ANEL, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.39	MARCENARIA	SINAPI	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ	R\$	63,82	1	11,31	R\$ 75,13	R\$ 75,13
5.40	MARCENARIA	SINAPI	38152	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	R\$	119,50	1	21,18	R\$ 140,68	R\$ 140,68
5.41	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		FECHADURA TUBULAR CROMADA, MACANETA DIAMETRO *30* MM, CILINDRO CENTRAL COM CHAVE EXTERNA E BOTAO INTERNO, MAQUINA	UN			1	0,00	R\$ -	R\$ -

				*70* MM - COMPLETA						
5.42	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		FECHADURA TUBULAR, ACABAMENTO CROMADO, DISTANCIA DE BROCA 90 MM, CILINDRO CENTRAL COM CHAVE EXTERNA E BOTAO INTERNO, MACANETA FORMATO TULIPA/TACA/BOLA - COMPLETA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.43	MARCENARIA	SINAPI	38177	FECHO / TRINCO TIPO AVIAO, EM ZAMAC CROMADO, *60* MM, PARA JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	UN	R\$ 20,24	1	3,59	R\$ 23,83	R\$ 23,83
5.44	MARCENARIA	SINAPI	10553	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$ 226,74	1	40,18	R\$ 266,92	R\$ 266,92
5.45	MARCENARIA	SINAPI	10554	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$ 228,75	1	40,53	R\$ 269,28	R\$ 269,28
5.46	MARCENARIA	SINAPI	10555	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$ 249,46	1	44,20	R\$ 293,66	R\$ 293,66
5.47	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		Dobradiças Sistema Base Plac (PERPLAC)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.48	MARCENARIA	SINAPI	184	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG	R\$ 177,75	1	31,50	R\$ 209,25	R\$ 209,25
5.49	MARCENARIA	SINAPI	181	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *16* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG	R\$ 383,28	1	67,92	R\$ 451,20	R\$ 451,20
5.50	MARCENARIA	SINAPI	11468	FECHADURA DE SOBREPOR PARA GAVETAS E ARMARIOS, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM CILINDRO DE APROX 20 MM	UN	R\$ 11,26	1	2,00	R\$ 13,26	R\$ 13,26
5.51	MARCENARIA	SINAPI	3119	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 2" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM, PARA PORTAS E JANELAS	UN	R\$ 2,61	1	0,46	R\$ 3,07	R\$ 3,07
5.52	MARCENARIA	SINAPI	3122	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 3" A 4" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM	UN	R\$ 5,32	1	0,94	R\$ 6,26	R\$ 6,26
5.53	MARCENARIA	SINAPI	3107	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 3" A 4", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 0,90 MM E LARGURA MINIMA DE 3,20 CM (FECHO SIMPLES / LEVE) (INCLUI PARAFUSOS)	UN	R\$ 8,34	1	1,48	R\$ 9,82	R\$ 9,82
5.54	MARCENARIA	SINAPI	3106	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	UN	R\$ 15,38	1	2,73	R\$ 18,11	R\$ 18,11
5.55	MARCENARIA	SINAPI	4006	MADEIRA SERRADA EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M3	R\$ 2.036,13	1	360,80	R\$ 2.396,93	R\$ 2.396,93
5.56	MARCENARIA	SINAPI	10556	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	R\$ 331,69	1	58,78	R\$ 390,47	R\$ 390,47
5.57	MARCENARIA	SINAPI	39502	PORTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 40 MM A 45 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	R\$ 465,76	1	82,53	R\$ 548,29	R\$ 548,29
5.58	MARCENARIA	SINAPI	6186	RODAPE DE MADEIRA MACICA CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, *1,5 X 7 CM	M	R\$ 15,50	1	2,75	R\$ 18,25	R\$ 18,25
5.59	MARCENARIA	SINAPI	20820	RODAPE EM POLIESTIRENO, BRANCO, H	M	R\$ 26,77	1	6,59	R\$	R\$

5.59	MARCENARIA	SINAPI	39029	= *5* CM, E = *1,5* CM	M	R\$	30,11	1	0,32	43,29	43,29
5.60	MARCENARIA	SINAPI	3992	TABUA APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	R\$	34,57	1	6,13	R\$ 40,70	R\$ 40,70
5.61	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CHAPA DE MDF FREIJO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	fl			200	0,00	R\$ -	R\$ -
5.62	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CHAPA DE MDF FREIJO LISO 2 FACES, E = 18 MM, DE *2,75 X 1,85* M	fl			200	0,00	R\$ -	R\$ -
5.63	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CHAPA DE MDF PRETO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	fl			200	0,00	R\$ -	R\$ -
5.64	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CHAPA DE MDF FREIJO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	fl			200	0,00	R\$ -	R\$ -
5.65	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		CHAPA DE MDF PRETO LISO 2 FACES, E = 18 MM, DE *2,75 X 1,85* M	fl			200	0,00	R\$ -	R\$ -
5	PERSIANAS										
6.1	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		Carrinho Girica 92L	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.2	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CARRINHOS P/ TRILHOS DE PERSIANAS VERTICAL.	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.3	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORDA TRANCADA POLIPROPILENO - 1,5MM - BRANCA, BOBINA DE 1KG CORDA	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.4	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORDAO PARA PERSIANA, CORDA TRANCADA 100% EM POLIPROPILENO, 2,0MM. ROLO 500M	ROLO			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.5	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORDAO PARA PERSIANA, CORDA TRANCADA 100% EM POLIPROPILENO, 2,5MM. ROLO 500M	ROLO			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.6	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORRENTE CBOLA BRANCA EM PVC PARA COMANDO	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.7	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORRENTE CLIPE OU CORRENTE COM GARRA	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.8	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		CORRENTE COMANDO PERSIANA, COMANDO CORDAO, COPAENTE	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.9	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		EIXO EM ALUMINIO	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.10	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		GARRAS FIXADORAS	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.11	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		PENDULOS	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.12	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		PESO OU ENVELOPE 50 MM	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.13	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		PESO PARA PERSIANA	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.14	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		SUPORTE PERSIANA VERTICAL	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
6.15	PERSIANAS	PESQUISA PREÇOS		TRANSPASSORES	UN			50	0,00	R\$ -	R\$ -
7	VIDRAÇARIA										
7.1	VIDRAÇARIA	SINAPI	10498	MASSA PARA VIDRO	KG	R\$	5,78	71	1,02	R\$ 6,80	R\$ 485,36
7.2	VIDRAÇARIA	SINAPI	10492	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M2	R\$	90,93	12	16,11	R\$ 107,04	R\$ 1.250,35
7.3	VIDRAÇARIA	SINAPI	10505	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2	R\$	128,95	1	22,85	R\$ 151,80	R\$ 151,80
7.4	VIDRAÇARIA	SINAPI	10501	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2	R\$	155,61	1	27,57	R\$ 183,18	R\$ 183,18
7.5	VIDRAÇARIA	SINAPI	34386	VIDRO LISO INCOLOR 10 MM - SEM COLOCACAO	M2	R\$	227,33	56	40,28	R\$ 267,61	R\$ 14.952,71
7.6	VIDRAÇARIA	SINAPI	34385	VIDRO LISO INCOLOR 8MM - SEM COLOCACAO	M2	R\$	187,92	11	33,30	R\$ 221,22	R\$ 2.364,22
7.7	VIDRAÇARIA	SINAPI	10499	VIDRO MARTELADO OU CANELADO, 4 MM - SEM COLOCACAO	M2	R\$	75,77	1	13,43	R\$ 89,20	R\$ 89,20
7.8	VIDRAÇARIA	SINAPI	10502	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2	R\$	275,43	1	48,81	R\$ 324,24	R\$ 361,85
7.9	VIDRAÇARIA	SINAPI	3104	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	R\$	131,37	56	23,28	R\$ 154,65	R\$ 8.610,84
7.10	VIDRAÇARIA	SINAPI	11186	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M2	R\$	260,67	19	46,19	R\$ 306,86	R\$ 5.690,67
7.11	VIDRAÇARIA	SINAPI	10491	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	M2	R\$	128,82	115	22,83	R\$ 151,65	R\$ 17.485,37
7.12	VIDRAÇARIA	SINAPI	10507	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2	R\$	218,54	1	38,73	R\$ 257,27	R\$ 300,07
7.13	VIDRAÇARIA	SINAPI	10506	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	M2	R\$	168,34	12	29,83	R\$ 198,17	R\$ 2.455,56
7.14	VIDRAÇARIA	PESQUISA PREÇOS		PELICULA PRATEADA 5%	M2			1200	0,00	R\$ -	R\$ -
	INCÊNDIO										
8.1	INCÊNDIO	SINAPI	40607	CANOPLA ACABAMENTO CROMADO PARA INSTALACAO DE SPRINKLER, SOB FORRO, 15 MM	UN	R\$	5,72	1	1,01	R\$ 6,73	R\$ 6,73
8.2	INCÊNDIO	SINAPI	21032	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 30 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	R\$	491,58	1	87,11	R\$ 578,69	R\$ 578,69
				SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS						de	de



8.3	INCÊNDIO	SINAPI	21040	CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO NATURAL, 1/2" - 15 MM	UN	R\$ 35,00	1	6,20	R\$ 41,20	R\$ 41,20
8.4	INCÊNDIO	SINAPI	21043	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 79 GRAUS CELSIUS (BULBO AMARELO), ACABAMENTO NATURAL, 3/4" - 20 MM	UN	R\$ 51,34	1	9,10	R\$ 60,44	R\$ 60,44
8.5	INCÊNDIO	SINAPI	37539	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI- CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	R\$ 20,00	2	3,54	R\$ 23,54	R\$ 47,09
9	GRUPO GERADOR motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel									
9.1	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Aditivo para água do radiador (grupo motor-gerador) - 1L (motor Diesel)	lt		36	0,00	R\$ -	R\$ -
9.2	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Alternador para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.3	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V – 150AH (GERADOR) MODELO DF 2500	un		6	0,00	R\$ -	R\$ -
9.4	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Correiras para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	un		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.5	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Filtro de ar para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	un		4	0,00	R\$ -	R\$ -
9.6	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Filtro de diesel para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	un		4	0,00	R\$ -	R\$ -
9.7	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Filtro de óleo para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	un		4	0,00	R\$ -	R\$ -
9.8	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Motor de arranque para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.9	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Retentor de bomba água para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	CJ		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.10	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Sensor de pressão do óleo para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.11	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		Sensor de temperatura para o (motor: MWM / modelo: tbd 232 V12 / Diesel)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.12	GRUPO GERADOR	SINAPI	4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L	R\$ 6,36	408	1,13	R\$ 7,49	R\$ 3.054,69
TOTAL ESTIMADO ANUAL										R\$ 1.934.502,93



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979079 e o código CRC 7E0B5AD6.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-C

PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS)

ITEM	GRUPO	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (28,35%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
10.1	CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	SINAPI	73311	GRUPO GERADOR ESTACIONÁRIO, MOTOR DIESEL POTÊNCIA 170 KVA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_02/2016	H	R\$ 189,33	100	R\$ 53,68	R\$ 243,01	R\$ 24.300,51
11.1	DRENAGEM/OBRAS DE CONTENCAO/POCOS DE VISITA E CAIXAS	SINAPI	94276	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P	M	R\$ 54,20	70	R\$ 15,37	R\$ 69,57	R\$ 4.869,60
11.2	DRENAGEM/OBRAS DE CONTENCAO/POCOS DE VISITA E CAIXAS	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016_P	M	R\$ 50,31	70	R\$ 14,26	R\$ 64,57	R\$ 4.520,10
12.1	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3	R\$ 448,86	417	R\$ 127,25	R\$ 576,11	R\$ 240.238,62
12.2	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	90285	GRAUTE FGK=30 MPA; TRAÇO 1:0,9:1,2:0,6 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA GROSSA/ BRITA 0/ ADITIVO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	M3	R\$ 675,32	10	R\$ 191,45	R\$ 866,77	R\$ 8.667,73
12.3	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	98749	SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=5/16". AF_06/2018	M	R\$ 72,49	123	R\$ 20,55	R\$ 93,04	R\$ 11.444,03
12.4	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	98576	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA ADERIDA	M	R\$ 19,47	180	R\$ 5,52	R\$ 24,99	R\$ 4.498,15

				COM MAÇARICO. AF_06/2018						
13.1	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98556	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 4 DEMÃOS, REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	M2	R\$ 49,22	80	R\$ 13,95	R\$ 63,17	R\$ 5.053,91
13.2	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018	M2	R\$ 35,59	80	R\$ 10,09	R\$ 45,68	R\$ 3.654,38
13.3	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98547	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_06/2018	M2	R\$ 174,75	2302	R\$ 49,54	R\$ 224,29	R\$ 516.319,32
13.4	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98547	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_06/2018	M2	R\$ 174,75	80	R\$ 49,54	R\$ 224,29	R\$ 17.943,33
13.5	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98546	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018	M2	R\$ 93,54	80	R\$ 26,52	R\$ 120,06	R\$ 9.604,69
13.6	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98553	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018	M2	R\$ 144,25	209	R\$ 40,89	R\$ 185,14	R\$ 38.695,28
13.7	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98565	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	M2	R\$ 47,34	120	R\$ 13,42	R\$ 60,76	R\$ 7.291,31
13.8	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98566	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	M2	R\$ 60,77	120	R\$ 17,23	R\$ 78,00	R\$ 9.359,80
13.9	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98570	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=5CM. AF_06/2018	M2	R\$ 88,95	1754	R\$ 25,22	R\$ 114,17	R\$ 200.249,49
13.10	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADO COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	UN	R\$ 7,56	180	R\$ 2,14	R\$ 9,70	R\$ 1.746,59
14.1	INSTALACOES ELETRICAS	PESQUISA PREÇOS		Conserto de conjunto moto bomba 1/2 CV a 3CV (água/esgoto/águas pluviais/incêndio)	VB		8	R\$ -	R\$ -	R\$ -

14.2	INSTALACOES ELETRICAS	PESQUISA PREÇOS		Equipamento de elevação para manutenção em postes de iluminação Descrição: carga: 300/450kg - altura: 15m	H		3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14.3	INSTALACOES ELETRICAS	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de instalação elétrica para informática (por ponto)  Descrição: Teste de tensão com equipamento de qualidade multímetro	UN		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15.1	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	PESQUISA PREÇOS		Esgotamento de caixa de <u>esgoto</u> por caminhão limpa fossa, inclusive limpeza e desentupimento por hidrojateamento  Descrição: retirar os dejetos de dentro da fossa para evitar que o seu funcionamento seja interrompido. Esse serviço evita o transbordamento, acúmulo e entupimento, que causam mau cheiro e incômodo à sua família e aos vizinhos, além de trazer riscos à saúde e contaminação do solo. hidrojateamento trata-se de um procedimento, onde o jato de água é aplicado com alta pressão atingindo uma certa superfície.	VB		3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15.2	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	PESQUISA PREÇOS		Esgotamento de caixa de <u>gordura</u> por caminhão limpa fossa, inclusive limpeza e desentupimento por hidrojateamento  Descrição: retirar os dejetos de dentro da fossa para evitar que o seu funcionamento seja interrompido. Esse serviço evita o transbordamento, acúmulo e entupimento, que causam mau cheiro e incômodo à sua família e aos vizinhos, além de trazer riscos à saúde e contaminação do solo. hidrojateamento trata-se de um procedimento, onde o jato de água é aplicado com alta pressão atingindo uma certa superfície.	VB		3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15.3	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90441	FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM.	UN	R\$ 117,26	20	R\$ 33,24	R\$ 150,50	R\$ 3.010,06

				AF_05/2015						
15.4	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	PESQUISA PREÇOS		IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES E PISOS COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM.	M²		96	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15.5	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	PESQUISA PREÇOS		IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATORIO DE AGUA COM MANTA LIQUIDA E TELA DE POLIESTER	M²		96	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15.6	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	R\$ 6,13	6	R\$ 1,74	R\$ 7,87	R\$ 47,21
15.7	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	91222	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M	R\$ 13,28	1	R\$ 3,76	R\$ 17,04	R\$ 17,04
15.8	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90443	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	R\$ 12,34	8	R\$ 3,50	R\$ 15,84	R\$ 126,71
15.9	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90445	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M	R\$ 26,26	34	R\$ 7,44	R\$ 33,70	R\$ 1.145,96
15.10	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90444	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M	R\$ 24,60	2	R\$ 6,97	R\$ 31,57	R\$ 63,15
16.1	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	103329	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	R\$ 85,53	5	R\$ 24,25	R\$ 109,78	R\$ 548,89
16.2	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	103327	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	R\$ 91,51	7	R\$ 25,94	R\$ 117,45	R\$ 822,17
16.3	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	103322	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	R\$ 55,51	19	R\$ 15,74	R\$ 71,25	R\$ 1.353,69
				ALVENARIA DE						

16.4	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	101159	VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS MACIÇOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M2	R\$ 131,45	2	R\$ 37,27	R\$ 168,72	R\$ 337,43
16.5	PAREDES/PAINEIS	SBC	022748	DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS	M2	R\$ 34,38	900	R\$ 9,75	R\$ 44,13	R\$ 39.714,06
16.6	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	102253	DIVISÓRIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	M2	R\$ 653,70	31	R\$ 185,32	R\$ 839,02	R\$ 26.009,74
16.7	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	96373	INSTALAÇÃO DE REFORÇO METÁLICO EM PAREDE DRYWALL. AF_06/2017	M	R\$ 12,27	80	R\$ 3,48	R\$ 15,75	R\$ 1.259,88
16.8	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	96367	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS. AF_06/2017_P	M2	R\$ 141,79	1030	R\$ 40,20	R\$ 181,99	R\$ 187.447,09
16.9	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	96359	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS AF_06/2017_P	M2	R\$ 96,17	220	R\$ 27,26	R\$ 123,43	R\$ 27.155,52
17.1	PINTURAS	SINAPI	88497	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 16,33	800	R\$ 4,63	R\$ 20,96	R\$ 16.767,64
17.2	PINTURAS	SINAPI	88496	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 28,23	4428	R\$ 8,00	R\$ 36,23	R\$ 160.440,63
17.3	PINTURAS	SINAPI	88496	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 28,23	500	R\$ 8,00	R\$ 36,23	R\$ 18.116,60
17.4	PINTURAS	SINAPI	96134	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES INTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	M2	R\$ 41,39	1472	R\$ 11,73	R\$ 53,12	R\$ 78.198,62
17.5	PINTURAS	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 14,06	6239	R\$ 3,99	R\$ 18,05	R\$ 112.589,06
17.6	PINTURAS	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 14,06	180	R\$ 3,99	R\$ 18,05	R\$ 3.248,28
17.7	PINTURAS	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2	R\$ 15,92	180	R\$ 4,51	R\$ 20,43	R\$ 3.678,00

17.8	PINTURAS	SINAPI	88428	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS CORES. AF_06/2014	M2	R\$ 27,54	844	R\$ 7,81	R\$ 35,35	R\$ 29.833,37
17.9	PINTURAS	SINAPI	95622	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	M2	R\$ 14,29	200	R\$ 4,05	R\$ 18,34	R\$ 3.668,24
17.10	PINTURAS	SINAPI	95626	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	M2	R\$ 15,37	2557	R\$ 4,36	R\$ 19,73	R\$ 50.442,95
17.11	PINTURAS	SINAPI	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	R\$ 10,00	120	R\$ 2,84	R\$ 12,84	R\$ 1.540,20
17.12	PINTURAS	SINAPI	100724	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	R\$ 13,09	120	R\$ 3,71	R\$ 16,80	R\$ 2.016,12
17.13	PINTURAS	SINAPI	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	R\$ 25,26	4260	R\$ 7,16	R\$ 32,42	R\$ 138.114,35
17.14	PINTURAS	SINAPI	100752	PINTURA COM TINTA EPOXÍDICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M2	R\$ 44,18	180	R\$ 12,53	R\$ 56,71	R\$ 10.206,91
17.15	PINTURAS	SINAPI	102229	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	R\$ 23,28	180	R\$ 6,60	R\$ 29,88	R\$ 5.378,38
17.16	PINTURAS	SINAPI	102223	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	R\$ 28,07	1	R\$ 7,96	R\$ 36,03	R\$ 36,03
18.1	PISOS	SINAPI	87704	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA, PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO	M2	R\$ 104,82	404	R\$ 29,72	R\$ 134,54	R\$ 54.352,73

				REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021						
18.2	PISOS	SINAPI	87747	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	M2	R\$ 51,97	120	R\$ 14,73	R\$ 66,70	R\$ 8.004,42
18.3	PISOS	SINAPI	87680	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2	R\$ 39,43	180	R\$ 11,18	R\$ 50,61	R\$ 9.109,51
18.4	PISOS	SINAPI	94996	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2	R\$ 133,90	450	R\$ 37,96	R\$ 171,86	R\$ 77.337,29
18.5	PISOS	PESQUISA PREÇOS		Instalação de capachos com estrutura de base e trama em composto único de Vinila de PVC fundido com 10mm - cores diversas	M²		210	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18.6	PISOS	SINAPI	98682	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO RÚSTICO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	R\$ 40,86	100	R\$ 11,58	R\$ 52,44	R\$ 5.244,38
18.7	PISOS	SINAPI	98678	PISO ELEVADO COM ESTRUTURA EM AÇO, COMPOSTO POR PEDESTAIS E LONGARINAS. AF_09/2020	M2	R\$ 453,85	8	R\$ 128,67	R\$ 582,52	R\$ 4.660,13
18.8	PISOS	SINAPI	98671	PISO EM GRANITO APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M2	R\$ 328,37	80	R\$ 93,09	R\$ 421,46	R\$ 33.717,03
18.9	PISOS	SINAPI	101090	PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020	M2	R\$ 196,87	80	R\$ 55,81	R\$ 252,68	R\$ 20.214,61
18.10	PISOS	SINAPI	101729	PISO EM TACO DE MADEIRA 7X42CM, FIXADO COM COLA BASE DE PVA. AF_09/2020	M2	R\$ 207,97	50	R\$ 58,96	R\$ 266,93	R\$ 13.346,47
18.11	PISOS	SINAPI	101745	PISO TÊXTIL (CARPETE) EM MANTA (ROLO) E = 9 A 10 MM. AF_09/2020	M2	R\$ 145,30	283	R\$ 41,19	R\$ 186,49	R\$ 52.777,39
				PISO VINÍLICO SEMI-						



18.12	PISOS	SINAPI	101727	FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	M2	R\$ 179,27	2036	R\$ 50,82	R\$ 230,09	R\$ 468.469,44
18.13	PISOS	SINAPI	101727	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	M2	R\$ 179,27	500	R\$ 50,82	R\$ 230,09	R\$ 115.046,52
18.14	PISOS	SINAPI	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	M2	R\$ 117,24	120	R\$ 33,24	R\$ 150,48	R\$ 18.057,30
18.15	PISOS	SINAPI	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_06/2014	M2	R\$ 140,07	129	R\$ 39,71	R\$ 179,78	R\$ 23.191,60
18.16	PISOS	SINAPI	98685	RODAPÉ EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	M	R\$ 60,36	80	R\$ 17,11	R\$ 77,47	R\$ 6.197,76
19.1	REDE LÓGICA	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de cabo de fibra ótica (por ponto)	UN		12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19.2	REDE LÓGICA	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de cabo de telefonia (por ponto)	UN		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19.3	REDE LÓGICA	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de cabo UTP cat. 5e (por ponto)	UN		60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19.4	REDE LÓGICA	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de cabo UTP cat. 6 (por ponto)	UN		60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19.5	REDE LÓGICA	PESQUISA PREÇOS		Teste e certificação de malha de aterramento	UN		3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
20.1	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	99054	ACABAMENTOS PARA FORRO (SANCA DE GESSO MONTADA NA OBRA). AF_05/2017_P	M2	R\$ 49,60	120	R\$ 14,06	R\$ 63,66	R\$ 7.639,39
20.2	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2	R\$ 3,94	15	R\$ 1,12	R\$ 5,06	R\$ 75,85
20.3	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87872	CHAPISCO APLICADO SOMENTE EM ESTRUTURAS DE CONCRETO EM ALVENARIAS INTERNAS, COM DESEMPENADEIRA DENTADA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300 KG. AF_06/2014	M2	R\$ 10,56	76	R\$ 2,99	R\$ 13,55	R\$ 1.030,09
20.4	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE	SINAPI	87778	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO E APLICAÇÃO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO	M2	R\$ 67,00	26	R\$ 10,02	R\$ 86,10	R\$ 2.228,52

	SUPERFÍCIES			DE 1,5 M3/H DE ARGAMASSA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014		07,00		19,02	00,10	2.230,33
20.5	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87820	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO E APLICAÇÃO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA, ESPESSURA 45 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA. AF_06/2014	M2	R\$ 123,57	98	R\$ 35,03	R\$ 158,60	R\$ 15.543,01
20.6	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	R\$ 67,91	2516	R\$ 19,25	R\$ 87,16	R\$ 219.300,81
20.7	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	R\$ 67,91	800	R\$ 19,25	R\$ 87,16	R\$ 69.729,99
20.8	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	96116	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2	R\$ 71,00	120	R\$ 20,13	R\$ 91,13	R\$ 10.935,42
20.9	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87547	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	R\$ 22,94	120	R\$ 6,50	R\$ 29,44	R\$ 3.533,22
20.10	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	R\$ 52,27	180	R\$ 14,82	R\$ 67,09	R\$ 12.075,94
20.11	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87271	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2	R\$ 63,15	288	R\$ 17,90	R\$ 81,05	R\$ 23.343,27
21.1	SERVICOS DIVERSOS	SINAPI	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	M	R\$ 15,99	139	R\$ 4,53	R\$ 20,52	R\$ 2.852,72

22.1	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 48,99	32	R\$ 13,89	R\$ 62,88	R\$ 2.012,12
22.2	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97624	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 92,12	115	R\$ 26,12	R\$ 118,24	R\$ 13.597,14
22.3	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 48,71	66	R\$ 13,81	R\$ 62,52	R\$ 4.126,27
22.4	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 48,71	150	R\$ 13,81	R\$ 62,52	R\$ 9.377,89
22.5	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	R\$ 2,89	180	R\$ 0,82	R\$ 3,71	R\$ 667,68
22.6	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97629	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 110,42	1847	R\$ 31,30	R\$ 141,72	R\$ 261.764,36
22.7	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97626	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 528,56	10	R\$ 149,85	R\$ 678,41	R\$ 6.784,07
22.8	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97627	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	R\$ 253,75	10	R\$ 71,94	R\$ 325,69	R\$ 3.256,88
22.9	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	R\$ 10,73	868	R\$ 3,04	R\$ 13,77	R\$ 11.954,06
22.10	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	R\$ 10,73	250	R\$ 3,04	R\$ 13,77	R\$ 3.442,99
22.11	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	R\$ 4,38	800	R\$ 1,24	R\$ 5,62	R\$ 4.497,38
22.12	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	R\$ 1,43	800	R\$ 0,41	R\$ 1,84	R\$ 1.468,32
				CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM						

23.1	TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	SINAPI	100983	CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	R\$ 7,98	848	R\$ 2,26	R\$ 10,24	R\$ 8.685,50
<b>TOTAL ANUAL ESTIMADO PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS)</b>										<b>R\$ 3.641.450,34</b>



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979094 e o código CRC A8B25B2A.



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

## ANEXO VIII-D

## PLANILHA DE CUSTOS DA EQUIPE EVENTUAL

ITEM	PROFISSIONAIS EVENTUAIS	CBO	Unidade	SINAPI	VALOR UNIT. (SINAPI)	BDI (28,35%)	VALOR UNIT. COM BDI	QTDE HORAS - ESTIMADO MENSAL	QTDE HORAS - ESTIMADO ANUAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
					A	B	C = A+B	D	E = D*12	F = C*D	G = C*E
1	Eletricista	9511-05	HORA	2436	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	113	1356	R\$ 2.593,23	R\$ 31.118,82
2	Engenheiro Sênior Especialista	2143	HORA	2708	R\$ 138,94	R\$ 39,39	R\$ 178,33	33	396	R\$ 5.884,87	R\$ 70.618,48
3	Encarregado Geral	7102-05	HORA	4083	R\$ 17,86	R\$ 5,06	R\$ 22,92	33	396	R\$ 756,47	R\$ 9.077,63
4	Mecânico de manutenção de máquinas, em geral (Manut. Grupo Gerado / nível médio)	9113-05	HORA	4058	R\$ 20,23	R\$ 5,74	R\$ 25,97	4	48	R\$ 103,86	R\$ 1.246,33
5	Vidraceiro	7163-05	HORA	10489	R\$ 16,07	R\$ 4,56	R\$ 20,63	55	660	R\$ 1.134,42	R\$ 13.613,06
6	Serralheiro	7244-40	HORA	6110	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	9	108	R\$ 206,54	R\$ 2.478,49
7	Técnico operador de mídia audiovisual	3731-05	HORA	2438	R\$ 23,19	R\$ 6,57	R\$ 29,76	13	156	R\$ 386,94	R\$ 4.643,24
8	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	HORA	2359	R\$ 30,34	R\$ 8,60	R\$ 38,94	88	1056	R\$ 3.426,84	R\$ 41.122,11
9	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	HORA	2359	R\$ 30,34	R\$ 8,60	R\$ 38,94	88	1056	R\$ 3.426,84	R\$ 41.122,11
10	Bombeiro Hidráulico	7241-10	HORA	2696	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	88	1056	R\$ 2.019,51	R\$ 24.234,12
11	Marceneiro (Artífice)	7711-05	HORA	12868	R\$ 16,55	R\$ 4,69	R\$ 21,24	88	1056	R\$ 1.869,29	R\$ 22.431,47
12	Pedreiro	7152-10	HORA	4750	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	88	1056	R\$ 2.019,51	R\$ 24.234,12
13	Ajudante de Manutenção Geral	7170	HORA	248	R\$ 14,37	R\$ 4,07	R\$ 18,44	88	1056	R\$ 1.623,06	R\$ 19.476,75
14	Pintor	7166	HORA	4783	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	88	1056	R\$ 2.019,51	R\$ 24.234,12
15	Pintor epoxi	7166	HORA	4785	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	88	1056	R\$ 2.019,51	R\$ 24.234,12
16	Gesseiro	7164-05	HORA	12872	R\$ 17,88	R\$ 5,07	R\$ 22,95	88	1056	R\$ 2.019,51	R\$ 24.234,12
TOTAL										R\$ 31.509,93	R\$ 378.119,10



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979165 e o código CRC 512517E3.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-E

SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE (A)	CUSTO MENSAL (B)	CUSTO BDI (17,72%) (C) = B x 0,1772	CUSTO MENSAL COM BDI (D) = B + C	CUSTO ANUAL (E) = A x D
Fornecimento e Manutenção do Software de Gerenciamento de Manutenção	mês	12	R\$	R\$		
TOTAL					R\$	R\$



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979224 e o código CRC 6578E50C.



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO IX

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo: XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

Pregão Eletrônico nº XX/2022.

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

(em papel personalizado da empresa)

Ao: Ministério da Cidadania

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para prestação de serviços contínuos de apoio e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, bem como para a realização de serviços sob demanda diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados no Edifício Bloco A localizado na Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906 - Brasília /DF, nas condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Declaramos que no preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

Os serviços terão início a partir da data estabelecida no contrato, e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a 60 dias).

Declaramos que manteremos, pelo prazo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, a partir da data do recebimento definitivo, a garantia, a assistência técnica, a manutenção e a reposição de peças necessárias, inclusive revestimentos, que apresentem problemas de fabricação e/ou execução. (Prazo não inferior a 12 meses).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes

Dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		Tel/Cel:
E-mail:		
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:		
Endereço:		Tel/Cel:
E-mail:		Cargo/Função:
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
NATURALIDADE:	NACIONALIDADE	

-----

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL EDIFÍCIO BLOCO "A"						
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	MÊS	12	R\$	R\$
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	MÊS	12	R\$	R\$
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$	R\$
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$	R\$
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$	R\$
TOTAL					R\$	R\$



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a),





em 21/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

---



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia**, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979288 e o código CRC F9FFBA09.

---

Referência: Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 12979288



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### ANEXO VIII-F

#### BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

##### 1. COMPOSIÇÃO DO BDI PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS);

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para materiais	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5,65%</b>
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA MATERIAIS	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
<b>BDI = <math>\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1</math></b>	<b>17,72%</b>

##### 2. COMPOSIÇÃO DO BDI PARA PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS);

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	

2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	
<b>Tributos para serviços</b>	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
<b>TOTAL</b>	<b>10,15%</b>
<b>MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS</b>	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	10,15%
<b>BDI = <math>\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1</math></b>	<b>28,35%</b>

### 3. COMPOSIÇÃO DO BDI PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS;

<b>DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO</b>	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) \} - 1$	
<b>Tributos para serviços</b>	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5,65%</b>
<b>MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS</b>	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45,%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%

DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
<b>BDI = { [ 1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) } -1</b>	<b>17,72%</b>



Documento assinado eletronicamente por **Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a)**, em 21/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979229 e o código CRC 4F810273.



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

**ANEXO X**

**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

**DADOS DO CONTRATO:**

<b>EMPRESA</b>	
<b>CONTRATO Nº</b>	XX/2022
<b>DATA DE ASSINATURA:</b>	XX/XX/2022
<b>DATA DE ENCERRAMENTO ÚLTIMO TA:</b>	XX/XX/XXXX.
<b>OBJETO DA CONTRATAÇÃO:</b>	

**DADOS DO SOLICITANTE:**

<b>NOME DO SOLICITANTE:</b>	
<b>ÓRGÃO/MINISTÉRIO DO SOLICITANTE:</b>	
<b>SETOR DO SOLICITANTE</b>	
<b>TELEFONE DO SOLICITANTE</b>	
<b>NOME FISCAL/GESTOR (responsável pela abertura da OS):</b>	
<b>TELEFONE FISCAL:</b>	
<b>DATA DA ABERTURA DA OS:</b>	

**DADOS DO CHAMADO:**

<b>ORDEM DE SERVIÇO</b>	<b>Nº: XXXX/ANO</b>
<b>TIPO DE SERVIÇO:</b>	
<b>LOCALIZAÇÃO:</b>	PAVIMENTOS, SALA, OUTROS..
<b>DATA DA ABERTURA DA OS:</b>	
<b>GRAU DE PRIORIDADE:</b>	1, 2, 3, 4 e 5.
<b>DATA DE EMISSÃO DO ORÇAMENTO:</b>	

DATA DA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO:	
DATA DA CONCLUSÃO DO SERVIÇO:	
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:	
OBSERVAÇÕES:	
ANEXO:	

**EXEMPLO NÃO EXAUSTIVO DE  
ORDEM DE SERVIÇO**

ORDEM DE SERVIÇO Nº XXX/ANO							
ITEM	TIPO MATERIAL/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNI	VALOR COM BDI	VALOR TOTAL
1	<b>MATERIAIS DE REPOSIÇÃO</b>						
1.131	CIVIL	Argamassa	m³	3	R\$	R\$	R\$
1.132	CIVIL	Bloco cerâmico	un	1.000	R\$	R\$	R\$
10	<b>SERVIÇO EVENTUAL</b>						
10.42	PISO	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACA	m²	60	R\$	R\$	R\$
10.115	PINTURA	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA	m²	83	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>							
Origem da demanda:							
Descrição do Problema:							
Descrição da Solução:							
Observações:							
Profissionais Envolvidos:							

Avaliação do Demandante:

Avaliação do Fiscal:

GRAU DE PRIORIDADE:

Prioridade 01

**PRAZOS PARA EXECUÇÃO:**

**PRIORIDADE 01:** ATENDIMENTO  
E SOLUÇÃO IMEDIATA;

**PRIORIDADE 02:** ATENDIMENTO EM ATÉ 1H E  
SOLUÇÃO EM ATÉ 24H;

**PRIORIDADE 03:** ATENDIMENTO  
EM ATÉ 2H E CONCLUSÃO EM  
ATÉ 3 DIAS;

**PRIORIDADE 04:** ATENDIMENTO  
EM ATÉ 3H E SOLUÇÃO EM ATÉ  
10 DIAS;

**PRIORIDADE 05:** ATENDIMENTO  
EM ATÉ 24H E SOLUÇÃO EM  
ATÉ 20 DIAS;

**PRIORIDADE 06:** ATENDIMENTO EM ATÉ 24H E  
SOLUÇÃO PROGRAMADA;

-----  
Assinatura do Fiscal



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Matos Maia**, **Coordenador(a) de Gestão Condominial**, em 21/09/2022, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979292 e o código CRC 35EDAD6C.

---

Referência: Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 12979292





MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
Divisão de Gestão Predial

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, de 25 DE Maio de 2017.

MAPA DE RISCOS Nº 87/2022.

PROCESSO Nº 71000.006750/2022-57

1. INTRODUÇÃO

1.1. O gerenciamento de riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

1.2. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

I - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

II - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis, por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

III - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

IV - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.3. O Gerenciamento de Riscos materializa-se no Mapa de Riscos que contempla as seguintes etapas do processo de contratação: Riscos comuns a todas as fases; Riscos referentes ao planejamento; Riscos referentes ao processo de seleção e Riscos referentes a execução contratual.

1.4. Para o Mapa de Riscos abaixo adotou-se como metodologia gradação em três níveis da probabilidade e do impacto das ocorrências: BAIXA, MÉDIA E ALTA.

2. MAPA DE RISCOS

2.1. RISCOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01: NÃO APROVAÇÃO DOS ARTEFATOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.			
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( ) MÉDIA	(X) BAIXA
IMPACTO:	(X) ALTA	( ) MÉDIA	( ) BAIXA
DANO			
1. Atraso no processo da contratação.			
Id.		Ação Preventiva	Responsável
1.		Comunicação prévia com autoridades superiores para conscientização e aprovação dos artefatos.	Equipe de Planejamento e COGEC
2.		Estabelecer procedimentos para que a Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA acompanhe a elaboração dos artefatos, evitando envios e devoluções no processo.	Equipe de Planejamento, COGEC e CGLA.
Id.		Ação de Contingência	Responsável
1.		Convocação de reunião extraordinária da equipe de planejamento para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo.	Equipe de Planejamento

RISCO 02: DEFINIÇÃO DE REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INSUFICIENTES.			
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	(X) MÉDIA	( ) BAIXA
IMPACTO:	( ) ALTA	(X) MÉDIA	( ) BAIXA
DANO			
1. Contratação de solução que não atende à necessidade			
Id.		Ação Preventiva	Responsável
1.		Servidor com experiência no assunto revisar todos artefatos do planejamento	Coordenação-Geral de Logística e Administração
Id.		Ação de Contingência	Responsável
1.		Aditivos de até 25% para suprir itens não previstos.	Coordenação-Geral de Logística e Administração

RISCO 03: PESQUISA DE PREÇOS COM VALORES MAIORES QUE O ATUAL CONTRATO			
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	(X) MÉDIA	( ) BAIXA
IMPACTO:	(X) ALTA	( ) MÉDIA	( ) BAIXA
DANO			
1. Impacto orçamentário			
Id.		Ação Preventiva	Responsável
1.		Ao finalizar a fase de pesquisa de preços comparar com o atual gasto com o atual contrato, se maior, reestruturar o objeto da contratação	Equipe de Planejamento e CGLA

Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Solicitar reforço orçamentário	Subsecretária de Assuntos Administrativos - SAA

<b>RISCO 04: PESQUISA DE PREÇOS COM VALORES MENORES QUE O ATUAL CONTRATO</b>		
PROBABILIDADE:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Execução ineficiente do serviço	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Ao finalizar a fase de pesquisa de preços comparar com o atual gasto com o atual contrato, se menor, realizar comparação dos serviços oferecidos na contratação	Equipe de Planejamento e CGLA
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aditivos de até 25% para suprir itens não previstos.	Subsecretária de Assuntos Administrativos - SAA

<b>RISCO 05: NÃO PARCELAR A SOLUÇÃO CUJO PARCELAMENTO SE DEMONSTRE VIÁVEL.</b>		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( ) MÉDIA ( X ) BAIXA
IMPACTO:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Diminuição da competição da licitação, aumentando os valores a serem contratados.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise criteriosa quando do parcelamento da solução	Equipe de Planejamento e CGLA
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Convocação de reunião extraordinária da equipe de planejamento Coordenação-Geral de Logística e Administração para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo a fase de seleção do fornecedor.	Coordenação-Geral de Logística e Administração

## 2.2. RISCOS NA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

<b>RISCO 01: DEMORA NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DEVIDO PROCEDIMENTO LEGAIS.</b>		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Ausência de recursos orçamentários no corrente ano.	
2.	Possibilidade de perda do recurso orçamentário.	
3.	Ficar desprovido de contrato de manutenção de ar condicionado, essencial para o funcionamento dos mesmos.	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Atenção aos prazos legais.	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato
2.	Planejamento de todas as ações prioritárias a serem executadas	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Remanejamento de Recursos	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato
2.	Convocação de reunião extraordinária da equipe de processos para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo.	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato

<b>RISCO 02: REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO RESTRITIVOS</b>		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Ausência de licitantes	
2.	Perda do processo licitatório	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise detalhada dos resultados da pesquisa de mercado	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Republicação do edital com adaptações	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato

<b>RISCO 03: FALTA DE CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS SISTÊMICOS DE SELEÇÃO</b>		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( ) MÉDIA ( X ) BAIXA
IMPACTO:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Ineficiência na seleção do fornecedor	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Padronizar procedimentos previstos na legislação, com listas de verificação	Coordenação-Geral de Licitações e Contrato
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.		

### 2.3. RISCOS NA GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 01: DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS PELO CONTRATADO		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( ) MÉDIA ( X ) BAIXA
IMPACTO:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Execução inadequada do contrato	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Atenção e acompanhamento da execução	Fiscal do Contrato
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar sanções previstas no contrato	Fiscal do Contrato

RISCO 02: DESCUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Atraso na conclusão do serviço	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Monitorar execução do serviço, oficializando quanto o prazo contratual	Fiscal do Contrato
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar sanções previstas no contrato	Fiscal do Contrato

RISCO 03: FALTA DE CONHECIMENTO OU COMPETÊNCIA TÉCNICA DO FISCAL DO CONTRATO		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Serviço entregue fora dos requisitos do Edital	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Nomear fiscal integrante do processo de planejamento	Coordenação-Geral de Logística e Administração
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Nomear outro fiscal capacitado	Coordenação-Geral de Logística e Administração

RISCO 03: DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS		
PROBABILIDADE:	( ) ALTA	( X ) MÉDIA ( ) BAIXA
IMPACTO:	( X ) ALTA	( ) MÉDIA ( ) BAIXA
Id	DANO	
1.	Possível ingresso com ações trabalhistas	
Id.	Ação Preventiva	Responsável
1.	Fiscalização atuante na execução contratual	Coordenação-Geral de Logística e Administração
Id.	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação das penalidades previstas em lei	Coordenação-Geral de Logística e Administração

### 3. CONCLUSÃO

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 20 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, emitida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente documento segue aprovado e assinado pelos integrantes da área requisitante.

#### 1. MEMBROS DA ÁREA REQUISITANTE

Integrante Setor Requisitante	Integrante Setor Requisitante
Márcio Matos Maia Matrícula/SIAPE: 1595988	Pricila Chaves Mello Matrícula/SIAPE: 1778571



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República..



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República..





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12979304 e o código CRC A618CAD0.

---

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.006750/2022-57

SEI nº 12979304



MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
DIVISÃO DE GESTÃO PREDIAL

ESTUDO PRELIMINAR - IN° 40/2020

Processo N° 71000.006750/2022-57

Interessado: Coordenação de Gestão Condominial - COGEC

Portaria de Designação da Equipe N° 355 de 31 de Maio de 2022 (SEI N° 12434434)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. O Ministério da Cidadania - MC mantém o Contrato Administrativo n° 51/2017, desde 01/12/2017, relativo "Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos do edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios em Brasília – DF, com fornecimento de mão de obra, materiais e serviços eventuais, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas", com vigência final até 01/12/2022, porém de acordo com inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93: "à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração é limitada a sessenta meses".

1.1.2. A prestação de serviços de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos do edifício, de forma continuada, justifica-se pela necessidade de manutenção dos sistemas que compõem a edificação, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica, as estruturas físicas como pisos, paredes, tetos, vidros, esquadrias, entre outros. Com objetivo de manter suas características originais e em pleno funcionamento, imprescindíveis e essenciais para que ocorra a atividade laboral na edificação, garantindo aos servidores, colaboradores e visitantes um ambiente habitável e seguro, indispensáveis para execução das tarefas e bom ambiente de trabalho, gerando motivação e à saúde, evitando transtornos à administração e assegurando a continuidade no desenvolvimento das ações do governo federal.

1.1.3. O Ministério da Cidadania - MC não dispõe de recursos humanos para o atendimento dos serviços listados no item anterior, visto que essas funções foram extintas pela Lei n° 9.632, de 7 de maio de 1998, e, para atendimento da demanda, torna-se necessária a terceirização dos serviços executados por diversas categorias profissionais, a saber: eletricitistas, bombeiros hidráulicos, pintores, pedreiros entre outras. Dessa forma o fornecimento de mão de obra, e todos os materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços torna-se necessário por meio de terceirização.

1.1.4. A presente contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Ministério da Cidadania -MC, contratação essa autorizada pelo Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não incidindo em umas das hipóteses vedadas pelo art. 9° da Instrução Normativa n° 5, de 25 de maio de 2017 da Secretaria De Gestão Do Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG.

1.1.5. A contratação no atual cenário constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público.

1.1.6. A pretensa contratação de uma empresa de manutenção voltada diretamente ao atendimento das demandas do edifício, justifica-se, também, pelo fato do edifício ter áreas e pavimentos ocupados, parcialmente ou integralmente, por outros ministérios e secretarias do Governo Federal (por exemplo, Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI), além do próprio Ministério da Cidadania - MC. Destarte que o prédio conta com setor administrativo responsável por gerir o Condomínio do edifício, onde as despesas de manutenção, inclusive as de caráter predial, são custeadas por todos os órgãos que ocupam áreas no edifício por meio de rateio, proporcional a área ocupada por cada um deles e pelo MC. Assim, um contrato de manutenção que atenda preferencialmente ao Bloco "A" permitirá, além do pronto atendimento às demandas locais, uma melhor gestão e controle do Condomínio do local sobre os materiais e serviços demandados pelo MC e pelos demais órgãos que ocupam o edifício. Compete esclarecer que o Ministério da

Cidadania - MC é o órgão administrador em cumprindo ao disposto no Termo de Acordo 01/2018 que define na Cláusula Segunda que "A gestão e administração do Bloco "A" será de responsabilidade do órgão que obtiver maior fração ideal no solo, salvo disposição diversa definida e aprovada em assembleia com quórum absoluto." (SEI N° 1622859).

1.1.7. Desta forma, considerando a impossibilidade na renovação do atual contrato, como a importância dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o edifício Bloco A, e a legalidade da contratação, torna-se imprescindível nova contratação, para que tais serviços continuem sendo operados e atingem satisfatoriamente os usuários que o utilizam a edificação.

## **2. ÁREA REQUISITANTE**

2.1. A unidade requisitante desse serviço é a Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA, que tem como responsável o senhor Pedro Henrique de Oliveira Ramiro.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos conforme deverá ser disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor deverão ser previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

### **3.3.1. Para atendimento da capacidade técnico-operacional:**

3.3.1.1. Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente, compatível com a execução dos serviços de manutenção predial especificados no objeto (CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)), em plena validade.

3.3.1.2. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que atenda aos seguintes requisitos:

1. Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo.

2. Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços objeto deste Estudo, com fornecimento de todo o material de reposição.

3. Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1000 KW em edificações com somatório de área construída de 13.900 m²;

b) Manutenção em instalações hidrossanitárias prediais composta de recalque automático e pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;

c) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias dotadas de caixas d'água com somatório da capacidade instalada de 30.000 L em edificações com somatório da área construída de 13.900 m²;

d) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 800 KVA;

e) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 pontos estabilizados e aterrados em edificações com somatório de área construída de 13.900 m²;

f) Manutenção de rede lógica de cabeamento estruturado categoria 5E e 6 (dados, voz e imagem), com no mínimo 1.000 pontos;

g) Manutenção do sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída de 13.900 m²;

h) Impermeabilização com manta asfáltica 4mm, com 750m² de área mínima executada.

i) Tratamento de junta de dilatação estrutural com manta asfáltica, com 120m lineares mínimos executados;

j) Execução de 750 m² de piso epóxi;

k) Execução de redes elétricas estabilizadas e aterradas, com no mínimo 700 pontos, incluindo instalação de estabilizadores, no-breaks, grupos geradores, quadros elétricos e malha de aterramento exclusiva;

l) Implantação de redes lógicas com no mínimo 1.000 pontos estruturados e 500 m de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com somatório da área construída de 13.900 m²;

m) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída de 13.900 m²;

n) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 13.900 m²;

o) Análise termográfica das instalações elétricas em edificações com capacidade instalada de 1.000 KVA em edificações com área construída de 13.900 m²;

I- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

### 3.3.1.3.

3.3.1.4. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

a) Serão aceitos para fins de comprovação de experiência mínima os Atestados de Capacidade Técnica Operacional exigidos no subitem 3.3.1.2 e/ou cópia de contratos firmados.

b) É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins de comprovação de que trata o item 3.3.1.2 subitem, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos;

3.3.1.5. Comprovação que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 23 postos de trabalho, em conformidade com a IN 05/2017.

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.4. Declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato.

3.5. Declaração da Licitante de que apresentará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data do início da vigência do contrato ou sempre que houver alteração, a documentação comprobatória da especialização e formação técnica da equipe, conforme deverá ser discriminado em Anexo.

3.6. Para atendimento à capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou ficho Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

3.6.1. Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão, incluindo rede aterrada e estabilizada;

3.6.2. Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais;

3.6.3. Manutenção preventiva, corretiva, remanejamento e instalação de Rede de Cabeamento Estruturado de Transmissão de Dados;

3.6.4. Manutenção de grupo gerador diesel, automático, microprocessado, de energia elétrica de emergência;

3.6.5. Manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio,

extintores portáteis e redes de hidrantes, iluminação de emergência, sprinklers, portas corta fogo, execução de testes hidrostáticos nas mangueiras e extintores, SPDA (sistema de proteção contra descargas atmosféricas) e sistema de pressurização de escada de emergência;

3.6.6. Manutenção de equipamentos de fornecimento ininterrupto de energia contendo estabilizadores eletrônicos de tensão trifásica e no-break's (UPS).

3.6.7. Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede);

3.6.8. Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria;

3.6.9. A ART utilizada para comprovar a execução dos serviços, constante da CAT apresentada, deverá corresponder a um período mínimo de 01 (um) ano de prestação de serviço, em conformidade com a IN 05/2017.

3.6.10. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá ser constituída pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

3.8. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do Contrato.

3.9. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.10. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.11. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às respectivas categorias de ocupação, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e deverá possuir em seus quadros profissionais capacitados na execução do objeto a fim de que os serviços sejam realizados de acordo com os padrões e as características a serem descritas no Termo de Referência, executando as tarefas no tempo exigido;

3.12. Quanto aos valores remuneratórios para composição das planilhas de custo, deve-se observar os valores convencionados nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de acordo com cada categoria;

3.13. A empresa Contratada deve atender a todos os requisitos e cláusulas estabelecidos em contrato, mantendo o número de funcionários durante os serviços, os horários destinados à execução de suas atividades, permitindo, desta forma, que toda a atividade da Contratante possa fluir naturalmente, sem qualquer impedimento ou descontinuidade, nem necessidade do órgão administrador do Edifício Bloco "A" realizar quaisquer contratações adicionais;

3.14. A Contratada poderá fixar turnos para a entrada e saída dos empregados, respeitando sempre o horário de almoço e a carga horária máxima definida na respectiva CCT, além das regras de credenciamento para a entrada dos empregados prestadores de serviços nas dependências do Edifício Bloco "A";

3.15. A Contratada deverá prezar pela qualidade na prestação dos serviços;

3.16. Os serviços serão prestados nas dependências do Edifício Bloco "A", excepcionalmente, poderão ser alocados, total ou parcialmente, para outros locais em Brasília, caso haja alteração de endereços ou criação, extinção e/ou fusão de órgãos no âmbito do Ministério da Cidadania - MC, em Brasília - DF;

3.17. Contratada deverá apresentar as seguintes informações de seus empregados para cadastramento pela Administração do Edifício, na data da assinatura do contrato: Nome completo; Número da Carteira de Identidade/RG e CPF; Endereço; Telefone residencial e celular; Dados relacionados à sua qualificação profissional;

3.17.1. As eventuais substituições por motivos de férias, licenças médicas ou qualquer outro tipo de falta, admitindo-se alteração no referido quadro, desde que submetida para credenciamento em tempo hábil;

3.18. Somente será permitida a execução dos serviços pelos empregados da Contratada constantes na relação de autorização, devidamente uniformizados e portando o crachá e os equipamentos de proteção individuais necessários;

3.19. Após o registro dos empregados da Contratada pela Administração do Edifício, deverão ser encaminhadas as cópias de suas carteiras de trabalho comprovando o vínculo empregatício com a Contratada;

3.20. Quando da compra dos materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços, a Contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Termo de Referência;

3.21. A Contratada deverá observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria



profissional;

3.22. A Contratada apresentará, quando solicitada, os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários;

3.23. A Contratada não permitirá a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.24. O controle de assiduidade e pontualidade do pessoal empregado na prestação do serviço competirá à Contratada, obrigatoriamente, por meio de ponto eletrônico ou, excepcionalmente, por folha de ponto, a quem cabe também a fiscalização da conduta de seu pessoal e a manutenção da disciplina, bem como a fixação de escalas de serviço mensal, com os nomes e os respectivos horários e afazeres, seguindo o Plano de Trabalho Mensal aprovado;

3.25. A Contratada deverá atender às solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados à prestação dos serviços, além daqueles que apresentarem rendimento insatisfatório ou de baixa qualidade;

3.26. A Contratada deverá substituir, de imediato, sempre que for exigido pelo gestor do contrato, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios ou incompatíveis com o exercício das funções;

3.27. A Contratada deverá substituir os empregados previstos para atuar nas dependências em caso de doenças, falta ou férias, sem nenhum acréscimo a Contratante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos;

3.28. Não será admitida realização de hora extra;

3.29. Os empregados deverão conduzir-se com urbanidade e educação, tratando todos com respeito, procurando atender ao público e aos servidores com atenção e presteza; cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante, bem como normas internas do órgão; e, não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato;

3.30. A Contratada deve assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho, ocorrido nas dependências da edificação, por meio da comunicação do(s) seu(s) encarregado(s) com o preposto, que adotará as medidas com a urgência que o caso requer, em nome da empresa;

3.31. Atender às normas da Secretaria de Trabalho, aprovadas pelo Ministério da Economia, e cumprir todas as medidas de segurança exigidas para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor e normas da Administração;

3.32. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93, assim como por quaisquer encargos de natureza administrativa (ex: multas), decorrentes da execução dos serviços ou a eles relacionados;

3.33. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados de suas residências até as dependências da Contratante e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte;

3.34. Apresentar, na data do início do contrato ou a cada novo empregado, atestado de antecedentes criminais de todos os profissionais disponibilizados para atuar nas instalações da Contratante;

3.35. A Contratada deverá promover ou neutralizar os riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPI necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscara, calçados, protetores auriculares, entre outros, conforme modelo a ser inserido como anexo do Termo de Referência, fiscalizando e exigindo que esses cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

3.36. Todos os empregados deverão se apresentar devidamente uniformizados, portando crachá e os EPI's que forem necessários à execução do serviço. A fiscalização do contrato poderá paralisar os serviços, enquanto os empregados da contratada não estiverem protegidos adequadamente, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada;

3.36.1. O crachá a ser fornecido deverá ser de PVC com chip para cadastramento no sistema de controle de acesso da edificação. A contratada deverá requerer as especificações mínimas dos crachás compatíveis, à contratante.

3.37. A Contratada deverá incentivar que seus empregados tenham asseio com o uniforme, com os EPI's e boa apresentação pessoal;

3.38. A Contratada deverá desestimular o uso de telefones celulares durante o expediente. Devendo a mesma fixar horários pré-determinados e locais de utilização. Em caso de emergência familiar, a empresa poderá disponibilizar um telefone fixo para os colaboradores;

3.39. A Contratada deverá operar como uma organização completa no gerenciamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo

todos os materiais de consumo, mão de obra, ferramentas, equipamentos/máquinas e EPC's necessários à execução dos serviços;

3.40. Os empregados da Contratada atenderão exclusivamente as demandas técnicas dos serviços objeto do Termo de Referência, na especialidade para a qual forem contratados, não se admitindo desvio de função para outra atividade;

3.41. Não será admitido que os empregados fiquem ociosos por falta de material de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos/maquinários ou por excesso de mão de obra;

3.42. A Contratada deve fornecer aos seus empregados ferramentas e equipamentos/máquinas, necessários à execução dos serviços, conforme modelo a ser inserido como anexo do Termo de Referência, prezando, minimamente, pela ergonomia, pela eficiência, pelo controle de ruídos, pela segurança do trabalho, pela baixa emissão de resíduos poluentes, que minimizem a vibração quando acionados e que protejam terceiros;

3.43. A equipe de fiscalização concederá lugar para a guarda de ferramentas e de equipamentos/máquinas;

3.44. Todas as ferramentas e equipamentos/máquinas deverão ser identificados com o nome da Contratada;

3.45. As licitantes deverão preencher e apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços referentes aos equipamentos/máquinas e ferramentas para fornecimento integral. Os custos dos equipamentos/máquinas e ferramentas deverão ser apresentados na forma de depreciação, apurada de acordo com a taxa de depreciação anual/prazo de vida útil e valor residual estipulado para cada item. Após esse período, o seu valor deverá ser zerado na planilha de custo ou o equipamento deverá ser substituído por outro em pleno funcionamento e conservação. A licitante deverá apresentar a metodologia utilizada para o cálculo da depreciação, que poderá ser contestado pelo Ministério da Cidadania;

3.46. A Contratada substituirá, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), as ferramentas e os equipamentos/máquinas alocados para execução dos serviços que não se revestirem de qualidade e/ou de condições de uso;

3.47. A Contratada deverá apresentar para a gestão/fiscalização do contrato o relatório mensal das atividades desenvolvidas e as ações corretivas e preventivas adotadas quando da entrega dos documentos fiscais para pagamento;

3.48. A Contratada refará, às suas custas, o serviço reprovado pela fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados quanto por imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo e o material necessário;

3.49. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993;

3.50. A contratada deverá emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados durante o expediente, ou documento equivalente fornecido por aquela autarquia;

3.51. Fica vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 70 do Decreto n° 7.203, de 2010;

3.52. A Contratada poderá aplicar técnicas e tecnologias inovadoras, desde que autorizadas pela gestão do contrato e que não resultem incompatíveis com os interesses de preservação dos valores histórico, cultural, estético e ambiental;

3.53. Tabela de Classificação Brasileira de Ocupações dos profissionais residentes:

ITEM	PROFISSIONAIS RESIDENTES	CBO	UNIDADE	QTDE POSTO A	QTDE FUNCIONÁRIOS por posto	QTDE FUNCIONÁRIOS total	CARGA HORÁRIA MENSAL	ESCALA DE TRABALHO
1	Engenheiro	2143	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
2	Encarregado-Geral	7102-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
3	Técnico de Redes de Dados e de Telecomunicações	3133	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)
4	Auxiliar Administrativo	4110-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
5	Eletricista	9511-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
7	Mercenário (Artífice)	7711-05	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)

7	marceneiro (Artífice)	7711-05	mes	2	1	2	44h	18)
8	Pedreiro	7152-10	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
9	Ajudante de Manutenção Geral	7170	mês	5	1	5	44h	seg a sex (08h às 18)
10	Operador de áudio e vídeo	3741	mês	2	1	2	44h	seg a sex (08h às 18)
11	Pintor	7166	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
12	Vidraceiro	7163-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
13	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias DIURNO (12X36)	3131	mês	1	2	2	44h	12 x 36 (07h às 19h)
14	Técnico Capacitado para instalações elétricas e hidrosanitárias NOTURNO 12X36)	3131	mês	1	2	2	44h	12 x 36 (19h às 07h)
15	Cadista (desenhista técnico de arquitetura)	3181-05	mês	1	1	1	44h	seg a sex (08h às 18)
	-			23	-	25		

3.54. O Serviço a ser contratado possui natureza continuada, uma vez que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

3.55. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental e social, na execução do serviço, observando especialmente os itens abaixo, bem como as demais disposições do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.55.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

3.55.2. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

3.55.3. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;

3.55.4. A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

3.55.5. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

3.55.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

3.55.7. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

3.55.8. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

3.55.9. Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º; o Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013; os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF;

3.55.10. Utilizar materiais biodegradáveis;

3.55.11. Seguir as instruções dos fabricantes de modo a oferecer uma boa operação com economia de energia;

3.56. O prazo inicial de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

3.57. Mensalmente os serviços serão auferido conforme a avaliação da qualidade dos serviços constates do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, a ser estabelecido no Termo de Referência;

3.57.1. O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio do Acordo de Nível de Serviço deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos;

3.58. Responsabilidade da Contratada pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, das categorias abrangidas pelo contrato, abrangendo todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

#### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

4.1. Inicialmente, cabe registrar que, no caso dos serviços em tela, não se vislumbram outras soluções de mercado afora, senão a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no Ministério da Cidadania - MC para execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;

4.2. Conforme verificado em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e termos de referência, para a contratação de manutenção predial, os órgãos públicos e entidades costumam efetivar a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, visto que se trata da forma mais usual de contratação dos serviços, para as quais o mercado está preparado, não se configurando em limitação à participação na licitação;

4.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília - DF, administrado pelo Ministério da Cidadania - MC em Brasília- DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

##### **5.2. Dos serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva e mão de obra especializada:**

5.2.1. A empresa será responsável por ligar, desligar e manter, quando necessário, todos os sistemas do edifício, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica entre outros.

5.2.2. Os serviços contínuos de manutenção preventiva e preditiva serão realizados de acordo com o Programa Básico de Manutenção, onde estão instalados os sistemas no período compreendido entre 8h e 18h, salvo casos especiais como desligamento de energia que deverão ser executados fora do horário comercial.

5.2.3. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no mesmo período indicado para a operação. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento de algum sistema, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento do Edifício Bloco "A", os serviços deverão ser programados para outros horários e dias.

5.2.4. Fica estabelecida como manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recompor os equipamentos, áreas, locais, bem como substituição de peças, componentes e materiais da mesma espécie ou similar, com os ajustes e recuperações de partes dos bens, de forma que voltem às suas condições originais, de acordo com manuais, normas técnicas específicas e projeto do fabricante, e/ou área construída, e/ou revitalizações e reformas.

5.2.5. Os serviços para a execução das manutenções preventivas e corretivas não poderão prejudicar as atividades inerentes ao Edifício.

5.2.6. O modelo detalhado e não exaustivo, dos serviços de manutenção preventiva e preditiva estão detalhados no Anexo I desse Estudo Técnico Preliminar.

5.2.7. O quantitativo de profissionais residentes e eventuais bem como as Atribuições da equipe técnica estão detalhadas no Anexo II desse Estudo Técnico Preliminar.

5.2.7.1. Caso ocorra, por qualquer razão, a impossibilidade de um ou mais dos profissionais continuar à frente dos trabalhos, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar acervo técnico dos novos profissionais, o qual será avaliado pelo MINISTÉRIO DA CIDADANIA - MC;

5.2.7.2. Em caso de ausência de quaisquer dos empregados alocados, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata substituição no prazo máximo de 01 (uma) hora após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a execução dos serviços;

5.2.7.3. A CONTRATADA deverá compatibilizar todos os serviços com as solicitações e as necessidades do MINISTÉRIO DA CIDADANIA- MC, inclusive, os casos de emergência, e aqueles cuja realização toma-se imprescindível serem aos sábados, domingos, feriados e fora do horário de expediente;

5.2.8. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados

terão garantia mínima de 1 (um) ano, contado do recebimento definitivo dos serviços;

5.2.9. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE;

5.2.10. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia.

**5.3. Do fornecimento de peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos, serviços eventuais entre outros:**

5.3.1. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos que apresentarem defeitos e que necessitarem serem substituídos, deverão ser novos da mesma marca e modelo da retirada do equipamento ou sistema. Somente será admitida outra marca se provado ao Fiscal do Contrato, considerando a descontinuidade da fabricação daquela peça pelo fabricante original e inserção no mercado nacional de outra peça similar;

5.3.2. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos, componentes e partes dos equipamentos serão fornecidas pela CONTRATADA, devendo inclusive a empresa prestadora do serviço, manter estoque suficiente no local para fazer face às possíveis necessidades de substituição daqueles componentes/peças, que visam precisar o funcionamento ou alarme de mau funcionamento dos equipamentos ou sistema, tais como dos leds ou lâmpada fusíveis, rolamentos, contadoras, fitas isolantes, vaselina, estopas e similares; e

5.3.3. As peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição deverão ter garantia, de acordo com a garantia do fabricante;

5.3.4. A planilha com o quantitativo estimado de peças, insumos, materiais, de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição, entre outros estão detalhadas no Anexo III desse Estudo Técnico Preliminar.

5.3.5. A planilha com o quantitativo estimado de serviços sob demanda (eventuais) estão detalhadas no Anexo IV desse Estudo Técnico Preliminar.

**5.4. Do Serviço de software de gerenciamento de demandas:**

5.4.1. Os ativos patrimoniais a serem mantidos são os sistemas e equipamentos que compõem a edificação conforme discriminação nesse estudo;

5.4.2. A partir da data de início da prestação dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de Ordem de Serviço, telefone, e-mail durante o horário proposto para o atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;

5.4.3. A Contratada deverá fazer constar, em cada "OS atendida", os materiais aplicados e seus respectivos quantitativos e custos, as datas e horas de início e término, bem como os empregados envolvidos;

5.4.4. As "OS corretivas" só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Ministério, o "de acordo" do Fiscal e o carimbo e assinatura do Engenheiro residente do Contratado;

5.4.5. Cumpridas as etapas do subitem anterior, as "OS" serão encaminhadas junto com as faturas mensais para providenciar os seus encerramentos;

5.4.6. Para fins dos dispostos previstos nestes itens, a Contratada disponibilizará sistema e equipamentos de informática, os custos estão descritos conforme Anexo V desse Estudo Técnico Preliminar.

5.4.7. Serão de inteira responsabilidade da Contratada os seguintes serviços:

5.4.7.1. Cadastrar equipamentos e/ou sistemas prediais tais como: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica entre outros.

5.4.7.2. Monitorar os equipamentos e/ou sistemas prediais cadastrados através do consumo de energia ativa e reativa, consumo de água corrente e voltagem por fase de alimentação dos equipamentos, com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos;

5.4.7.3. Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (check lists);

5.4.7.4. Permitir a criação de um banco de conhecimento de manutenção que pode ser consultado, incorporado e aprimorado, tomando a troca de informações entre manutenções semelhantes muito mais fáceis, além de agilizar a implementação das;

5.4.7.5. Permitir o cadastramento de ordens de serviços através da intranet/internet pelos próprios clientes;

5.4.7.6. Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens de serviços;

5.4.7.7. Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;

5.4.7.8. O sistema deverá emitir relatório da quantidade de chamadas recebidas por usuários com possibilidade de filtrar por período e tipo de problema/solicitação;

5.4.7.9. O sistema deverá emitir relatório e gráficos dos chamados, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor da Contratada;

5.4.7.10. Permitir que o Ministério da Cidadania - MC efetue consultas no sistema, via web, sobre a situação (status) dos seus chamados, em seus respectivos serviços;

5.4.7.11. Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por serviço quanto: manutenção preventiva, manutenção corretiva (atendimento), manutenção preditiva (monitoramento), gráficos de acompanhamento do atendimento etc.; e

5.4.7.12. Permitir a integração, em tempo real, com o monitoramento de equipamentos, desde que instalados os hardwares necessários (automação predial).

5.4.8. A descontinuidade do funcionamento deste sistema repercute na inexistência do controle do material e mão de obra inviabilizando o atesto da fatura mensal, bem como o pagamento mensal da disponibilização do serviço.

5.4.9. A planilha com o quantitativo de disponibilização do software de gerenciamento de demandas estão detalhadas no Anexo V desse Estudo Técnico Preliminar.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. A prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília – DF, por empresa do ramo de engenharia. Em resumo o edifício é composto pelas seguintes características:

### LOCALIZAÇÃO E ÁREAS DE OCUPAÇÃO

Edifício: BLOCO A DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco "A"

CEP: 70.054-906 - Brasília - DF.

Áreas de ocupação:

PAVIMENTO	ÁREA
GARAGEM	6.786,08
SUBSOLO	1.737,25
TÉRREO AO 9º ANDAR	17.368,15
COBERTURA	1.900,00
TOTAL	27.791,48

### CARACTERÍSTICAS CIVIS

1. A cobertura é constituída de laje recém impermeabilizada com manta asfáltica de 3mm e coberta com proteção mecânica de concreto;
2. As esquadrias das fachadas são de ferro com acabamento em pintura esmalte na cor cinza e brises verticais na cor verde, vidros de 6mm com películas de proteção solar prateada;
3. As paredes laterais norte e sul são de alvenaria, revestidas com gails pintados com tinta epoxi na cor creme;
4. Pisos internos e externos variados, com predominância para o vinílico de 3mm nos pavimentos e porcelanato nos banheiros;
5. As paredes internas com construção variadas com predominância DryWall, Divisórias em MDF e alvenaria, banheiros e copas com revestimento de granito, cerâmica e porcelanato.
6. Portas, portais e divisórias: guarnições de alumínio, ferro, madeira, portas laminadas, e divisórias de vidro com e sem persianas internas;
7. Mobiliário diverso em todos os pavimentos
8. Poltronas fixas e móveis no auditório.

### SISTEMA ELÉTRICO

Sistema elétrico comum - CA

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total aproximada de 2.100 KVA, sendo basicamente composto por:

01 (um) QG (Quadro Geral) para 3.200 A;

12 (doze) QDEs - (Quadros de Distribuição Elétrica);

46 (quarenta e seis) QEs - (Quadros Elétricos Parciais);  
21 (vinte e um) QACs - (Quadros Elétricos para Aparelhos de Ar Condicionado);  
Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica, tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

#### *Sistema Elétrico de Emergência*

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total de 1.615 KVA e com a finalidade de fornecer energia elétrica, quando da ocorrência de falha no fornecimento da concessionária, sendo basicamente composto por:

03 (três) Grupo Motor Gerador a Diesel, com potência de 355 KVA cada;  
02 (dois) Grupo Motor Gerador a Diesel, com potência de 275 KVA cada;  
05 (cinco) QTEEs (Quadros de Transferência de Energia de Emergência);  
02 (dois) QGEs (Quadros Gerais de Emergência);  
01 (uma) Torre de resfriamento de água;  
12 (doze) QDEs - (Quadros de Distribuição Elétrica de Emergência);  
44 (quarenta e quatro) QEEs - (Quadros Elétricos Parciais de Emergência);  
Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

#### *Sistema Elétrico para Informática*

Sistema trifásico, em baixa tensão, 380/220 V, com potência total de 520 KVA, sendo basicamente composto por:

10 (dez) Estabilizadores trifásicos de tensão, cada um com potência de 40 KVA;  
02 (dois) No Breaks trifásicos, cada um com potência de 60 KVA;  
21 (vinte e um) QDEEs - (Quadros de Distribuição Elétrica de Energia Estabilizada);  
01 (um) Subsistema de aterramento;  
Circuitos, cabos elétricos, pontos de consolidação elétrica, tomadas e demais componentes inerentes ao sistema.

#### *Sistema de Iluminação*

A iluminação é basicamente composta por luminárias com lâmpadas fluorescentes tubulares distribuídas nos pavimentos, tendo também, em algumas situações, luminárias com lâmpadas fluorescentes compactas, lâmpadas LED, lâmpadas de vapor de sódio e de vapor de mercúrio, dentre outras.

#### *Sistema Lógico para Rede de Computadores*

Sistema que possibilita a comunicação, interligação e transferência de dados entre os equipamentos de informática e a conexão destes com as redes externas, sendo basicamente composto por:

Cabeamento estruturado metálico categoria 5e;  
Cabeamento estruturado metálico categoria 6;  
Cabeamento de fibra ótica;  
Racks de 32, 36, 40 e 42us, completos com componentes ativos e passivos;  
Patch Panels, conectores, pontos de consolidação lógica, patch cords, line cords e outros componentes dos cabeamentos metálicos categoria 5e e 6;  
Distribuidores óticos, conectores, acopladores, cordões e outros componentes de cabeamento de fibra ótica.

### **SISTEMA HIDROSSANITÁRIO**

1. Tubulação de água fria e esgoto de PVC e ferro fundido;
2. Vasos Sanitários com válvulas de descarga e caixa acoplada;
3. Mictórios de válvulas;
4. Torneiras manual e automática;
5. Bombas de água potável 5CV ;
6. Bombas de esgoto 5 CV;
7. Lavatórios de cuba e coluna;
8. Banheiros coletivos, individuais e de portadores de necessidades especiais;
9. Duchas higiênicas e chuveiros elétricos;
10. Caixas d'água 10 (06 superior e 04 inferior) 60.000L
11. sifão registro para mictório, sifão cromado;

65 (sessenta e cinco) banheiros;  
15 (quinze) copas;  
02 (dois) reservatórios de água potável localizado no subsolo;  
06 (seis) reservatórios superiores, localizado na cobertura;  
03 (três) reservatórios de esgoto, localizado no subsolo;  
06 (seis) bombas com potência de 7,5 HP;  
03 (três) bombas de recalque de esgoto, águas servidas e águas pluviais;  
04 (quatro) bombas com potência de 3,5 HP ;  
Tubulações de água potável, de esgoto e de águas pluviais, registros, componentes de banheiros e de copas e demais itens que compõem os sistemas principais e subsistemas de cada uma dessas redes.

**SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS**

1. Tubulação de PVC e ferro fundido;
2. calha e pontos de captação ralos tipo abacaxi;
3. Caixas de Drenagem;

**SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCENDIO**

Quantitativo de Extintores:

PQS - ABC DE 6KG = 31 UNIDADES;  
PQS - BC DE 6KG = 59 UNIDADES;  
CO<sup>2</sup> - BC DE 6KG = 74 UNIDADES;  
AP - A 10 LITROS = 04 UNIDADES;  
PQS - BC DE 50KG = 01 UNIDADES;  
CO<sup>2</sup> - BC DE 10KG = 02 UNIDADES;  
CO<sup>2</sup> - BC DE 25KG = 04 UNIDADES;

Mangueiras de incêndio:

TIPO 02 15 METROS = 98 UNIDADES  
Hidrantes de Recalque = 05 UNIDADES  
Portas corta fogo = 40 UNIDADES  
Hidrantes de Parede = 49 UNIDADES

**REDE LÓGICA**

1. Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP CAT 5e e CAT6;
2. Fibra óptica multimodo 4FO com conexão LC
3. Distribuidor óptico
4. Racks 44U's, 12U's, 16U's e 08U's.

6.2. A prestação de serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, para o edifício Bloco "A" que se pretende licitar, foi dimensionada com base nas características acima descritas e pelo histórico de manutenções realizadas nos últimos 50 meses, ver Anexo VII - Relatório de Consumo Insumos e Serviços (SEI Nº2962266). Dessa forma podemos estimar o quantitativo necessário de mão de obra residente, de mão de obra eventual, relação estimada de materiais de reposição (insumos) e serviços eventuais, detalhados nos Anexos II a VII desse Estudo Técnico Preliminar.

6.3. O Edifício Bloco "A", possui todos os andares em pleno funcionamento, dessa forma, a metragem considerada é referente a toda a edificação.

6.4. A estimativa da quantidade a ser contratada foi calculada de acordo com os critérios informados nos itens 6.2 e 6.3 desse estudo e resume:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Para calcular o valor estimado da contratação, com base no quantitativo constantes nos Anexos II a VII do Estudo, realizamos pesquisa prévia no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, Tabela SINAPI, e Composição de Custos - Tabela SBC e por fim outros carecem de pesquisa no mercado para estimar preços, e para estimar o custo da mão de obra, "Anexo II desse estudo, utilizamos como base a atual planilha do Contrato vigente, a saber Contrato Administrativo 51/2017, e para outros itens a pesquisa na rede mundial de computadores, internet, para comparar os valores praticados no mercado. Ainda sobre os serviços de gerenciamento estimamos os valores com base na contratação recente realizada pelo Ministério da Economia, pregão 04/2021.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	VALOR ANUAL ESTIMADO	BASE DE PESQUISA
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$ 1.759.949,52	Contrato 51/2017
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$ 25.000,08	Pregão Eletrônico ME 04/2021
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO	VARIÁVEL	R\$ 202.150,40	SINAPI



3	RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$ 302.139,40	SINAPI
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$ 1.912.364,25	SINAPI E SBC
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$ 3.629.781,45	SINAPI E SBC
TOTAL			R\$ 7.709.254,78	-

7.2. O valor estimado da pretensa contratação é de R\$ 7.709.254,78 (sete milhões, setecentos e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

7.3. Na planilha de composição de custos, Anexo VI do ETP - Modelo Planilha de Custos e Formação de Preços, onde constam os quantitativos de mão de obra residente, quantitativo de mão de obra eventual e composição do BDI, pode ser detalhado os valores de referencia.

7.4. Contudo para obter valores mais fidedignos deverá ser realizada Pesquisa de Mercado, por meio do método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, que deverão seguir as diretrizes da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

7.5. Compete esclarecer que o impacto financeiro para o Ministério da Cidadania - MC está atrelado ao percentual de ocupação à época da contratação, sendo hoje: Ministério da Cidadania - MC 68,75%, Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH 20,21% e , Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI 11,04%.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A contratação pretendida, a ser realizada de maneira centralizada, aprimora a governança nos processos de aquisição de bens pelo poder público, implantando uma gestão colaborativa e integrada, que apresente soluções com ganhos de eficiência e economicidade para as compras públicas sem que haja prejuízo na qualidade dos bens adquiridos e serviços prestados, garantindo padronização e qualidade ao mesmo tempo, atendendo ao princípio do compartilhamento da gestão.

8.2. Ademais, considerando que o gerenciamento de riscos é uma importante ferramenta para minimizar riscos e incertezas sobre a contratação em questão, verifica-se que a gestão logística e operacional de apenas um contrato se mostra mais viável ao se optar pelo não parcelamento da solução contratada, trazendo um ganho importante para a administração quanto à fiscalização dos serviços a serem prestados.

8.3. Também se verifica, nessa forma de contratação, que se atingiria um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, resultando em economia e eficiência para a Administração, uma vez que compras centralizadas e de grande vulto produzem vantagens técnicas, econômicas e financeiras.

8.4. Por conseguinte, com um fornecedor único, responsável pela integração de todos os serviços, pela manutenção da estabilidade e operacionalidade de toda a solução, a Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único prestador de serviço.

8.5. Ao padronizar uma contratação única, precificam-se os serviços de maneira uniforme e evitam-se estimativas superdimensionadas através do ganho de escala num processo único. Objetivando-se ganhos de eficiência e redução de custos na operacionalização do contrato, uma gestão ativa dos serviços, adoção de fiscalização e gerenciamento dos serviços padronizados, dentre outras práticas que culminem em bons serviços prestados.

8.6. Destarte, no que se refere ao parcelamento ou não da solução, entendemos que o fracionamento do objeto implica uma gestão mais complexa com a formalização de dois contratos para o cumprimento de um mesmo serviço e cuja seleção do prestador de serviço e a gestão do contrato estariam comprometidos sob o aspecto da eficiência.

8.7. Portanto concluímos que o objeto não deverá ser parcelado, uma vez que o serviço a ser prestado é no mesmo local, a qual não há possibilidade de desmembramento sem que haja perda de produtividade e economia de escala, já que a especificidade do objeto demanda um tratamento que inviabiliza a execução por diferentes contratantes, portanto não recomendamos o parcelamento.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. A referida contratação deverá substituir o Contrato Administrativo nº 51/2017, com empresa especializada na prestação de serviços manutenção predial, com vigência até 01/12/2022. Ademais não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 10. DEMONSTRATIVO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

10.1. A pretensa contratação está em consonância com o Plano Estratégico 2019-2022 do Ministério da Cidadania - MC, mais precisamente visando atender ao Objetivo de Suporte em "Prover soluções logísticas e tecnológicas integradas, seguras e de alto desempenho" conforme dispõe no Plano Estratégico <http://intranet.cidadania.gov.br/institucional-2/plano-estrategico/>. Alinhado, ainda, com as políticas públicas oriundas do Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal, instituído pela Lei 13.971 de 27/12/2019 DOU 30/12/2019. Todo o aparelhamento de que dispõe o Estado para a consecução das políticas públicas

traçadas pelo Governo, visa satisfazer as necessidades da coletividade, e mesmo que indiretamente, ofertar serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A", são ações que visam a conservação do patrimônio, atendendo, desta forma, o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que trata de medidas destinadas à preservação do patrimônio público, e é com esse enfoque que referenciamos as políticas públicas adotadas nesse processo.

10.2. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, as contratações realizadas por um órgão devem constar do respectivo Plano Anual de Contratações. Assim informamos que o objeto a pretensão contratação /está incluído no PAC vigente do Ministério da Cidadania. O mesmo foi previsto para o Plano Anual de Contratações - PAC de 2022, disponível para consulta link: <[https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/planejamento/RelatorioPAC2022\\_29.11.21pdf.pdf](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/planejamento/RelatorioPAC2022_29.11.21pdf.pdf)> nº item 03 página 07.

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Por se tratar de uma contratação de serviços essenciais com valor fixo e eventual, mensal, com atendimentos corretivos e materiais inclusos a instituição economiza em processos licitatórios emergenciais para sanar possíveis falhas imprevisíveis dos sistemas que compõem a edificação, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica, as estruturas físicas como pisos, paredes, tetos, vidros, esquadrias, entre outros;

11.2. Benefícios Diretos e Indiretos:

11.2.1. Economicidade na execução dos serviços nos moldes propostos, pois existe economia de escala, aumentando a possibilidade da Administração realizar a contratação mais vantajosa;

11.2.2. Eficiência na prestação dos serviços com a contratação de empresa competente e especializada, de acordo com os critérios propostos, pelo menor preço;

11.2.3. Melhoria da qualidade dos serviços de manutenção, proporcionando alta disponibilidade dos sistemas.

11.3. Benefícios Resultante da prestação dos Serviços a serem contratados:

11.3.1. Garantia de segurança e conforto para todos os usuários (internos e externos) da edificação, aumentando inclusive a produtividade dos colaboradores e diminuindo riscos.

11.3.2. Redução do desperdício de recursos (água e energia elétrica) com as práticas de manutenção preventiva nos diversos sistemas instalados no edifício.

11.3.3. Aumento da confiabilidade dos sistemas, equipamentos e estruturas disponíveis.

11.3.4. Garantia da disponibilidade das estruturas do Ministério para a prestação dos serviços à sociedade.

11.3.5. Maior intervalo entre pausas ou interrupções nos sistemas que compõem as edificações do Ministério.

11.3.6. Garantia de agilidade, menor tempo de resposta na execução e qualidade dos serviços de manutenção corretiva e redução dos riscos de avarias.

11.3.7. Melhoria da imagem do Ministério da Cidadania para os usuários de suas estruturas.

11.3.8. Aumento da vida útil, reduzindo a degradação dos equipamentos e sistemas presentes no edifício.

11.4. O tempo para a prestação serviço fica otimizado, uma vez que a empresa contratada deverá manter funcionários no edifício para atendimento das demandas;

11.5. O fato do contrato ser renovável nos termos da lei, faz com que a instituição economize em processos licitatório anuais, desde que seja demonstrada a continuidade da economicidade nas renovações contratuais; e

11.6. O principal motivo da contratação, é zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos equipamentos de forma ininterrupta.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

12.1. Não serão necessárias adequações relacionadas a disponibilização de espaço físico para a guarda de materiais, refeitórios e vestiários tendo em vista que os serviços similares já são prestados nas dependências do edifício Bloco "A", e não haverá um aumento significativo do número de funcionários contratados.

12.2. No que diz respeito às atividades de gestão e fiscalização da execução contratual, estas são caracterizadas como o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

12.3. É indispensável que os fiscais e gestores do contrato sejam capacitados para exercerem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- g) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- h) liberar as faturas;
- i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- j) receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- l) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados).

12.4. Em relação as demais fases seguintes sugerimos o cronograma abaixo:

#### CRONOGRAMA PARA A CONTRATAÇÃO

Atividades	Unidade Responsável	Quando
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	Equipe de Planejamento da Contratação	17/02/2022 a 03/05/2022
CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	Coordenação de Gestão Condominial - COGEC	04/05/2022 a 13/05/2022
PESQUISA DE PREÇOS, CONFEÇÃO DE MINUTA DE EDITAL E CONTRATO	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	14/05/2022 a 15/06/2022
APROVAÇÃO E ANÁLISE JURÍDICA	CONSULTORIA JURÍDICA	16/06/2022 a 31/07/2022
FASES DE LICITAÇÃO	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	01/08/2022 a 20/10/2022
ASSINATURA DO CONTRATO, APRESENTAÇÃO GARANTIA	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	21/10/2022 a 01/11/2022
RECEBIMENTO MATERIAIS, FERRAMENTAL E TREINAMENTOS	Coordenação de Gestão Condominial - COGEC E EMPRESA	02/11/2022 a 02/12/2022
INICIO DAS ATIVIDADES	Coordenação de Gestão Condominial - COGEC	02/12/2022

#### 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. Identifica-se como os possíveis impactos ambientais da contratação a: Geração de resíduos, a Poluição do Solo, a Poluição da Água, e o Desperdícios de Recursos Naturais. Sendo assim, disciplinamos abaixo as respectivas medidas de tratamento quanto a esses impactos que deverão ser observadas na contratação:

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
Produção de Resíduos	Descrever no Termo de Referência que os serviços devem ser realizados com uso racional dos recursos, equipamentos, e	Indicar locais de descartes legais e

Produção de Resíduos	insumo, evitando a produção desnecessária de resíduos e outros impactos. Ação fiscalizatória pela equipe de fiscalização	produzir ações de conscientização e treinamentos
Poluição do Solo	Indicar a proibição de descarte de resíduos originários da prestação de serviços em aterros, encostas, áreas públicas, espelhos d'água, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou não licenciadas.	Aplicação de sanções administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos
Poluição da água	Indicar orientações quanto ao descarte de óleos usados ou contaminados provindos dos Grupo Moto Geradores ou outros equipamentos e instalações, proibindo qualquer descarte em solos, subsolos, nas águas interiores, e nos sistemas de esgoto e evacuação. Devendo ser seguida a resolução Conama nº 362/2005, que recomenda a aplicação da logística reversa desses resíduos.	Aplicação de sanções administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos
Desperdícios de Recursos Naturais	Indicar que os serviços prestados devem ser pautados no uso racional de recursos, incluindo energia elétrica, água e demais recursos que estejam sobre a supervisão da contratada. A Fiscalização do contrato deve se certificar que essa orientação será seguida.	Aplicação de glosa nas Ordens de Serviços que identificou o desperdício e se necessário aplicar sanção administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos

#### 14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo do presente estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília – DF, administrado pelo Ministério da Cidadania - MC em Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas, é viável e adequada às necessidades do Edifício Bloco "A".

14.2. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria 355 de 31 de maio de 2022 (SEI Nº 12434434).

#### 15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Setor Requisitante	Integrante Setor Requisitante
Márcio Matos Maia Matrícula/SIAPE: 1595988	Pricila Chaves Mello Matrícula/SIAPE: 1778571

#### 16. LISTA DE ANEXOS

16.1. Anexo I - Detalhamento, não exaustivo, dos Serviços a Serem Executados - SEI Nº 12962205;

16.2. Anexo II - Quantitativo e Atribuições da Equipe Técnica Residente e Eventual - SEI Nº 12962209;

16.3. Anexo III - Planilha de Fornecimento de Materiais de Reposição (insumos) - SEI Nº 12962212;

16.4. Anexo IV - Planilha de Custos para Serviços Sob Demanda (Eventuais)- SEI Nº 12962219;

16.5. Anexo V - Serviço de Software de Gerenciamento de demandas - SEI Nº 12962243

16.6. Anexo VI - Modelo de Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços da Mão de Obra Residente, Planilha Resumo Mão de Obra Eventual e Composição BDI - SEI Nº 12962247;

16.7. Anexo VII - Relatório de Consumo Insumos e Serviços - SEI Nº 12962266 .



Documento assinado eletronicamente por Pricila Chaves Mello, Engenheiro(a), em 21/09/2022, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Márcio Matos Maia, Coordenador(a) de Gestão Condominial, em 21/09/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12959986 e o código CRC 4001AA7A.





# MINISTÉRIO DA CIDADANIA

## SECRETARIA-EXECUTIVA

PROCESSO Nº 71000.006750/2022-57

### MINUTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX,  
QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO,  
REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA - MC, POR INTERMÉDIO DA  
\_\_\_\_\_, E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

A UNIÃO, por meio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, por intermédio da \_\_\_\_\_, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, inscrita sob o nº CNPJ sob o nº 05.756.246/0004-54, neste ato representada por seu (a) \_\_\_\_\_, o (a) senhor(a) \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União em \_\_\_\_\_, portador(a) da matrícula SIAPE nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela (o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº 71000.006750/2022-57 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº \_\_/20\_\_, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº \_\_\_\_/20\_\_/CONJUR-MC/CGU/AGU, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados comuns de engenharia de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para o edifício Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70.054.906, em Brasília – DF, administrado pelo Ministério da Cidadania - MC em Brasília- DF, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de

Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$
TOTAL			R\$

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, conforme fixado no Edital, com início na data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e encerramento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas

de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20\_\_, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Funcional Programática:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

SB:

Nota de Empenho:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**



## **FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução do contrato, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** (deveres e responsabilidades) são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à **CONTRATADA** interromper o fornecimento da solução sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato

para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL**

16.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

16.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

16.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes contraentes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

**REPRESENTANTE**  
Ministério da Cidadania  
**CONTRATANTE**

**REPRESENTANTE**  
Denominação da Contratada  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**Nome:**  
**SIAPE:**

**Nome:**  
**SIAPE:**



Documento assinado eletronicamente por Ana Camila Miranda Elleres, Chefe da Divisão de Elaboração e Registros Contratuais, em 28/09/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 13012841 e o código CRC 14F8E440.